

Estratégias de Intervenção e de Apropriação em habitação de promoção pública: o caso do Bairro São João de Deus

Sofia Lima

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Orientadora: Doutora Ana Silva Fernandes

Coorientadora: Doutora Gisela Lameira

Junho 2019

Este trabalho enquadra-se no projeto de investigação Mapa da Habitação PTDC/CPC-HAT/ 1688/2014¹ que tem como finalidade identificar os programas de habitação subsidiados pelo estado e as suas concretizações espaciais ao longo do século XX em Portugal.

Cofinanciado por:



¹ Projeto de investigação desenvolvido pelo CEAU (Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo) e inserido no grupo “Atlas da Casa”.

“Há um gosto de vitória e encanto na condição de ser simples. Não é preciso muito para ser muito” - Lina Bo Bardi

AGRADECIMENTOS

“A gente tem que sonhar, senão as coisas não acontecem”

– Óscar Niemeyer

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Às professoras Ana Fernandes e Gisela Lameira,
Pelo apoio e orientação do trabalho, pela disponibilidade, pelas conversas enriquecedoras e pela motivação.

Aos meus pais, por tudo.
Por me mostrarem qual o caminho a seguir e me apoiarem em todas as fases da minha vida.

À Rita,
Pelas conversas que nada tinham a ver com esta dissertação, mas que foram de igual forma muito importantes.

Ao João,
Pela ajuda, carinho e paciência em todos os momentos juntos. Por todas as vezes em que perguntaste se precisava de ajuda.

À Rafaela e à Cátia,
Pela amizade no último ano da faculdade. Pelas conversas, pelas dúvidas, pelas brincadeiras e pelas muitas horas dedicadas a falar sobre os nossos trabalhos.

A todos, obrigado.

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar os processos de transformação do bairro São João de Deus, no âmbito da promoção pública de habitação. Reconhece-se o tema da habitação para as classes com menos recursos como um tema com pertinência nos dias de hoje, não só face à necessidade crescente de soluções de alojamento, para uma faixa específica da população, como também face aos processos emergentes de requalificação/ intervenção nas estruturas habitacionais pré-existentes.

O objetivo desta dissertação prende-se com a análise das estratégias de intervenção e de apropriação na habitação de promoção pública, a partir da análise de um caso concreto de forma a compreender o modo como se formulam os usos e vivências dos diferentes espaços.

Utilizando como caso de estudo o bairro São João de Deus, este irá servir de mote para a análise de algumas das políticas de promoção pública de habitação implementadas no século XX, na cidade do Porto. Serão sumariamente abordados temas como as “ilhas”, as colónias operárias, o Programa das Casas Económicas (1933) e o Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto (1956-66), enquanto iniciativas e políticas implementadas pelo Estado na tentativa de combater o problema de alojamento para classes sociais específicas.

Analisando as transformações urbanas e sociais do bairro São João de Deus, primeiramente será abordado o processo de reabilitação recente e, de seguida, as estratégias relacionadas com a alteração das tipologias existentes. Esta análise constituiu a base para o confronto entre as diferentes formas de uso, apropriação e vivência dos espaços por parte dos seus ocupantes.

A presente investigação tornou evidente a necessidade da integração dos moradores de bairros como o bairro São João de Deus nos processos de requalificação ou nas ações futuras de intervenção, de forma a promover a colaboração com as entidades competentes no sentido de promover um maior sentimento de pertença ao lugar ou da responsabilização.

Palavras-chave: Habitação, promoção pública, bairro São João de Deus, usos, vivências

ABSTRACT

In the scope of the public promotion of housing, the purpose of this work is to analyze the transformation processes of the São João de Deus. The theme of housing for the poorer classes is recognized as a matter of relevance today, since there is still a population that lacks housing with the minimum conditions of health.

Using São João de Deus as a study case, this will serve as a motto for the exploration and analysis of some of the public housing promotion policies in the 20th century, in the city of Oporto. Topics such as “Ilhas”, working colonies, the Affordable Houses Programme (1933) and the Houses built under the Improvement Plan for the City of Oporto (1956-66) will be summarily addressed, as initiatives and policies implemented by the State in an attempt to combat housing problem for a specific social class.

Analyzing the urban and social transformations of São João de Deus, firstly will be approached the recent rehabilitation process and, then, the strategies related to the alteration of the existing typologies. This analysis will be important for the confrontation of the different forms of use, appropriation and experience of the spaces by its occupants. It also refers to the need to integrate residents of neighborhoods such as São João de Deus in the requalification processes or in the actions to be carried out, in order to promote collaboration with the competent entities, promoting the feeling of belonging or accountability to these places.

Keywords: Housing, public promotion, São João de Deus, uses, experiences

ÍNDICE:

I- INTRODUÇÃO	13
II- CONCEITOS E TERMOS ASSOCIADOS À PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO	23
III- INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO NO SÉC. XX, NO PORTO	47
O CASO PARTICULAR DO BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS.....	47
PANORÂMICA GERAL: ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO NO SÉC. XX.....	57
AS “ILHAS” (INICIATIVA PRIVADA).....	67
OS BAIRROS E AS COLÓNIAS OPERÁRIAS (INICIATIVA PRIVADA).....	76
PROGRAMA DAS CASAS ECONÓMICAS (INICIATIVA PÚBLICA).....	81
PLANO DE MELHORAMENTOS PARA A CIDADE DO PORTO.....	89
IV- O BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS NA ATUALIDADE	97
O PROJETO DE INTERVENÇÃO RECENTE.....	97
ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS.....	109
TIPOLOGIAS.....	114
ORGANIZAÇÕES ESPACIAIS.....	139
USOS E VIVÊNCIAS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO.....	149
LÓGICAS DE CONTINUIDADE E RUTURA.....	153
A CIDADE, A CASA E A MEMÓRIA.....	159
V- LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DA HABITAÇÃO PARA CLASSES COM MENOS RECURSOS	163
VI- CONCLUSÕES	167
LISTAGENS DE IMAGENS E FIGURAS	171
LISTA DE QUADROS	177
LEGISLAÇÃO	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179

I- INTRODUÇÃO

O Bairro São João de Deus, também conhecido por Bairro de Rebordões ou “Tarrafal”, representa um bairro portuense, com início de construção em 1944 e cuja sua história pode ser considerada controversa, com avanços e recuos relativamente às políticas de promoção de habitação aplicadas que em distintos momentos promoveram tanto a construção de habitação como a demolição dos blocos existentes e o realojamento dos seus moradores.

A Câmara Municipal do Porto tem sido o principal agente interveniente nas políticas e ações aplicadas neste bairro. No projeto de requalificação recente, resultado de um concurso e projeto da Domus Social, é possível verificar a tentativa de qualificação não só do ambiente de habitação doméstico, mas também a qualificação urbanística do bairro São João de Deus.

A habitação plurifamiliar constitui um fenómeno de grande importância no contexto urbano em diversas cidades. Desde o século XIX que se observam dificuldades relativas ao acesso à habitação para a população com menores recursos. Em todo o território português, assim como no caso particular do Porto, vão surgir diversos tipos de edifícios, realizados consoante as iniciativas privadas e/ou públicas dos promotores em questão¹.

A partir de 1933, as questões ligadas à promoção pública de habitação estiveram presentes na maior parte das decisões do Estado Novo, tornando evidente que esta temática se assumirá como central ao longo das décadas seguintes. As iniciativas promovidas pelo Estado vão privilegiar a construção de edifícios de raiz, onde a salubridade se constitui como o fator chave de promoção dos edifícios.

As habitações propostas nas primeiras décadas do século XX, apesar do seu carácter simples, representavam o ambiente político, económico e

1 Lameira, G., Rocha, L., & Cruz, M. (2017). *Affordable 20th century housing in Porto. The transformation processes under scope*, presented at REHAB 2017 Proceedings of the 3rd International Conference on Preservation, Maintenance and Rehabilitation of Historical Buildings and Structures, 877-886.

social da época, evidenciando o surgimento de um novo pensamento sobre a arquitetura da casa².

Todas as iniciativas (independentemente da sua natureza) demonstravam preocupação com o “problema social” da habitação “que dominou a agenda política nas primeiras décadas de Novecentos”³.

A presente investigação pretende estudar o Bairro São João de Deus como um meio de abordagem e enquadramento das políticas de habitação pública praticadas a partir do início no século XX, assim como analisar e interpretar as óticas de usos e apropriações dos habitantes nos respetivos espaços da habitação.

A questão da necessidade de promoção pública de habitação, no caso particular do Porto, surge já no século XIX. No início do século XX, e face a processos de industrialização e crescimento urbano associados, a carência de soluções para as classes mais baixas promove o aparecimento das “ilhas”⁴ como uma “extensão da superfície edificada, associada a uma população crescente”⁵, que visava a aproximação entre a residência e o local de trabalho, mas que não tinha possibilidades económicas para suportar as elevadas rendas que se praticavam. O salário obtido através do trabalho realizado era muito inferior ao valor das rendas praticadas pelos

2 Gonçalves, E. (2010). *As soluções do alojamento operário no Porto na transição da Monarquia para o Estado Novo*. Paper presented at the 1º Congresso sobre o Património Industrial.CIPI, Vila do Conde

3 Idem, Ibidem.

4 “Ilha” - tipo de bairro constituído por construção clandestinas, que surgiu na cidade do Porto. A procura de alojamentos baratos fez com que este tipo de construções originassem um negócio atrativo, explorado por pequenos proprietários que viram nas “ilhas” uma oportunidade para lucros significativos.

“A sua construção era o resultado do investimento da poupança de pequenos comerciantes e artesãos. Estes eram o tipo de pessoas que se envolveram directamente na promoção e onstrução de «ilhas», uma actividade que se tornou um campo de investimento privilegiado para os seus pequenos capitais. A pequena escala do empreendimento e o investimento limitado que requeriam fizeram das «ilhas» o objecto das actividades especulativas dos estratos mais baixos das classes médias do Porto e ajudam a explicar a sua forma” in Teixeira, M. C. (1992). *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. *Análise Social*:68

5 Matos, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. *Análise Social*, 677-695.

promotores de habitação, sendo que as classes de operariado acabavam por escolher habitações com rendas menores que, na realidade, também apresentavam menores condições de habitabilidade.

As “ilhas” surgem como uma oportunidade para a classe burguesa do Porto que rentabilizava os logradouros das suas propriedades, facultando uma resposta rápida para a classe operária que se via sem soluções para os problemas de alojamento.

Entre 1910 e 1933 surgem algumas iniciativas menos informais de promoção de habitação para classes com menos recursos no Porto, de carácter filantrópico, como os Bairros d'O Comércio do Porto ⁶ e as Colónias Operárias (ambos de iniciativa privada) e o Programa das Casas Económicas⁷ (1933, de iniciativa pública), de entre outros programas e medidas tomadas. Todas estas iniciativas tinham o mesmo objetivo: melhorar as condições habitacionais da classe operária que se encontrava cada vez mais segregada.

Os estudos das iniciativas de promoção de habitação tornam-se essenciais na medida em que permitem enquadrar a evolução do bairro São João de Deus, quer pela transformação através da construção de novos edifícios, quer pela implementação de políticas relacionadas com a erradicação dos conjuntos insalubres.

Nesse sentido, será importante esclarecer de que forma o Bairro São João de Deus, nas suas diversas fases de transformação (desde a sua construção e inauguração, passando pelas diversas intervenções, subsequente demolição parcial até à sua recente requalificação), representa a implementação de políticas habitacionais adequadas às necessidades e

6 Iniciativa do jornal com o mesmo nome “O Comércio do Porto”, com um projeto que visava abordar o problema do alojamento das classes com recursos económicos reduzidos. Dos bairros construídos pelo *O Comércio do Porto*, surgem três bairros operários: Monte Pedral em 1901, Lordelo do Ouro em 1903, Antas em 1904, in Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

Segundo Manuel C. Teixeira (1992), os objetivos destes projetos eram o de incentivar a construção de habitação de baixo custo, promovendo o incentivo dos promotores públicos e controlando atividades dos promotores privados.

7 Política habitacional do Estado Novo, dirigida a populações com recursos económicos limitados, em especial funcionários públicos e outros quadros in Teixeira, M. C. (1992). *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. *Análise Social*, 65-89.

aspirações de classes com menos recursos. Assim sendo, questiona-se de que forma estas intervenções podem ser catalisadoras de uma transformação territorial e social.

O bairro São João de Deus configura-se como um bairro de crescimento faseado, fraturado pelas inúmeras transformações quer de construção, quer de destruição, que deixam nos seus habitantes um sentido de abandono, falta de responsabilidade social e a não pertença ao local de residência. Muitos são aqueles que responsabilizam o sistema e o Estado pela falta acompanhamento ou de ação, outros responsabilizam os próprios residentes, no sentido em que se afirma a falta de conservação do meio urbano, quer pela devastação do ambiente geral do bairro (que se apresentava antes da requalificação realizada), destruição dos edifícios ou a falta de limpeza do bairro. Este território encerra uma história complexa e conturbada enquanto espaço construído e espaço habitado.

A requalificação do Bairro São João de Deus (2014-2019) corresponde ao projeto do arquiteto Nuno Brandão Costa, no âmbito de um concurso por convite, promovido pela Domus Social⁸, que irá ser igualmente analisado nesta dissertação.

Este projeto promove a requalificação das moradias existentes, ampliando as áreas de habitação e mantendo a ideia de relação com os espaços de logradouro e jardim, contemplados no projeto inicial de 1944.

O projeto recente configura-se como uma ampla requalificação dos espaços⁹.

Neste bairro, podem-se observar processos de continuidade e rutura no espaço urbano, diversos modos de apropriação espacial, práticas de sociabilidade e acima de tudo, fenómenos de estigmatização. Torna-se importante clarificar que a disciplina da arquitetura não aparenta ser capaz por si só de alterar comportamentos ou dinâmicas sociais, mas que as políticas habitacionais postas em ação também poderão introduzir impacto nessas dimensões.

8 Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto. Tem como objetivos a promoção da cidade do Porto na área da habitação, a gestão do parque de habitação pública municipal, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais, bem como a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social – in http://www.domussocial.pt/domussocial/quem-somos_2

9 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

De certa forma, ao longo dos anos, tem-se observado a limitações e objetivos por parte do Estado – na resposta às necessidades das famílias com menor capacidade económica – o que, em alguns casos, gera desconfiança e insatisfação face aos programas de requalificação. De igual modo, observa-se a não defesa de um dos direitos essenciais e vitais do cidadão – o direito à habitação com condições mínimas de habitabilidade - quando as necessidades de habitação não são respondidas em tempo devido, nem com a atenção necessária, optando-se por atitudes de erradicação dos bairros. Torna-se importante salientar a necessidade de produção de áreas residenciais que assegurem qualidade de vida em habitação social ¹⁰, considerando a cidade como centro da vida urbana.

Relativamente à definição do termo “habitação”, este tem sido alvo de alterações de significado, tornando-se importante perceber que se configura essencialmente como um espaço de resposta às necessidades dos seus utilizadores/ habitantes. As diferentes formas de “habitar” constituem-se fundamentalmente como um espelho da evolução dos modos de vida e das práticas sociais, económicas e políticas. Nesta investigação, são levantadas questões no âmbito da organização de habitações compostas por tipologias com áreas mínimas, de que forma é feita a apropriação destes núcleos de residência pelos seus ocupantes e o impacto das iniciativas relativas à promoção pública de habitação quer na sociedade, quer no território urbano.

Torna-se importante clarificar de que forma estes modos de produção de habitação de áreas mínimas dão resposta às questões essenciais básicas de habitabilidade, tais como higiene, salubridade e acima de tudo funcionalidade, flexibilidade e conforto.

10 Guerra, P. (2017). *Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade*. Sociologia:Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 145-175.

OBJETIVOS E PERTINÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO

A presente investigação tem como objetivos abordar uma série de questões:

- A forma como os espaços da habitação para classes de menores recursos são usufruídos;
- O modo como se constroem as vivências dos espaços domésticos e dos espaços comuns, assim como as relações de vizinhança e de propriedade;
- Promover a construção de um enquadramento histórico, na lógica de compreensão dos diferentes programas e iniciativas de construção de habitação quer privadas, quer públicas, assim como as diferentes fases de evolução do Bairro São João de Deus;
- Estabelecer um paralelo entre o processo da reabilitação realizado à data desta dissertação, a nova realidade construída e as expectativas dos residentes daquele lugar;
- Numa ideia de pré-existência e de adaptação das formas de habitação e de vivência dos espaços, analisar as lógicas de continuidade e rutura;
- A abordagem à memória inerente ao sentido de pertença e de propriedade dos residentes do bairro.

Esta dissertação revela-se pertinente após a observação do número reduzido de estudos acerca de conjuntos habitacionais (como o Bairro São João de Deus) que se desenvolveram na cidade do Porto, contrariamente ao elevado número de estudos acerca das políticas e iniciativas tomadas, quer de contextualização, quer de crítica. Também se demonstra importante no sentido em que o tema da habitação de promoção pública é considerado como uma questão social de difícil resposta, para a qual aparentemente são encontradas soluções questionáveis como a erradicação, destruição dos núcleos habitacionais e realojamentos dos habitantes para outros bairros com problemas muito similares.

Ao analisar estas iniciativas torna-se essencial perceber a importância da conjugação da responsabilidade pública (no sentido da necessidade de resolução de problemas físicos do bairro, como a falta de alojamento ou de condições mínimas), com a responsabilidade social (articulação das necessidades dos residentes e das relações criadas dentro e fora do espaço urbano ou a erradicação de atividades ilegítimas originadas no ambiente do bairro).

Neste sentido, o Bairro São João de Deus constitui-se como um caso de estudo particular, uma vez que a par de uma requalificação que tenta promover uma configuração inicial do bairro e que após ter sido dada aos habitantes a opção de realojamento, os mesmos insistiram em permanecer no local de residência aquando da requalificação.

MÉTODO

Como método de desenvolvimento desta dissertação, foi escolhido um caso de estudo particular, de algum modo representativo do panorama da habitação para classes com recursos reduzidos. Pela história complexa que apresenta, foi escolhido o bairro São João de Deus.

Este bairro será de igual modo o mote para um breve enquadramento dos diferentes programas e iniciativas realizadas no âmbito da promoção pública de habitação.

Deste modo, foram realizadas as seguintes tarefas que organizam e completam a metodologia criada:

- Pesquisa e leituras de bibliografia para identificação e caracterização das iniciativas relevantes de promoção pública de habitação ao longo do século XX;

- Realização de esquemas de organização de trabalho e cronologias de contextualização histórica;

- Reflexão sobre as diferentes fases de transformação do Bairro São João de Deus, através da produção de desenhos de interpretação;

- Clarificação e caracterização das vivências e das diferentes formas de apropriação dos espaços que compõem o “espaço da casa”, através da elaboração de “Mapas de Usos”;

- Realização de um estudo comparativo das tipologias existentes com as tipologias do novo projeto, analisando os espaços e áreas de habitação;

- Elaboração de esquemas tipológicos, com o objetivo de estudar as alterações das condições de habitabilidade, das formas de usos dos espaços da casa e das suas vivências;

- Realização de entrevistas e conversas com os moradores do Bairro São João de Deus.

Estas tarefas contribuíram para compreender o impacto dos meios políticos, económicos e sociais na promoção da habitação pública, quer pela sua configuração, quer pelas diversas formas de apropriação, que resultam na produção de vida quotidiana.

A dissertação está organizada nos seguintes capítulos:

O primeiro capítulo corresponde à clarificação de alguns conceitos e termos utilizados nos discursos ligados à promoção de habitação para pessoas com menos recursos. Este capítulo não ambiciona a construção de um glossário sistematizado, uma vez que os termos apresentados podem ser passíveis de vários entendimentos, assim como algumas das definições de certos conceitos acabam por encontrar formulações próximas. Neste sentido, foram enunciados conceitos como “habitação social”, “habitação económica”, “habitação a custos controlados”, entre outros, frequentemente utilizados nos discursos e teorizações relacionadas com as temáticas da habitação de promoção pública e de significado ambíguo.

No segundo capítulo, é apresentado um enquadramento de algumas das iniciativas de habitação promovidas no século XX, iniciando-se pela apresentação do caso particular do Bairro São João de Deus, contextualizando os eventos que antecederam o momento da sua requalificação. Como forma de compreensão destes mesmo eventos, realizou-se uma panorâmica geral das políticas de promoção pública de habitação no município do Porto, enunciando brevemente iniciativas privadas, como as “ilhas” do Porto, ou os Bairros e Colónias Operárias e iniciativas públicas como o Programa das Casas Económicas (1933) ou bairros construídos no âmbito do Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto (1956-1966).

No terceiro capítulo, foi analisado o Bairro São João de Deus à data do projeto de requalificação (2014-2019), numa abordagem que percorre o projeto de arquitetura e as estratégias utilizadas no processo de reabilitação, no sentido de perceber como a história de evolução do lugar enquanto objeto urbano pode influenciar o projeto. Também se realizou uma análise da formulação e apropriação das tipologias e organizações espaciais, comparando as habitações existentes com a transformação realizada no processo de reabilitação, tendo como objetivo evidenciar as diferenças, semelhanças e melhorias. Como um ponto de estudo importante, foram também analisados os usos e vivências do espaço doméstico, no sentido de compreender e enquadrar o tipo de apropriação e transformação dos espaços por parte dos habitantes, analisando lógicas de rutura e de continuidade provocadas pela requalificação. De igual modo, foi considerada a importância da pré-existência e da memória, como modo de configuração de sentidos de pertença e criação de laços de vizinhança do habitante.

No quarto capítulo, foram analisadas algumas das limitações e

potencialidades associadas ao processo de estruturas habitacionais para as classes com menos recursos. Observa-se que alguns dos processos e políticas empregues no espaço do bairro criam efeitos de isolamento, estigmatização social, desconfiança ou insatisfação (face á ação pública) nos respetivos habitantes e a subsequente necessidade da integração dos mesmos nas políticas relativas à promoção de habitação.



Imagem 1 - Bairro São João de Deus in Bismarck, P. L. (2019). Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus. Porto: Dafne Editora: 103

II- CONCEITOS E TERMOS ASSOCIADOS À PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO

Em Portugal, as questões relacionadas com a habitação foram o mote para a criação de estratégias, medidas, políticas e projetos de modo a controlar uma grande parte da organização social do país¹¹.

“... as políticas públicas de apoio à habitação foram também instrumentos de atuação do Estado na gestão da procura e oferta de mão de obra para a construção civil, bem como na tentativa de criação de uma força de trabalho mais produtiva, e politicamente coesa, através da melhoria das suas condições de vida”¹².

No caso específico do Porto, o problema da habitação coloca-se de um modo mais evidente no início do século XX, com o surgimento de múltiplos tipos de edifícios habitacionais, implementados por diferentes tipos de promotores, tanto públicos como privados¹³. Nesta época era evidente a sobreocupação das habitações unifamiliares existentes, o que impulsionaria a necessidade de nova construção não só de edifícios como de infraestruturas urbanas.

11 IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2018). *Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa.

12 Idem, Ibidem

13 “In Portugal, as in other countries, multifamily housing in the urban context is prevalent in large and important cities such as Lisbon and Porto. Although this housing type in Lisbon dates back to the 17th century, in Porto the first examples appear only in the first half of the 20th century. *Between the early 1920s and the late 1960s, this reality brought about the emergence of multiple types of housing buildings, carried out by different types of promoters, such as private individuals, real estate developers, and public and cooperative housing initiatives, the latter being more constrained at an economic level*” in Lameira, G., Rocha, L., & Cruz, M. (2017). *Affordable 20th century housing in Porto. The transformation processes under scope*, presented at REHAB 2017 Proceedings of the 3rd International Conference on Preservation, Maintenance and Rehabilitation of Historical Buildings and Structures 877

No âmbito de comemoração dos 100 anos de políticas públicas de habitação em Portugal (1918-2018)¹⁴, o IHRU, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, lança um projeto de investigação acerca dessa temática. Nesta publicação são enunciados termos como “habitação social”, “habitação económica”, “habitação a custos controlados”, legislação, programas e estudos realizados.

Estas expressões, frequentemente utilizadas no âmbito da produção de habitação promovida pelo Estado, têm distintos significados e enquadramentos

Na mesma linha, o projeto de investigação *Mapa de Habitação*¹⁵ – Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto – tem-se focado na investigação das temáticas ligadas à promoção pública de habitação entre 1910-1974, através de um inventário alargado de bairros construídos nessa época. O principal objetivo desta investigação é a identificação dos programas públicos de habitação, assim como das suas concretizações espaciais: bairros, edifícios de habitação coletiva ou habitações unifamiliares. Esta investigação permite evidenciar a relação entre os programas públicos de habitação e os seus contextos políticos, a identificação dos sistemas de construção e os tipos habitacionais, esclarecimento das políticas sociais em causa e a georreferenciação dos contextos urbanos em que as iniciativas se inscrevem.

Considera-se relevante a enumeração e análise de termos que se demonstrem pertinentes para uma melhor compreensão da contextualização histórica, que se apresentará no capítulo seguinte. Esta necessidade tornou-se evidente no âmbito da pesquisa bibliográfica, face à dificuldade em distinguir e diferenciar termos que se referem a esferas próximas de significado.

14 IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2018). *Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa.

15 Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.).

Os termos selecionados referem-se à dimensão física da habitação (enquanto objeto arquitetónico), mas também à dimensão social (relacionadas com a implementação de políticas ou formas de uso dos habitantes nos diferentes espaços).

Uma vez que este trabalho se desenvolve no âmbito do estudo sobre a habitação, partimos da ideia base deste conceito enquanto lugar de residência ou local onde se criam vivências, para abordar alguns dos principais termos relativos à promoção da habitação.

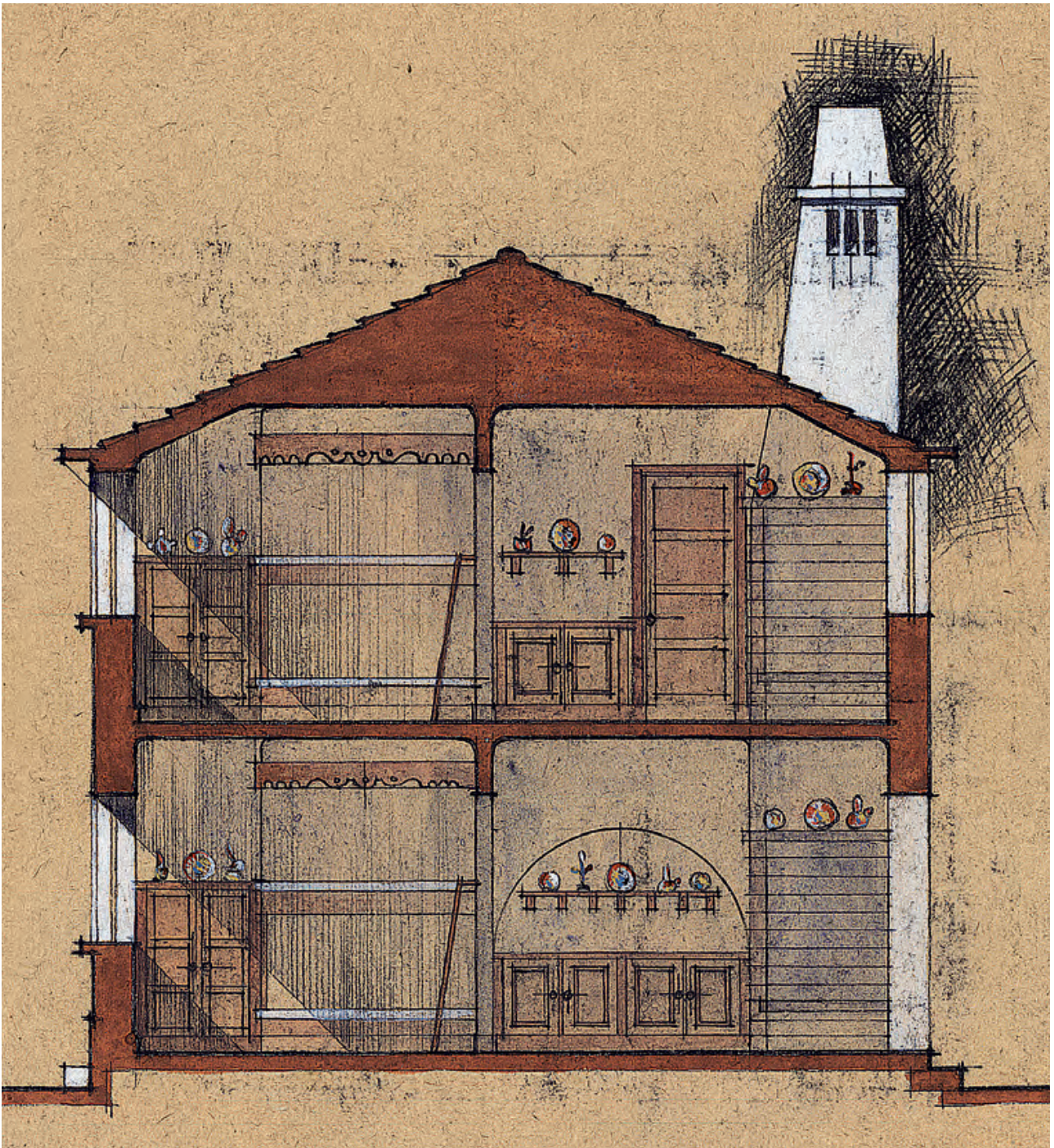


Imagem 2 - Habitação de Promoção Pública in IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2018). *Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa.

De forma a definir “habitação de promoção pública”, faz-se referência ao autor Christian Topalov (2010)¹⁶, para referir que se trata de um tipo de habitação promovida e comparticipada pelo Estado, onde este tenta garantir não só as condições necessárias de financiamento como outras que permitam a viabilidade dos projetos. Geralmente este tipo de iniciativas, além de apoiadas por legislação, também decretam regras gerais como dimensão e custos da habitação ou o modelo de gestão e sistema de entrega da casa aos seus habitantes. Arquitetonicamente pode abranger diferentes tipos de habitação e de assentamento urbano ¹⁷.

Considera-se que todos os termos referidos posteriormente, sejam eles “bairros social”, “colónias operárias”, “habitação social”, “habitação a custos controlados”, “habitação económica” e “habitação operária” (com exceção das “ilhas”) representam na sua génese fenómenos de habitação de promoção pública. Podemos pensar que alguns dos termos apresentados se relacionam de forma mais explícita com as preocupações e com os aspetos sociais, como o caso de “habitação social” e outros se refiram ao controlo da qualidade e custo de alojamento, como por exemplo “habitação económica”.

16 Topalov, C. (2010) in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.).

Topalov, C. (2010). *L'aventure des mots de la ville*, Paris: Robert Laffont – Funciona quase como um “glossário” acerca de vocabulário usado para descrever as cidades. O autor reconhece que os termos são mutáveis no seu significado, mas representam a história social e urbana da cidade.

17 Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.).

Fenómenos como a rápida deslocação das populações para centros urbanos e a complexidade das situações observadas nas periferias, provocam desafios constantes relativamente ao pensamento e formas de atuar sobre a habitação de promoção pública, uma vez que este tipo de alojamento sofre muitas vezes de exclusão e segregação quer social quer territorial.

Segundo o autor Eliseu Gonçalves¹⁸ o termo “habitação operária” significa habitação para a classe operária¹⁹.

“Esses bairros de casas para as classes mais desfavorecidas denunciam uma mutação operada no universo da arquitetura da casa provocada, sobretudo, pela emergência da salubridade da urbe...”²⁰

Dentro do termo “habitação operária” podem ser incluídos conceitos e definições como “bairros operários” ou “colónias operárias”, sendo que os seus significados se cruzam.

No caso do Porto, o alojamento operário representa a passagem das dinâmicas sociais das “ilhas”, para novas formas de alojamento da classe associada à indústria fabril. Embora os casos de construção deste tipo de habitação não tenham sido completamente satisfatórios, uma vez que não

18 Eliseu Gonçalves, “habitação operária” in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.).

19 “Na transição de século, o alojamento para os estratos sociais mais baixos toma vulgarmente o nome de alojamento ou habitação operária porque o operariado fabril é a parte mais visível do problema social da habitação. Sabe-se que a classe operária urbana no período é de espectro amplo albergando vários tipos de profissões e, dentro destas, várias patentes. Desta mole de gente, artesãos e operários representavam dois importantes universos quanto aos modos de produção e de habitar.

Pode-se afirmar que o alojamento operário foi a parte mais significativa da habitação popular urbana, termo este que engloba toda a diversidade de soluções de habitação e condições de habitabilidade da população rural que se instalou na cidade industrial. Alguns dos conjuntos de habitação operária decorreram particularmente de estratégias concertadas para o desenvolvimento da produção industrial, integrando-se em formas de ocupação e construção do espaço urbano mais abrangentes centradas na fábrica.” Gonçalves, E, “habitação operária” in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.).

20 Gonçalves, E. (2010). *As soluções do alojamento operário no Porto na transição da Monarquia para o Estado Novo*. 1º Congresso sobre o Património Industrial. CIPI, Vila do Conde:2

conseguiram resolver a questão do alojamento operário, representam uma iniciativa de experiência que irá influenciar novas formas de pensamento e construção deste tipo de habitação.²¹

“O bairro operário deve ser formado por pequenos grupos de casas, convenientemente dispostas, para que umas não prejudiquem as outras. Cada casa deve ter necessariamente um terreno anexo, para quintal de cultivo e recreio. Uma casa de banhos e um lavadouro são indispensáveis em cada bairro e bom será que não falte uma sala de creche. [...]. É uma cidade operária, não constituída por um casarão, como se fosse um quartel; nada disso. Cada casa, construída o mais economicamente possível, só pode conter uma ou duas famílias e é cercada por um jardim.”²²



Imagem 3- Exemplo de habitação operária no Porto – “Ilha” do Porto in <http://www.diarioimobiliario.pt/Actualidade/Parlamento-recomenda-reabilitacao-urgente-das-ilhas-do-Porto>

21 Gonçalves, E. (2015). *O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário*. O Estado, a habitação e a “questão social” na cidade do Porto, 126-134.

22 (Carqueja, 1920) in Gonçalves, E. (2010). *As soluções do alojamento operário no Porto na transição da Monarquia para o Estado Novo*. Paper presented at the 1º Congresso sobre o Património Industrial.

“ILHAS”

As “ilhas” são um tipo de construção clandestina que representam pequenas habitações construídas em banda nas traseiras das casas da classe média da cidade do Porto.

No final do século XIX, as ilhas alojavam cerca de um terço da população do Porto. Segundo Manuel C. Teixeira (1994), nos 36 anos entre 1864 e 1900, a população do país tinha aumentado 36% enquanto a população urbana aumentou 75%, existindo 1048 ilhas, compostas por 11 129 casas e 50 mil pessoas²³.

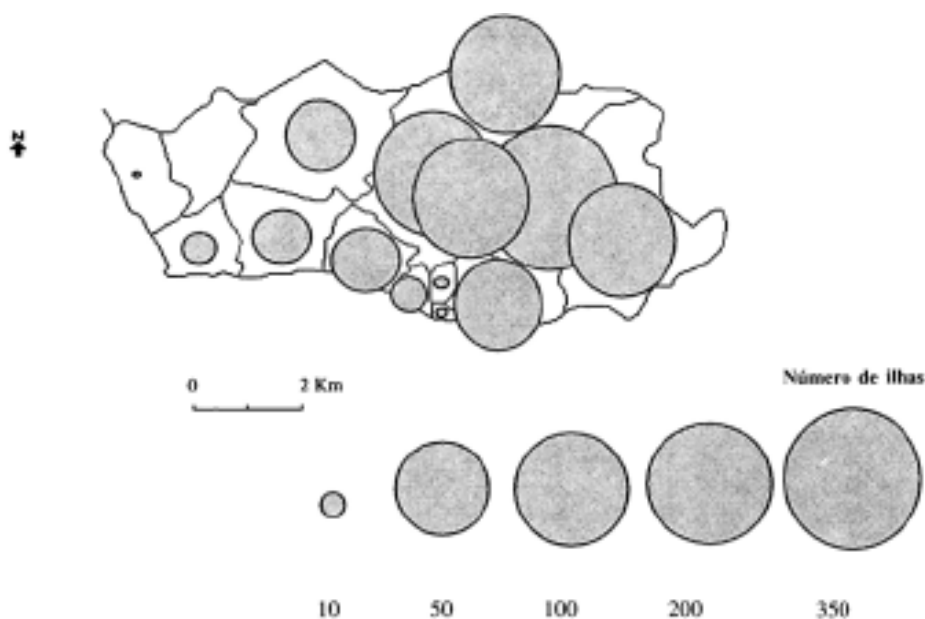


Figura 1- Número de ilhas do porto in Matos, F. L. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*: 691

Este tipo de alojamento pode ser considerado como uma consequência do fenómeno da industrialização que se fazia sentir no Porto, entre os séculos XVIII e XIX, face á necessidade de albergar a população crescente que se deslocava para o centro urbano à procura de melhores condições de vida.

23 Teixeira, M. C. (1994). *A habitação popular no século XIX—características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*. *Análise Social*, 555-579.

Segundo um estudo realizado em 2015, intitulado “Ilhas do Porto – Levantamento e Caracterização”, são identificadas 957 “ilhas”, habitadas por mais de 10 mil pessoas.

Comparando os dados propostos por Manuel C. Teixeira (1994)²⁴ com e os dados de Isabel Vázquez e Paulo Conceição (2015)²⁵ pode-se observar que entre em 1929 existiam 1301 núcleos habitacionais²⁶ e em 2014 existiam 957 núcleos²⁷. O fator da diminuição do número “ilhas” existentes poderá estar relacionado com a implementação de políticas de habitação impostas pelo Estado, tais como a demolição destes conjuntos habitacionais ou o realojamento da população para outros bairros da cidade.

As “ilhas” são representadas como um problema da habitação na cidade do Porto e como uma questão antiga que a cidade não tem conseguido resolver. Estes conjuntos habitacionais são um reflexo não só da falta de soluções de habitação para uma população crescente, mas também da evolução do tecido urbano da cidade.

Deste modo, facilmente se associou a “ilha” a uma habitação de baixa qualidade, ocupada por parte da população mais pobre, resultado da segregação territorial e estigmatização social.

24 Sobre O desenvolvimento Urbano do Porto, séculos XVIII-XIX, Teixeira, M. C. (1994). *A habitação popular no século XIX—características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*. *Análise Social*, 556 – 558.

25 Sobre o levantamento e caracterização das ilhas - Vázquez, I., & Conceição, P. (2015). *Ilhas do Porto – Levantamento e Caracterização*”: Câmara Municipal do Porto

26 Teixeira, M. C. (1994). *A habitação popular no século XIX—características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*. *Análise Social* 568

27 Vázquez, I., & Conceição, P. (2015). *Ilhas do Porto – Levantamento e Caracterização*”: Câmara Municipal do Porto: 33



Imagem 4 - Ilha da Bela Vista, Porto in <https://www.juonline.pt/sociedade/artigo/338/a-ilha-da-bela-vista-entre-o-passado-e-o-futuro.aspx>

COLÓNIAS OPERÁRIAS

O termo “colónias operárias”²⁸ é facilmente associado e utilizado para descrever a “habitação operária”. Contudo a expressão “colónias operárias” é associada a uma iniciativa filantrópica realizada por investidores privados, enquanto o termo “habitação operária” serve para descrever de uma forma generalizada um tipo de alojamento específico.

Segundo o autor Eliseu Gonçalves, as “colónias operárias” representam estruturas urbanas de pequenas dimensões, criadas antes do Estado Novo²⁹. A sua localização permitia que os trabalhadores residissem em zonas próximas ao local de trabalho, representando um incentivo para os investidores particulares na construção de habitações com qualidade para a classe trabalhadora.



Imagem 5- Colónia Dr. Manuel Laranjeira in <http://gisaweb.cm-porto.pt>

28 Sobre o termo “colónia” ver Gonçalves, E. in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.): 111-112

29 A partir de 1918, o município do Porto haveria de aplicar a designação a um seu programa habitacional iniciado em 1914 para cobrir a falta de casas para as classes pobres. Através do orçamento camarário foi possível erguer até ao fim da década de 1920 quatro conjuntos: “Colónia Operária de Viterbo Campos” (64 fogos); “Colónia Operária Antero de Quental” (32 fogos); “Colónia Operária Estêvão de Vasconcelos” (116 fogos) e “Colónia Operária Manuel Laranjeira” (84 fogos).” Gonçalves, E. in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.):111-112

No caso particular do Porto, estas iniciativas representaram a construção de quatro colónias: a Colónia Antero de Quental entre 1914 e 1917, a Colónia Estêvão Vasconcelos, entre 1914 e 1917, a Colónia Dr. Manuel Laranjeira, entre 1916 e 1917; Colónia Viterbo Campos, entre 1916 e 1917³⁰.

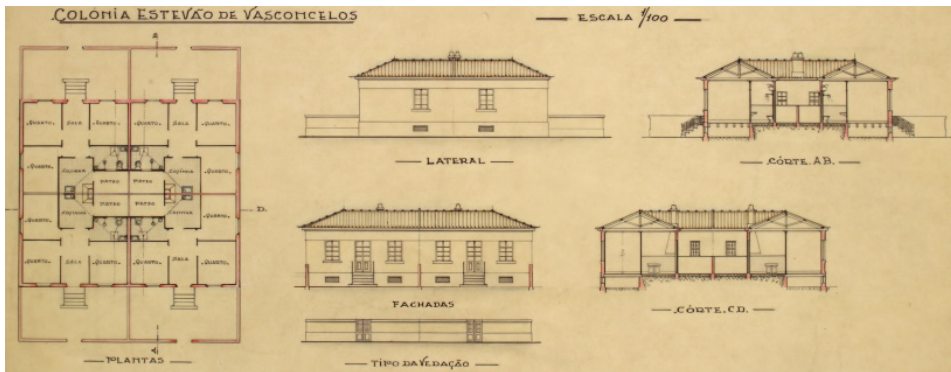


Imagem 6 - Colónia Estêvão Vasconcelos in <http://gisaweb.cm-porto.pt>

No caso do Porto, estes bairros acabam por não ser uma solução com capacidade de resposta para as necessidades de alojamento, uma vez que o crescimento da população urbana e a sobrelotação dos edifícios continuam a intensificar-se, aumentando assim o número de “ilhas”.

Estas colónias localizavam-se, geralmente, na periferia da cidade, em espaços livres para construção imediata³¹, estando geralmente inseridas em zonas com facilidade de transportes públicos e próximos das principais indústrias.

30 Matos, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. *Análise Social*, 677-695.

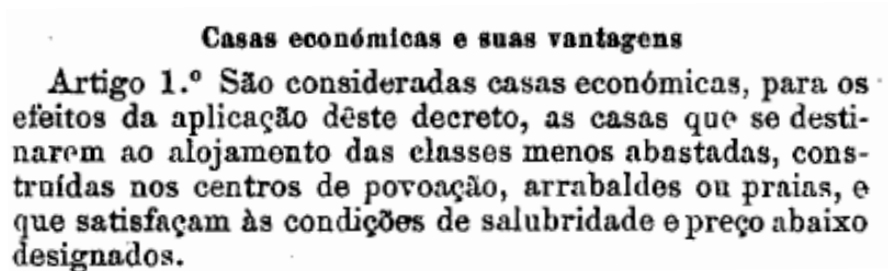
31 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.



Imagem 7- Operários de Fábrica in <https://musgueirasul.files.wordpress.com/2013/03/sem-nome.png>

HABITAÇÃO ECONÓMICA

O termo “habitação económica”³² começa a ser discutido por volta de 1918, quando o Governo em exercício de funções publica um Decreto Lei onde estabelece várias medidas relativas à promoção da construção de



casas económicas.

Imagem 8 - Diário do Governo n.º 87/1918, Decreto 4137

Em Diário de Governo, no Decreto Lei 4137, datado de 25 de abril de 1918, reconhece-se as políticas de habitação utilizadas em países como Bélgica, Inglaterra ou Itália, onde se constroem bairros ou blocos habitacionais para um grande número populacional, numa tentativa de melhorar as construções e resolver um problema originário dos grandes movimentos de industrialização. Desta forma, “habitação económica” define a habitação para classes com menos recursos que queiram adquirir propriedade. Este Decreto define as habitações por categorias, consoante os quartos disponíveis, áreas de metros quadrados de superfície e existência de cozinha ou wc.

“Quanto à morfologia era defendida a casa individual isolada, mas também permitia os grupos de casas ou bairros «leiras de casas sucessivas e unidas», com quintal (com «largura mínima de 4 metros») e sempre que possível um

32 “A expressão “casas económicas”, (...) constitui um exemplo paradigmático: no âmbito da habitação subsidiada pelo Estado refere-se a um programa com enquadramento legislativo concreto implementado em 1933, enquanto que no léxico comum a amplitude do seu significado é bastante mais vasta.” Silva, Sérgio in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.).

jardim. As ruas de largura mínima de 10 m, com pavimento macadamizado ou calçado, passeios laterais e encanamentos completos para vazão das águas -pluviais e caseiras, ligados ao esgoto público ou na falta destes, às fossas convenientemente colocadas”³³

Em 1933 é apresentado o Programa de Casas Económicas³⁴, onde o Estado passa a ter intervenção direta na construção deste tipo de habitação³⁵. No Porto, entre 1935 e 1950, constroem-se cerca de 12 bairros de casas económicas, localizados sobretudo nas freguesias de Bonfim, Campanhã, Cedofeita, Massarelos e Santo Ildefonso³⁶.

Dos bairros construídos podemos enunciar: o Bairro de Casas Económicas da Arrábida, Massarelos, 1919; Bairro de Casas Económicas do Amial, 1934-1949; Bairro de Casas Económicas de Condominhas, 1878-1974; Bairro de Casas Económicas no Viso, Ramalde, 1958.

“O Estado iniciou um papel ativo como promotor principal na construção de casas unifamiliares e económicas, contando com a participação dos Municípios e das instituições corporativas nas ações a desenvolver.”³⁷

33 Matos, F. L. (2015). *Da implantação da República à Primeira Guerra: as primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias*. A Grande Guerra (1914-1918): problemáticas e representações: 372.

34 Diário do Governo n.º 87/1918, Decreto 4137

35 Matos, F. L. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, 677-695.

36 As freguesias enumeradas representam territórios próximos de indústrias fabris e, por este motivo, foram motoras na construção deste tipo de habitação. A proximidade com caminhos de ferro também vai ser um importante fator para a localização deste tipo de alojamento. O Estado promove a “habitação económica” para as classes com menos recursos. No entanto, vai criar situações de segregação quer territorial quer social, uma vez que estes pedaços de território estavam, em maior parte dos casos, fora do centro urbano do Porto.

37 Cardoso, V. (2009). *Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico*. Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia.

O programa funcionava sobretudo na base da concessão de terrenos, impostos e empréstimos³⁸, fazendo do trabalhador não só um proprietário, mas também um devedor a longo prazo, baseado “*num princípio de propriedade resolúvel, em que uma renda mensal incluía o abatimento do valor da casa no prazo de 20 anos (posteriormente 25), (...) com o objetivo de transferir para os “moradores-adquirentes” a propriedade da habitação*”³⁹.

HABITAÇÃO SOCIAL

O termo “habitação social”⁴⁰ surge como uma definição associada a um tipo particular de estrutura habitacional que é apoiada pelo Estado e destinada a pessoas com menos recursos. Segundo as informações do livro *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]*⁴¹, este termo remete para um objetivo social onde sem este tipo de ajuda, a população não teria condições para aceder a habitação com condições mínimas.

38 Matos, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. *Análise Social*, 677-695.

Sobre o Programa de Casas Económicas, ver páginas 63-74

39 Silva, S. in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.): 50

40 “Esta expressão aponta claramente um objetivo social, em oposição à expressão *Habitação Económica* que favorece a observação da situação económica dos seus moradores e também o preço controlado da construção. Contudo não deverá confundir-se esta com a expressão “casas baratas”, construção de baixo custo que, contudo, pode revelar-se a longo prazo cara, pelo elevado custo de manutenção da edificação.” Gonçalves, E. e Ramos, R. J. G. in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.): 133

41 Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.).

Na sua génese, “habitação social” representa uma preocupação relativamente às necessidades dos habitantes, qualidade e conforto da habitação, direito à residência com a facilidade de acesso para classes mais desfavorecidas, e ainda a inclusão social.

Os edifícios conotados como “habitação social” consideram-se habitações com baixos custos não só de produção e construção, como de venda ou arrendamento. Representam assim uma forma do Estado tentar combater o défice relativo ao número de alojamento disponíveis para uma população significativa sem recursos económicos.

Este tipo de estruturas assenta no pressuposto de ser um tipo de habitação construído pela sociedade e para a sociedade. Face á dificuldade de definição do termo e da sua aplicação, o Estado vai optar pela designação de “Habitação de custos controlados”⁴², em 1997.

Segundo Siza Vieira (2000)⁴³ a habitação é sempre social, porque ela está indiscutivelmente presente na cidade, quer seja apoiada ou não pelo Estado, e tem e terá sempre um valor social associado.

42 Portaria 500/97, 21 julho 1997 - Estabelece disposições sobre os parâmetros de área e custos de construção, os valores máximos de venda e os conceitos a que devem obedecer as habitações a custos controlados.

43 Vieira, S. (2000). *Imaginar a evidência*. Lisboa: Edições 70

BAIRRO SOCIAL

O termo “bairro”⁴⁴ é entendido como um conjunto de habitações dentro de uma povoação com características próprias ⁴⁵.

Uma vez que este estudo vai enunciar, de forma contextual, as construções dos bairros d’O Comércio do Porto, “colónias Operárias” e Programa de Casas Económicas, considera-se importante o esclarecimento de que, no período em estudo, “bairro” representa um conjunto habitacional que beneficiava de rendas reduzidas, sendo alguns deles desenvolvidos a partir de iniciativas dos industriais e nesse sentido com um carácter filantrópico:

“Primeiro, com iniciativas mais ou menos pontuais, de cariz filantrópico, caso dos bairros de O Comércio do Porto, e mais tarde com medidas de maior impacto, quer pela Câmara, quer pelo Estado, e que se traduzem na construção de bairros sociais, primeiro, constituídos por alojamentos unifamiliares (as colónias operárias e as casas económicas) e, mais tarde, por blocos plurifamiliares (os bairros sociais das décadas de 40 e 50)”⁴⁶

Como primeiro enquadramento daquilo a que hoje se chama de “bairro social”, é apresentado um Decreto-Lei de 25 abril de 1918:

“As questões sociais () são hoje de palpitante atualidade em todos os povos cultos. (...) Uma dessas questões e da maior importância é a que se destina a conseguir a construção em grande escala () com todas as possíveis condições de conforto, independência e higiene, () que, por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à

44 O termo “bairro” tem diferentes significados e entendimentos em diferentes zonas do país. Por exemplo, em Lisboa, “bairro” significa uma freguesia ou zona da cidade, enquanto no Porto, “bairro” significa um conjunto habitacional com características próprias.

45 in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2019

46 Matos, F. L. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*: 694.



Imagem 9 - Bairro Lordelo in <http://gisaweb.cm-porto.pt/places/2376/documents/>

*saúde dos que as habitam.”*⁴⁷

Apesar da sua localização não ser uma característica definidora do termo, os bairros à data da sua construção localizam-se em zonas periféricas das cidades, ainda que atualmente perfeitamente integrados na malha consolidada da cidade.

*“Sabendo ainda que os bairros, quer pelo carácter mais ou menos recente e faseado dos processos de realojamento que experimentaram e/ou ainda experimentam, quer pelo próprio dinamismo da estrutura urbana que os envolve, encontram-se em processo contínuo de atualização e/ou reformulação das suas dinâmicas sociais e urbanísticas”*⁴⁸

A construção destes bairros na primeira metade do século XX explora uma iniciativa de política social, que apostava num novo modelo arquitetónico, visando contrariar a habitação para os operários que se revelava com condições degradantes. Este processo veio inspirar outras iniciativas no sentido e no pensamento acerca da individualidade do núcleo habitacional, higiene, salubridade e dignidade para os indivíduos com baixos rendimentos.

Na realidade, alguns destes bairros não conseguiram cumprir o seu propósito, uma vez que não foram capazes de albergar um grande número de famílias e, posteriormente, muitas das habitações foram entregues a pessoas com rendimentos mais elevados.

Segundo a autora Fátima Matos (1994), observa-se a construção de cerca de 12 bairros, entre 1935 e 1950.

47 Decreto n.º 4.137, Diário do Governo n.º 87 I Série, 25 de Abril de 1918

48 Pinto, T., & Gonçalves, A. (2000). *Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos: imagens, conflitualidades e insegurança*. CIDADES, Comunidades e Territórios nº 1:103

Bairro	Freguesia	Data da atribuição	Número de habitações
Ilhéu	Campanhã	1935	54
Condomínhas	Lordelo do Ouro	1937	102
Amial (1.ª fase)	Paranhos	1938	304
Azenha	Paranhos	1939	114
Paranhos	Paranhos	1939	180
Ramalde	Ramalde	1939	148
Costa Cabral	Campanhã	1940	240
S. Roque da Lameira	Campanhã	1942	334
Gomes da Costa	Lordelo do Ouro	1950	186

Quadro 1 - Bairros construídos entre 1935 e 1950⁴⁹

Observando o quadro com os números correspondentes à construção de habitação, podemos verificar que é inconstante ao longo dos anos (1935 – 1950).

No carácter social do “bairro”, observam-se sentimentos de pertença, numa carga simbólica significativa. O “bairro” funciona muitas vezes a partir de tradições e práticas sociais muito enraizadas.

Atualmente, apesar de ações sociais e políticas contra a discriminação criada acerca do “bairro social”, alguns dos bairros de maiores dimensões do Porto ainda continuam a ser caracterizados como perigosos. Contudo, a Domus Social está a realizar um investimento considerável para a requalificação destes conjuntos.

49 Matos, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. Análise Social: 687

HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS

A definição de “habitação a custos controlados” surge em 1983, a par da legislação criada pelo Estado, onde se ditam as áreas e custos de construção, assim como os valores máximos de venda.

Apresenta-se a legislação criada em 1983, assim como as respetivas alterações:

1.º São consideradas habitações de custos controlados (habitações sociais):

As promovidas com o apoio financeiro do Estado, nomeadamente pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação, empresas privadas e instituições particulares de solidariedade social, destinadas à venda ou ao arrendamento;

As que obedeçam aos limites de área bruta, custo de construção e preço de venda fixados na presente portaria.

2.º As habitações a custos controlados devem ter como referência, de acordo com a respectiva tipologia, as seguintes áreas brutas:

Tipologias	T1	T2	T3	T4
Área bruta (metro quadrado):				
Mínima	52	72	91	105
Máxima	65	85	105	114

Imagem 10 - Portaria 580/83 – 17 maio 1983

1.º São consideradas habitações sociais as habitações de custos controlados promovidas pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação económica, pelas instituições particulares de solidariedade social e pela iniciativa privada com o apoio financeiro do Estado e destinadas à venda ou ao arrendamento nas condições de acesso estabelecidas no presente diploma.

2.º Nos termos do número anterior, são consideradas habitações de custos controlados as que obedeçam aos limites de área bruta fixados para cada tipologia no n.º 3.º e aos limites de custos de construção previstos no n.º 8.º

3.º — 1 — As habitações sociais devem obedecer, de acordo com a respectiva tipologia, aos seguintes limites de área bruta:

Tipologias	T ₁	T ₂	T ₃	T ₄
Área bruta (m ²):				
Mínima	52	72	91	105
Máxima	65	85	100	114

Imagem 11 - Portaria 828/88 – 29 dezembro 1988

1.º São consideradas habitações de custos controlados:

a) As promovidas com o apoio do Estado que obedeçam aos parâmetros, limites e valores estabelecidos na presente portaria;

b) As unidades residenciais para realojamento de populações, desde que justificados pelo promotor o seu dimensionamento e necessidade.

2.º As habitações a custos controlados devem ter como referência, de acordo com a respectiva tipologia, as seguintes áreas brutas:

Tipologias	T0	T1	T2	T3	T4	T5
Área bruta (metros quadrados):						
Mínima	35	52	72	91	105	122
Máxima	50	65	85	105	114	130

Imagem 12 - Portaria 500/97 – 21 julho 1997

Nas Portarias apresentadas ⁵⁰ são definidas as áreas brutas a respeitar para cada tipologia de habitação. Os custos de construção devem compreender os encargos relativos aos recursos utilizados durante a construção (nas suas diferentes fases) e o preço de venda deve englobar o valor de construção, encargos relativos ao terreno, projeto, infraestruturas e demais custos financeiros e comercialização⁵¹.

Apesar da tentativa de implementação de regras acerca das áreas mínimas e máximas que cada tipologia deveria respeitar, o que se veio a verificar foi que as áreas apresentadas eram demasiado reduzidas, sem grande espaço para novos sistemas de organização interna e que, configuravam as habitações ao espaços mínimos indispensáveis (cozinha, sala, quarto e quarto de banho). Deste modo, podemos observar que da Portaria 580/83 para a Portaria 828/88, surgem alterações ao nível das áreas máximas da tipologia T3 e que da Portaria 828/88 para a Portaria 500/97, surge o enquadramento da tipologia T5, que não existia até então.

Também pelo RGEU – Regulamento Geral de Edificações Urbanas (1951) se prevê o mínimo e indispensável para as habitações consideradas a custos controlados, com relações entre as áreas de habitação e os valores de construção. Devem ser consideradas as condições mínimas que assegurem o conforto e segurança de qualquer estrutura habitacional.

Art. 15.º Todas as edificações, seja qual for a sua natureza, deverão ser construídas com perfeita observância das melhores normas da arte de construir e com todos os requisitos necessários para que lhes fiquem asseguradas, de modo duradouro, as condições de segurança, salubridade e estética mais adequadas à sua utilização e às funções educativas que devem exercer.

Art. 16.º A qualidade, a natureza e o modo de aplicação dos materiais utilizados na construção das edificações deverão ser de molde que satisfaçam às condições estabelecidas no artigo anterior e às especificações oficiais aplicáveis.

Art. 17.º A aplicação de novos materiais ou processos de construção para os quais não existam especificações oficiais nem suficiente prática de utilização será condicionada ao prévio parecer do Laboratório de Engenharia Civil do Ministério das Obras Públicas.

Imagem 13 - Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro, Decreto-Lei 38382

50 As Portarias apresentadas fazem parte de publicações por parte do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. No período referente à publicação das Portarias (1983-1997), a política social da habitação começa a ser vista como um ponto fulcral para a habitação, com os objetivos de facilitar o acesso à propriedade e proporcionar as condições mínimas de habitabilidade.

Competia ao Estado intervir, no sentido de promover a habitação das famílias que não dispõem de recursos, assim como garantir o esforço da comunidade nessa promoção - *Portaria 580/83, de 17 de maio 1983*

51 Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Portaria 500/97 – pg. 654



Imagem 14 - Habitação do Bairro São João de Deus (demolido na fase de requalificação) - Fotografia de autora

III- INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO NO SÉC. XX, NO PORTO

O CASO PARTICULAR DO BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS

As estruturas habitacionais observadas no início do século XX indicavam a degradação social e urbana visível⁵² no acumular de conjuntos de “ilhas” na cidade do Porto. Desde 1938 que o Estado reconhecia a habitação como um “problema social”, onde era necessário construir cerca de oito mil habitações de rendas acessíveis⁵³. Deste reconhecimento, e no decorrer do Programa de Casas Económicas (1933), com a construção de estruturas habitacionais com vista a resolver o problema do alojamento verificado até à data, surge a subsequente construção do bairro São João de Deus em 1944.

Este bairro é um conjunto habitacional cuja história não difere muito de outros bairros da cidade do Porto, essencialmente pela “violência” exercida quer no território (pelas diversas transformações efetuadas), a sua localização periférica e os problemas sociais existentes.



Imagem 15 - Bairro São João de Deus in <http://gisaweb.cm-porto.pt>

52 Almeida, P. (2013). *Bairros Económicos do Porto: a casa como arma política*. Família, Espaço e Património, 503-518. Porto.

53 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

Localizado na zona norte da freguesia de Campanhã, o bairro São João de Deus constitui um bairro camarário construído com o objetivo de realojar a população com falta de condições de habitabilidade, ilustrando uma estratégia de promoção da habitação social para a resolução do problema de alojamento na cidade do Porto.

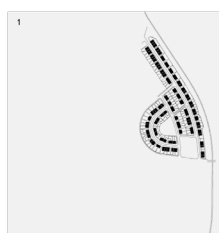
“...bairro onde eram reencaminhadas as pessoas e famílias mais problemáticas de outros bairros portuenses.”⁵⁴

O bairro São João de Deus organizou-se inicialmente por um conjunto de habitações unifamiliares, de dois pisos com logradouro que, com o avançar dos anos ficou representado pelas construções anexas, de “lata”, ilegais e parte das quais sem condições mínimas de habitação.

Este bairro foi construído por fases e intervencionado várias vezes ao longo das décadas seguintes. Contudo, uma das dificuldades encontradas ao longo desta dissertação foi a não correspondência das datas relativas às intervenções. Pela reduzida documentação relativa a este caso de estudo, torna-se complicado datar com precisão cada transformação. Na tentativa de solução desta questão, realiza-se a comparação das informações disponibilizadas por dois autores que estudam e enunciam algumas respostas para o problema exposto.

54 in Documentário Tarrafal, RTP, 22 de maio 2018

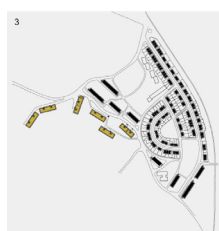
Da investigação realizada pelo autor Pedro Bismarck⁵⁵ podemos salientar as seguintes fases de evolução do bairro:



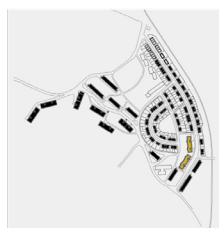
1 – Bairro de habitações populares de habitações de Rebordões: primeira etapa de construção do Bairro São João de Deus, ainda com o nome antigo. São construídas 48 casas individuais de dois pisos (1944).



2 – Bairro São João de Deus – construção de 8 blocos de habitação coletiva de quatro pisos – corresponde às transformações efetuadas em 1956, a par da iniciativa de realojamento das pessoas que habitavam nas “ilhas” (1956).



3 – Ampliação do Bairro São João de Deus, através da construção de 36 habitações (1965) e depois 72 habitações (1968) em 6 blocos de habitação coletiva de 3 pisos.



4 – Ampliação do Bairro São João de Deus – construção de 2 blocos de habitação coletiva de 4 pisos (1977)



5 – Construção de uma nova urbanização, através de 7 blocos de habitação coletiva de quatro pisos – Urbanização Vale da Figueira (1992)



6 - Urbanização Vale da Figueira – ampliação da urbanização com a construção de 5 blocos de habitação coletiva (1994).



7- Demolição total dos blocos de habitação coletiva construídos até então. A demolição dos blocos ocorre de 2003 a 2008.

Figura 2 - Descrição das diferentes fases de transformação do bairro São João de Deus in Bismarck, P. L. (2019a). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

55 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

Em comparação, foi utilizado o quadro analítico realizado pela autora Sónia Alves⁵⁶, com as respetivas fases de construção e modelos de habitação.

Fases de construção	Ano	Modelos de habitação	Fotografias
1ª Fase – Habitação Social Unifamiliar	1944	São construídas 144 casas térreas unifamiliares, de dois pisos e com pequenas áreas privadas.	
2ª Fase – Habitação Social Multifamiliar	1956	São construídos oito blocos de habitação social para alojar população que vivia em “ilhas” e população cigana que vivia numa área de descampado, necessário para a construção da Av. Fernão Magalhães.	
3ª Fase – “Património dos Pobres”	1960	São construídas 12 casas unifamiliares pertencentes à Paróquia da N.ª Sr.ª da Areosa. Este conjunto habitacional viria a ser designado por <i>Património dos Pobres</i> .	
4ª Fase – Habitação Social Multifamiliar	1969 e 1979	São construídos oito blocos de habitação social plurifamiliar, com cêrcea dominante de 3 pisos.	
5ª Fase – Construção de Génese Ilegal	Anos 80	É construído um núcleo de barracas em redor dos blocos de habitação do bairro.	

Quadro 2 - Fases de construção do bairro São João de Deus in Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios:46-47

56 Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios, 41-59.

Pela comparação dos dois autores, podemos verificar que apenas as datas da primeira fase (1944) e segunda fase de intervenções (1956) estão em concordância. As outras datas surgem muito próximas relativamente ao seu tempo, não existindo a concordância ou a certeza das mesmas.

Relativamente às diversas fases enunciadas, e referindo a autora Sónia Alves (2011), pode-se afirmar que entre 1950 e 1960, o bairro São João de Deus sofre alterações que surgem no enquadramento do Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto (1956). Estas alterações vão determinar, nas épocas seguintes, a construção de novos conjuntos dentro do espaço do bairro e a subsequente transferência de grupos de moradores de outros bairros da cidade do Porto para o bairro São João de Deus. Por volta de 1950, o bairro muda o seu nome inicial (chamado de Rebordões) e passa a chamar-se oficialmente de bairro São João de Deus.

Nas décadas de 1970 e 1980, são observados problemas sociais e urbanos que viriam a fundamentar iniciativas públicas criadas para contrariar a degradação social e urbanística⁵⁷. Apesar dos esforços para a tentativa de solução do problema, surge a concentração de atividades ilegais no bairro, desde a venda e ocupação ilegal de habitações, tráfico de droga e armas, que acontecia de forma cada vez mais recorrente e explícita.

Em 1990, foi criado o Programa de Nacional de Luta Contra a Pobreza, com o objetivo de inclusão das comunidades, associação e apoio a redes de solidariedade. No caso do bairro São João de Deus, projetam-se apoios aos jovens e às suas famílias, assim como a criação de atividades associativas e desportivas⁵⁸.

As fases enunciadas anteriormente representam a construção de aproximadamente 706 fogos em 38 anos, para albergar cerca de 5000 pessoas. As intervenções executadas visavam a contribuição social, a nível de autonomia e dignidade, assim como a contribuição a nível urbano, através da limpeza dos terrenos e eliminação das construções ilegais de “lata”, e ainda a construção de 12 blocos de habitação multifamiliar, para realojamento de famílias.

57Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios, 41-59.

58 Idem, ibidem

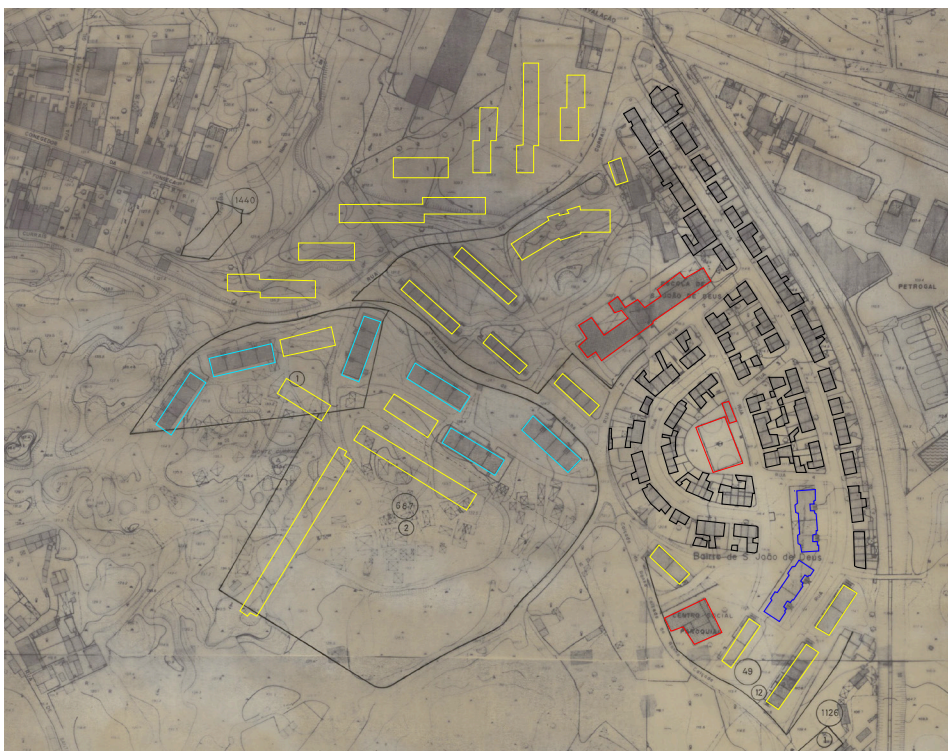


Imagem 16 - Blocos de habitação do bairro São João de Deus in <http://gisaweb.cm-porto.pt>

Em 2002 surge um projeto da Câmara Municipal do Porto de demolição com o objetivo de reduzir o número de habitantes para cerca de 80% do existente. O programa apresentado definia como principais objetivos a redução da população do bairro, a abertura de várias artérias e ligações rodoviárias, possibilitando a abertura do bairro para o resto da cidade e a diminuição da sua suficiência, com vista a que as pessoas passassem a utilizar os equipamentos do exterior⁵⁹.

“(...) demolição (...) justificada pela existência de habitação de baixa qualidade, que exigia elevados custos de requalificação; de um desenho urbano desqualificado que reforçava o seu isolamento face à envolvente; e de uma elevada dimensão dos problemas da criminalidade e do tráfico e consumo de droga”⁶⁰.

59 Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios, 41-59.

60 Ibidem, p. 52

Entre 2003 e 2009, deu-se a demolição dos edifícios “torre” de habitação plurifamiliar, voltando o bairro à configuração inicial composto por habitações unifamiliares.



Imagem 17 - Fase de demolição do bairro São João de Deus in <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/camara-do-porto-vai-demolir-casas-junto-ao-bairro-sao-joao-de-deus-5770273.html>



Imagem 18- Fase de demolição do bairro São João de Deus in <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/camara-do-porto-vai-demolir-casas-junto-ao-bairro-sao-joao-de-deus-5770273.html>

Estas ações promoviam essencialmente os seguintes objetivos:

- aproximação do “bairro” ao centro da cidade, através da construção de novas vias para a ligação do tecido urbano;
- diminuição da densidade populacional, através da demolição dos blocos construídos em altura;
- construção de 124 casas unifamiliares com logradouros privados, para o realojar parte da população que residia nos edifícios a demolir;
- fusão das casas unifamiliares, de forma a aumentar os espaços disponíveis no interior de cada habitação;
- requalificação ambiental, através da arborização e ajardinamento dos espaços públicos existentes⁶¹;

Apesar de muitas promessas feitas por autarcas, assim como propostas de projetos, para além das ações de demolição, mais nenhuma ação foi realizada.

As transformações que ocorreram neste território sugerem um pensamento urbanístico que não se demonstrou totalmente eficaz. A necessidade efetiva de soluções de alojamento para a população residente resultou em situações de sobreocupação de habitações, traduzindo-se na construção ilegal de um núcleo de barracas à volta do bairro e de anexos nas habitações existentes (de forma a aumentar os espaços interiores das casas)



Imagem 19 - Bairro São João de Deus in <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/camara-do-porto-inicia-construcao-das-novas-casas-do-bairro-sao-joao-de-deus>

61 Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios, 41-59.

Um dos problemas resultantes da construção dos núcleos informais foi a divisão das famílias residentes, assim como a introdução de população desenraizada no espaço interno do bairro. Outro problema demonstrado foi a falta de equipamentos de apoio e explicação dos processos realizados. Estes problemas, juntamente com fatores sociais como analfabetismo ou desemprego, resultaram na estigmatização do bairro e dos seus residentes, assim como o acompanhamento social insuficiente e a criação de oportunidades de emprego que possam contribuir para a redução da vulnerabilidade social e a exposição a práticas ilícitas⁶².



Imagem 20 - “Tarrafal” in <http://ruioliveiraphotospot.blogspot.com/2017/01/a-nova-vida-do-bairro-sao-joao-de-deus.html>

Como resultado da estigmatização sofrida, o bairro ficou conhecido como “Tarrafal”, o nome de uma prisão criada pelo Governo do Estado Novo, situada em Cabo Verde que funcionava como um campo de isolamento com o objetivo de eliminar opositores políticos. No documentário da RTP, datado de 22 de maio de 2018, intitulado “Tarrafal”, ouvimos a frase “...

62 Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios, 41-59.

campo de morte lenta” ou “Quem vem para o Tarrafal vem para morrer.”

Estas expressões demonstram a perceção social relativamente ao bairro São João de Deus – bairro para onde eram reencaminhadas as pessoas e famílias mais problemáticas da cidade do Porto.

Segundo o autor Pedro Bismarck (2019)⁶³, a narrativa atual não difere das anteriores, uma vez que representa a história da violência exercida sobre um território, mas também a má gestão por parte do poder municipal e a utilização da habitação como arma política para o controlo de populações mais desfavorecidas⁶⁴. Estes processos tornam visíveis os problemas sociais e económicos, plasmados na qualidade generalizada das habitações, muitas delas sem condições de salubridade.

A discriminação social associa-se à imagem de violência no bairro, de pobreza, e de situações de insalubridade e excesso de população. São retratadas as situações de despejos como alvo de controvérsia pela falta de cumprimento das promessas reiteradas pelo Governo (em medidas de reabilitação), resultantes da falta de comunicação e informação para com os moradores que foram realojados noutros bairros da cidade do Porto ou até pela falta de trabalho colaborativo entre as entidades envolvidas e os moradores do bairro.

O caso do bairro São João de Deus ilustra o modo como a “habitação social planeada e construída pelo sector público, pode ter um impacto muito positivo ao nível das condições de habitabilidade das famílias mal alojadas, mas pode ter também efeitos indesejáveis ao nível da construção de novos problemas urbanísticos”⁶⁵

63 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

64 Sobre Segregação e Controlo Social, ver *Bairros Económicos do Porto: a casa como arma política*, Almeida, P. (2013). *Bairros Económicos do Porto: a casa como arma política*. Família, Espaço e Património, 503-518. Porto.

65 Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios: 52.

PANORÂMICA GERAL: ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO NO SÉC. XX

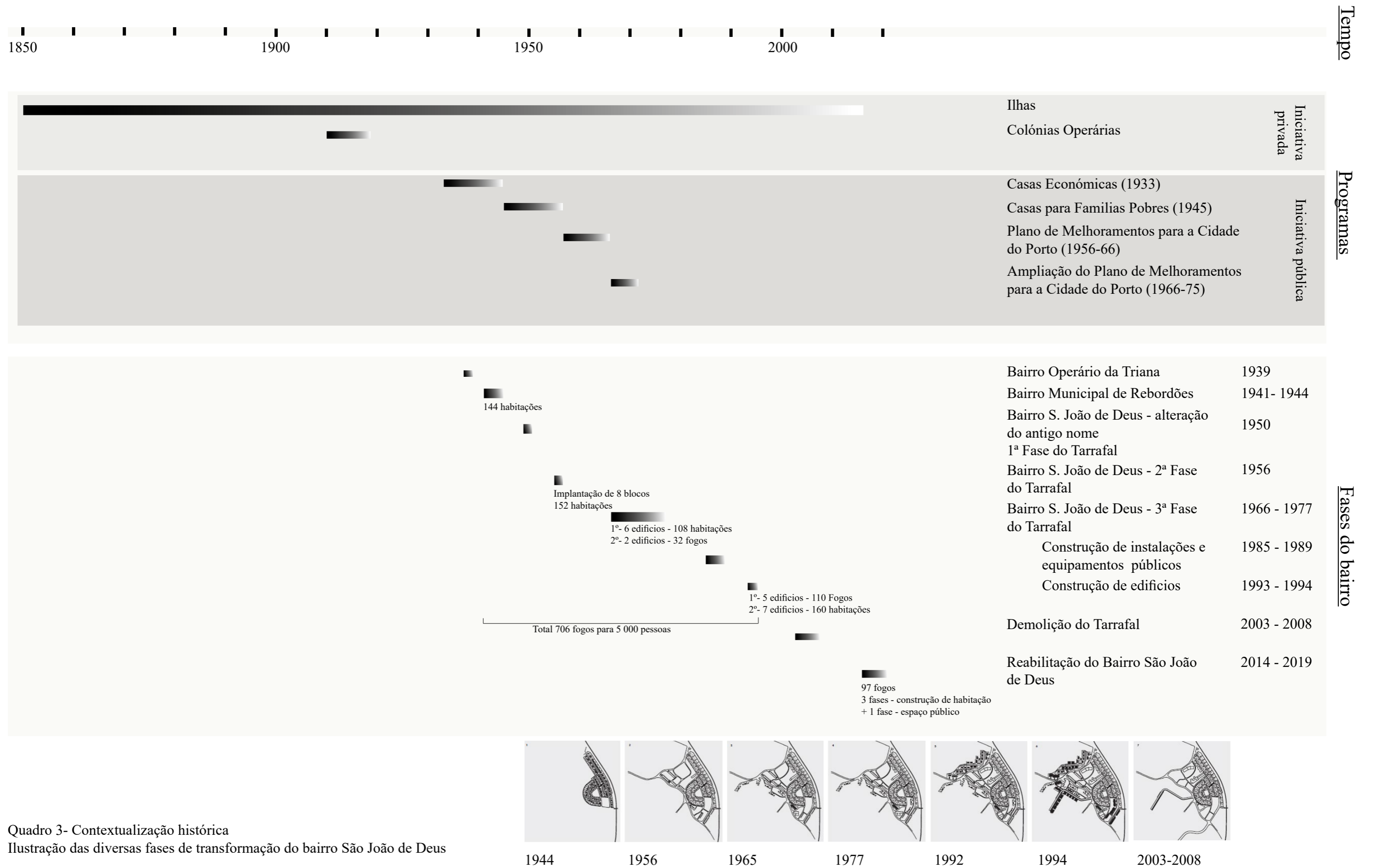
No decorrer do século XX, a “questão da habitação” constitui uma preocupação política. Face às transformações que ocorreram na sociedade, resultado das migrações, guerra, necessidade de habitação com rendas baixas e a propagação de doenças, as entidades reguladoras foram obrigadas a tomar medidas na tentativa de resolver estes problemas⁶⁶. O Estado português vai procurar soluções através do uso de diferentes políticas, programas e ações, que incluíam a discussão de conceitos considerados contemporâneos como o conforto, a privacidade ou as condições mínimas de habitabilidade.

O objetivo deste capítulo será realizar uma breve contextualização histórica dos eventos e situações relevantes para o estudo da habitação de promoção pública, mas também a tentativa de perceber os resultados das diferentes políticas implementadas. Como instrumento de trabalho, foi realizada uma cronologia com a integração das diferentes políticas e iniciativas relativas à promoção de habitação, assim como das diversas fases de transformação do bairro em estudo. Os programas identificados foram divididos em iniciativas privadas ou iniciativas públicas, consoante o seu âmbito e objetivos. A escolha dos programas de habitação enunciados relaciona-se com as diferentes fases de intervenção no bairro São João de Deus, sendo que a sua contextualização não será exaustiva.

A cronologia apresentada tem o objetivo do enquadramento das diferentes estratégias de promoção de habitação numa “linha de cronológica de tempo”, relacionando-a com o bairro São João de Deus.

66 “During the 20th century, the issue of housing represented a major political and public concern across Europe as authorities were confronted with the need to provide solutions to the substantial challenges arising from growing urban societies, the conditions of low-income populations, the migration from rural areas to city centres, and the devastation of two world wars.” (Lameira & Rocha, 2018):1374

Enquadramento histórico



Quadro 3- Contextualização histórica
Ilustração das diversas fases de transformação do bairro São João de Deus

in Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora

Durante a década de 1870, o autor Frederick Engels referia no livro *“The Housing Question”*⁶⁷, questões relacionadas com a habitação para os trabalhadores e a consecutiva exploração da classe por parte da burguesia.

Engels chama a atenção para falta de alojamento para as classes operárias que geralmente viviam em habitações pobres, sobrelotadas e insalubres, resultado da rápida afluência populacional para as grandes cidades. Frederick Engels (1971)⁶⁸ critica a exploração e a opressão das minorias pela classe dominante, referindo que as más condições de habitabilidade eram uma constante, que vinham sendo observadas ao longo da história das cidades.

*“Engels antecipou, e isso é relevante, as dificuldades dos Estados em resolver a carência de alojamento: quer pelos elevados custos que as expropriações exigem, quer pelas dificuldades de estimular, através da legislação, o interesse dos privados na construção de habitação acessível a todos”*⁶⁹

Outra das soluções apresentadas por Engels no seu livro é a afirmação de que a habitação como propriedade individual seria uma solução para o problema do alojamento. Na realidade, e segundo o autor, o que esta afirmação representava era a perspetiva do trabalhador como proprietário da sua habitação. Contudo, o que acontecia na realidade era que o trabalhador não passava de um devedor de rendas e empréstimos a pagar, em que o Estado baseava a sua ação numa ideia de exploração da classe trabalhadora.

67 Na Alemanha, durante a década de 1870, surgiu um debate polémico sobre a escassez de moradias para as classes trabalhadoras em grandes centros industriais. Os aumentos do número de trabalhadores criaram uma crise imobiliária. Em 1872, Engels escreve um artigo intitulado *“The Housing Question”*, onde o objetivo era o de apontar a *“questão da habitação”* não era meramente uma questão que estava relacionada com as classes trabalhadoras, mas que a abolição do modo de produção capitalista poderia funcionar como solução para a habitação. - <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1872/housing-question/>

68 Engels, F. (1971). *A questão do alojamento*; trad. Ribeiro da Costa: Editora Poveira.

69 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

Por último, Engels criticava o modo como a burguesia solucionou a “questão da habitação” através do “esquecimento” e da omissão das fracas condições de vida a que a classe trabalhadora estava sujeita, assim como a ascensão da burguesia pelos meios da exploração das classes operárias⁷⁰.



Imagem 21-Sobre Frederick Engels e a “questão da habitação” in <https://www.filmkollektiv.ch/pagina.php?2,20,11,0,35,0,>

No caso português, a implementação de políticas de habitação surgem por volta de 1918⁷¹, a par da edificação dos grandes centros urbanos. Entre o século XIX e o século XX, as transformações urbanas decorrem da implementação ou da concretização de iniciativas que eram ou de promoção pública, ou de participação de entidades privadas. Estas iniciativas eram na sua maioria políticas de construção de novos edifícios, realojamento das famílias ou demolição de antigos bairros e tinham como objetivo o melhoramento das carências habitacionais. Neste caso, o Estado vai ter um papel predominante para a criação e implementação de muitas das propostas e políticas relativas à habitação de promoção pública.

70 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

71 Decreto 4137, de 25 de Abril 1918 - primeira legislação em vigor destinada à construção de casas económicas.

A habitação transforma-se, assim, numa questão política quando as taxas de mortalidade começam a aumentar assim como epidemias, forçando as autoridades municipais a reconhecer os problemas habitacionais existentes nas cidades e que era necessário enfrentar ⁷².

Por volta de 1900, podia-se caracterizar a habitação no Porto da seguinte forma:

“Os alojamentos em degradação acelerada do velho burgo medievo, cada vez mais sobreocupados. Trata-se das velhas casas tradicionais dos comerciantes, altas e estreitas, (...), que são sucessivamente ocupadas pelos que chegam à cidade em busca de emprego e se transformam em verdadeiras «colmeias humanas», através da locação de pisos ou subdivisão de edifícios”.

“Uma parte deste núcleo central do Porto é antigo, e nele se destaca por imunda e pitoresca a casaria apinhada da Sé... [com] becos [cuja largura média] é de 1,5 a 2 m com casas de 3 ou 4 andares”.

*“As casas são alugadas aos andares e aos quartos, e nelas vive uma população proletária da mais variada espécie”.*⁷³

Vemos o centro da cidade como um núcleo de irradiação de propostas que de alguma forma, procuram com mais ou menos sucesso, a resolução de um problema eminente – a necessidade de habitação. As estruturas habitacionais surgem sem o devido planeamento, assim como sem as condições necessárias de salubridade.

*“Numa primeira fase, a intenção coincidia com a urgência de reforma sanitária do centro histórico, servindo a construção de casas baratas para realojar a população por demolição dos núcleos populosos”*⁷⁴

72 Teixeira, M. C. (1992). *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. *Análise Social*, 65-89.

73 Matos, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. *Análise Social*: 678

74 Gonçalves, E., & Ramos, R. (2016). *Primeiras propostas de habitação operária no Porto. A casa unifamiliar, o carré mulhousien ea cité-jardin*. *Revista Ciudades*: 84

No entanto, muitas das políticas e iniciativas não foram suficientes para solucionar o problema da população mal alojada. *“No Porto as duas principais formas de alojamento para as classes trabalhadoras eram a sobreocupação de velhos edifícios [...] e a construção de novas habitações.”*⁷⁵.

Observam-se problemas que vão desde núcleos habitacionais sobrelotados até à degradação urbana. Observam-se processos de estigmatização social e territorial, através da construção de conjuntos de habitação em zonas periféricas da cidade, juntamente com a deslocação de população com carências literárias e económicas que dificultaram a sua integração.

O contínuo aumento da população, associado a políticas que estavam mais preocupadas com o interesse da burguesia, originaram a subida do custo da habitação, tornando inacessíveis os arrendamentos para as classes mais desfavorecidas. Também no caso do Porto, podemos verificar a situação relatada por Frederick Engels e comprovar a teoria de que, “a questão da habitação” é um ciclo que se repete em diferentes momentos da história das grandes cidades.

No presente estudo interessa enunciar as iniciativas de promoção pública. Contudo, torna-se importante salientar que as “ilhas” e as “colónias operárias” (sabendo que as mesmas se configuram como uma iniciativa privada, com carácter filantrópico, onde o objetivo seria a classe com menos recursos obter habitação disponibilizada por proprietários mais abastados) se revelam iniciativas importantes para perceber o quadro histórico antecedente à construção do bairro São João de Deus.

Após uma série de iniciativas de carácter filantrópico, com experiências em “bairros e colónias operárias”, o Estado vai implementar um programa de habitação de carácter nacional intitulado de Programa das Casas Económicas (1933)⁷⁶, construindo bairros em zonas desocupadas da cidade do Porto. Os programas baseavam-se essencialmente na construção de habitação unifamiliar com jardim. Apesar das muitas medidas tomadas, poucas parecem conseguir acompanhar o rápido crescimento demográfico.

75 Teixeira, M. C. (1992). *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. Análise Social: 67

76 Diário do Governo n.º 87/1918, Decreto 4137

Em 1956, é implementado o Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto. O plano representa essencialmente uma visão global da cidade, pensando na possível estruturação território. Os principais objetivos eram a reformulação e criação de ruas, criação de redes de saneamento e melhoria do abastecimento de água, reorganização dos serviços de limpeza e o combate a incêndios⁷⁷.

Reconhece-se o tema da habitação social (no caso específico do Porto), como um problema geral de difícil resolução, que se manteve desde a criação das “ilhas” proletárias até aos dias de hoje. No presente capítulo serão enunciadas as iniciativas implementadas numa parte significativa da cidade do Porto, assim como a reflexão acerca da capacidade para a resolução da “questão da habitação” que marcou o desenvolvimento urbano e social da cidade.

77 Porto, C. M. (1966). *Plano de melhoramentos: 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto*



Imagem 22 - As “ilhas” do Porto - Bairro da Tapada, na escarpa da Sé in <https://jpn.up.pt/2018/07/20/camara-assume-rutura-com-associacao-de-municipios-e-compra-bairro-da-tapada/>

AS “ILHAS” (INICIATIVA PRIVADA)

No século XIX, assiste-se a processos de industrialização e de urbanização intensos⁷⁸, que dão origem a processos de migração da população e ao aumento significativo da densidade demográfica. Como resultado destas transformações, surge a implementação de soluções por promotores privados para satisfazer as necessidades habitacionais de um tipo de população muito específica.

Segundo V.B. Pereira (2003), estes processos surgem da procura dos habitantes do Porto (e do país em geral) por atividades remuneradas e da necessidade da deslocação por motivos profissionais para os centros urbanos⁷⁹. Estes tipos de alterações obrigam a uma adaptação da arquitetura às novas necessidades.

No caso da cidade do Porto, esta funcionou como uma “porta de entrada” para as populações que fugiam para a cidade com novas e melhores expectativas de qualidade de trabalho e de vida⁸⁰.

“O Porto como que foi “crescendo para dentro”, densificando-se nas traseiras com a construção das ilhas”⁸¹

As “ilhas”⁸² surgem como uma resposta de alojamento específica para os operários, que procuravam sobretudo a proximidade entre casa e trabalho, face à proliferação de indústrias com alguma dimensão nas áreas

78 Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairross e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003, p. 139-148.

79 “Sair de casa, nos campos, para ir trabalhar para as cidades e depois para o Mundo, fazia parte do quotidiano de milhares de habitantes do País.” in *Ibidem*, p. 140

80 Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairross e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003, p. 139-148.

81 *Ibidem*, p. 141

Segundo o autor, podemos verificar que no interior dos quarteirões da cidade do Porto, nas traseiras das casas burguesas, surgem estruturas habitacionais denominadas de “ilhas”.

82 Conferir a caracterização do termo “ilhas” no capítulo 1 (página 13).

centrais das cidades. Até então não existia a definição de uma classe de operários, que se veio a formar a partir dos camponeses que começaram a trabalhar nas fábricas.

O desinteresse da burguesia industrial pela promoção de habitação para esta faixa da população, possibilitou que a burguesia portuense construísse casas nos seus logradouros de forma a rentabilizar o espaço obtendo dele rendimentos ⁸³. Estes fenómenos geraram um movimento especulativo por parte do setor privado, que, na realidade, explorava e se aproveitava das necessidades da classe trabalhadora, que não tinha possibilidades económicas para outras soluções. O mercado de habitação torna-se insuficiente perante a elevada procura, acentuando a multiplicação das ilhas e, sobretudo, das diferenças entre classes sociais.

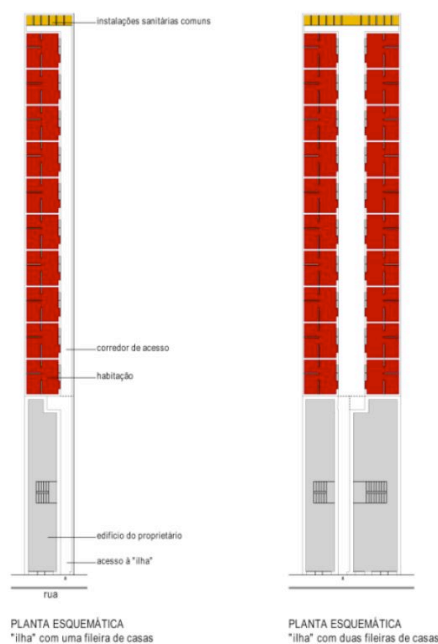
“Ocupando habitações de ilhas, armazéns ou partes de prédios, as “casas de malta”, espaços acanhados onde dormem em pobres leitos, muito juntos, os operários das aldeias, ou os aguadeiros e outros serviçais, abundantes também por toda a cidade e sobretudo no bairro da Sé, revelam outra faceta da habitação popular do Porto, bem como da atração exercida pelo mercado de trabalho urbano sobre as populações dos concelhos limítrofes, sendo as “casas de malta” o alojamento preferencial dos que vêm trabalhar para a cidade durante a semana...”⁸⁴

83 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

84 Pereira, G. M. (1996). *Casa e família: as Ilhas no Porto em finais do século XIX*. População e sociedade, n. ° 2, 1996: 163

As ilhas surgem, geralmente, em quarteirões já existentes, nas traseiras dos edifícios burgueses, ao longo de lotes esguios. As configurações destes espaços originavam um corredor, segundo o qual se construíam habitações de reduzidas dimensões, com condições degradantes, face à falta de higiene e salubridade provocada pela inexistência de saneamento, instalações sanitárias ou abastecimento de água.

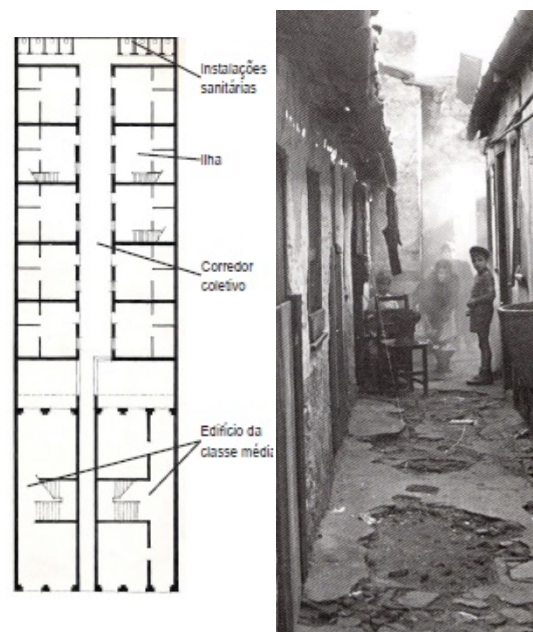
Imagem 23 - Esquema organizacional das “ilhas” do Porto in <http://yoursporto.com/pt/wp-content/uploads/sites/4/2014/01/Arquitectura-Filipa-2.jpg>



Geralmente, as áreas não excediam os 16m² e representavam cerca de 65% do volume total construído no Porto (entre 1864 e 1900)⁸⁵. As casas das “ilhas” teriam apenas uma frente, uma janela e uma porta de acesso e entrada para a habitação.

Figura 3 - Esquema tipológico “ ilhas” in *Esquema ilhas*, fonte: TEIXEIRA, Manuel C. – *habitação popular na cidade oitocentista*

Imagem 23 - As “ilhas” do Porto in <https://yoursguesthouse.com/pt/arquitecturas-unicas-porto-ilhas/>



85 Teixeira, M. C. (1992). *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. Análise Social, 65-89.

Os edifícios da classe média escondiam os verdadeiros problemas da cidade: o problema da segregação social e deficiente qualidade construtiva encontravam-se no interior do quarteirão, fechado sobre si próprio.

O surgimento e decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) continuou a provocar consequências habitacionais em todo o país e Europa, uma vez que se continuou a verificar as migrações populacionais em grande número para o centro da cidade⁸⁶.

Desta forma, gera-se uma sobreocupação das habitações das “ilhas”, uma vez que a cidade não contempla a quantidade de alojamento necessário e os salários ganhos pelos trabalhadores não suportavam as rendas praticadas⁸⁷. Destes factos resultam a junção de várias famílias no mesmo espaço de habitação, originando a subdivisão das casas e compartimentos interiores. Estas condições levaram a situações graves de proliferação de doenças e epidemias, onde sobressaltava a carência de infraestruturas básicas, o espaço habitacional reduzido e a dificuldade dos acessos.



Imagem 25- Organização e ocupação das casas das “ilhas” do Porto in <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276169/?q=ilhas+do+porto>

86 Matos, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. *Análise Social*, 677-695.

87 Idem, *ibidem*

Já em 1899, o médico Ricardo Jorge⁸⁸ expunha os problemas e condições em que viviam uma parte significativa da população do Porto⁸⁹. Segundo Eliseu Gonçalves (2010) estes conjuntos habitacionais revelavam “a emergência da salubridade da urbe...”.

A autora Fátima Matos (1994), apresenta na obra *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*, um quadro da variação da população residente na cidade do Porto, entre 1864 e 1900, onde se verifica o aumento de 58% da população e as maiores variações entre o final do século XIX e século XX.

	Freguesia	Varição da população, 1878-1890	Varição da população, 1890-1900	Varição da população
Núcleo central	S. Nicolau	- 457	- 433	- 65
	Vitória	556	1 187	- 1 507
	Sé	1 885	290	980
	Miragaia	919	1 143	317
Periferia central	Massarelos	868	2 062	348
	Cedofeita	4 630	6 433	3 322
	Santo Ildefonso	2 062	3 578	1 879
	Bonfim	4 528	7 272	3 883
Periferia exterior	Campanhã	1 960	3 653	2 783
	Paranhos	1 904	4 585	4 050
	Foz do Douro	759	1 313	485
	Lordelo do Ouro	616	1 691	1 352

Quadro 3 - Variação da população residente na cidade do Porto, entre 1864 e 1900 in Matos, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. *Análise Social*: 679

88 Ricardo Jorge (1858 – 1939) – médico português, investigador e higienista, introduziu em Portugal técnicas e conceitos de saúde pública, exercendo cargos na administração da saúde. Com os seus estudos e relatórios acerca da higiene urbana e falta de salubridade, promove a modernização das infraestruturas e do controlo dos hábitos sociais (Gonçalves, 2015). Após o surto de peste bubónica de 1899, Ricardo Jorge fica responsável pelos serviços de saúde, promovendo um conjunto de medidas normativas e legais.

89 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

Em continuidade com o estudo apresentado, e em forma de comparação, usa-se a referência do autor Gaspar Martins Pereira (1996)⁹⁰, onde é possível verificar o crescimento mais ou menos constante do número de “ilhas” nos períodos de 1832 a 1939. Em 1883, existiam cerca de 500 ilhas, que albergavam cerca de 20 mil pessoas.

ANOS	ILHAS	FOGOS	PESSOAS
1832 (a)	[198]	–	–
1883 (b)	531	6 020	19 460
1899 (c)	1 048	11 129	[35 975]
1910 (d)	1 200	12 000	[38 760]
1929 (e)	1 301	14 676	[47 403]
1939 (f)	1 156	13 510	[45 243]

Quadro 4 - “Ilhas do Porto” in *Pereira, G. M. (1996). Casa e família: as Ilhas no Porto em finais do século XIX. População e sociedade, n. ° 2, 1996: 164*

De igual modo, Virgílio Borges Pereira (2003) refere que em 1939 existiam 14 mil casas em ilhas, correspondendo a 20% da população do Porto.

Dos autores apresentados, infere-se que o levantamento sobre o número de “ilhas”, assim como do número de residentes se apresenta inconsistente. Este facto pode ser justificado pela falta de registo e de controlo destas estruturas urbanas. As comparações efetuadas servem para demonstrar que, apesar dos números obtidos, a população residente nas “ilhas” efetivamente aumentava de ano para ano, comprovando o que diversos autores referem quando afirmam que a cidade não foi capaz de acompanhar o rápido crescimento que se fazia sentir, assim como o Estado enquanto entidade responsável e detentora de meios, aparentemente não definiu soluções para a resolução do problema associado a estas formas precárias de residência.

90 Pereira, G. M. (1996). *Casa e família: as Ilhas no Porto em finais do século XIX. População e sociedade, n. ° 2, 1996, 159-183.*



Imagem 26- As “ilhas” do Porto in <http://etcetaljornal.pt/j/2015/05/porto-tem-quase-mil-ilhas-e-campanha-e-a-capital-do-arquipelago/>

Estes conjuntos habitacionais vão surgir em freguesias como Bonfim, Santo Ildefonso, Cedofeita, Massarelos e Lordelo, que representam zonas de proximidade a antigas fábricas, onde era possível a proximidade entre residência e local de trabalho para as classes operárias ⁹¹.

“As ilhas surgem em todas as ruas, mesmo naquelas que parecem destinadas a ser moradia de gente abastada.”⁹²



Imagem 27- Barracas e ilhas consideradas no P.E.R – 1996 in <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/645320?q=ilhas+do+porto>

91 Matos, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. *Análise Social*, 677-695.

92 *Ibidem*, p. 686

Segundo Fátima Matos (1994), o problema do alojamento das classes carenciadas ganha visibilidade em 1926, com a implementação do Estado Novo.

De forma aparentemente insipiente, assiste-se a uma primeira forma de consciencialização dos políticos do Estado que referem a necessidade de legislação para o acompanhamento camarário e proibição da construção das “ilhas” - “...construções que continuariam a efetuar-se, sendo, a partir desta altura, consideradas ilegais”⁹³ .

Acrescenta-se ainda que, a limitada ação do Estado nos diversos níveis (regulação, fiscalização e provisão da habitação) não foi capaz de garantir um bem essencial a qualquer cidadão⁹⁴ - o direito à habitação com condições mínimas de habitabilidade.

*“ A mesma Câmara que não se preocupava com o que se construía atrás das casas e que, na pratica só regulamentava fachadas, procurou ao longo da segunda metade do século XIX, (...) esquecer as suas entranhas e não ter em conta o que se lá passava ”*⁹⁵

O motivo impulsionador para o levar o Estado a encontrar possíveis soluções, parecia estar mais relacionado com a opinião pública e os receios causados pelas situações de insalubridade, do que com a imposição de rendas insuportáveis por parte dos inquilinos ou pela consciência e aproximação aos problemas reais vividos neste período.

Neste enquadramento particular, dá-se início à construção de saneamento básico na cidade, com iniciativas filantrópicas do jornal *O comércio do Porto*, representando o primeiro esforço para uma solução habitacional alternativa ao alojamento para operários⁹⁶.

Face às necessidades crescentes e à insuficiência de alternativas, o número das “ilhas” continuava a aumentar.

93 Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairross e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003:142

94 Queirós, J. (2015). No centro, à margem. *Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Edições Afrontamento.

95 Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairross e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003: 141

96 Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairross e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003, p. 139-148.



Imagem 28 - Bairro operário Porto in <http://rein victa.blogspot.com/2013/12/o-bairro-do-comercio-do-porto-precursor.html>

OS BAIRROS E AS COLÓNIAS OPERÁRIAS (INICIATIVA PRIVADA)

Perante a incapacidade do Estado para a resolução deste problema, é proposto pelo jornal *O Comércio do Porto*⁹⁷, associado à Câmara Municipal do Porto, a construção de um conjunto de colónias operárias, onde fosse essencial o cumprimento de critérios mínimos de habitabilidade e salubridade⁹⁸.

No Porto, na primeira metade do século XX, a “classe laboriosa” é composta pelo conjunto de operários e outras profissões com ocupações tradicionais, que passam a ser chamadas por esse nome⁹⁹. Algumas fábricas de maiores dimensões desenvolveram iniciativas de construção de habitação para esta nova classe.

Por outro lado, face à instabilidade política, as iniciativas realizadas no âmbito da construção de “bairros operários”, empreendidas pela Câmara Municipal do Porto, não resultaram nos efeitos pretendidos¹⁰⁰.

O jornal *O comércio do Porto*, nas suas páginas referia o seguinte:

“Uma das funções do Estado é a policia sanitária; por isso, ao Estado pertence, necessariamente, remediar as condições dos bairros imundos destinados a habitação de operários e obstar a que de novas construções falem os indispensáveis elementos de salubridade” - 24 setembro 1899

PORTO, 24 DE SETEMBRO

CASAS PARA OPERARIOS

III

Uma das funções do Estado é a policia sanitaria; por isso, ao Estado pertence, necessariamente, remediar as condições dos bairros imundos destinados a habitação dos operarios e obstar a que as novas construções falem os indispensáveis elementos de salubridade.

Mas, além d'esta função geral, nos países mais adiantados o Estado e as corporações administrativas têm julgado do seu dever legislar especialmente e intervir directamente na construção de casas para operarios.

Imagem 29 - Jornal *O Comércio do Porto*
- in <https://arquivo.cm-gaia.pt>

97 *O Comércio do Porto* foi um jornal português, fundado no Porto em 1854, sendo suspensas as suas publicações em 2005. Tratava-se de uma publicação periódica, com o objetivo de constituir uma alternativa à oferta existente de jornais politizados e sem liberdade de expressão. Era um periódico alternativo, livre e inovador, que era atento às necessidades económicas, históricas, económicas e sociais da época - <https://arquivo.cm-gaia.pt/creators/13983/>

98 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

99 Teixeira, M. C. (1992). *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. *Análise Social*, 65-89.

100 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

As elevadas taxas de mortalidade e uma série de epidemias forçavam as autoridades locais a reconhecer os graves problemas habitacionais que existiam na cidade do Porto¹⁰¹. Estes bairros assinalavam uma solução para responder aos critérios mínimos de habitabilidade e salubridade¹⁰².

“A decisão de promover alojamento para as classes pobres foi estimulada diretamente pela epidemia de 1899, que dizimou parte da população residente no velho burgo” (Gonçalves, 2015); 129

Estas construções representavam 95 habitações, numa lógica de integração na malha urbana (contrariamente à construção das ilhas) e pretendiam a continuidade dessa mesma malha para além do centro da cidade.

Em 1901 constrói-se a primeira “colónia operária” na Foz do Douro, com 8 habitações de um único piso. No mesmo ano, surge a colónia de Monte Pedral, constituída por 26 habitações de dois pisos.

Em 1903, constrói-se a colónia de Lordelo do Ouro, com 29 habitações de um piso e em 1904, a colónia de Bonfim com 32 habitações¹⁰³.

Apesar de outras pequenas intervenções, as construções enunciadas representam as mais significantes.

*“Em todos esses tipos [de casas] houve a preocupação de criar habitações acomodadas ao nosso clima e ao nosso meio social, sem se perderem de vista os requisitos a que, segundo as opiniões expressas por higienistas, por sociólogos e por arquitectos, em livros e congressos, devem satisfazer as casas baratas, para realizarem completamente o fim útil e humanitário a que se propõe”*¹⁰⁴

101 Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89

102 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

103 Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89

104 *O Comércio do Porto*, 29 de novembro de 1905 in Gonçalves, E. (2015). *O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário*. O Estado, a habitação e a “questão social” na cidade do Porto :129

Na sua configuração, estes bairros apresentavam uma relação com a rua, fossem construídos em pequenos quarteirões ou em construções em banda, geralmente com dois pisos. As habitações estavam agrupadas com duas fachadas livres, e um jardim independente. Cada habitação era composta por dois pisos, organizada interiormente por uma sala de estar, uma sala de jantar, cozinha e dois quartos.¹⁰⁵

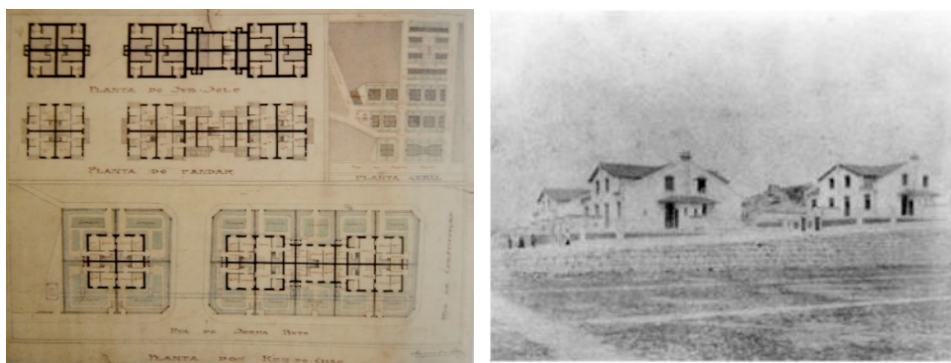


Imagem 30 - Colónias Operárias in <http://reinvicta.blogspot.com/2013/12/o-bairro-do-comercio-do-porto-precursor.html> in <http://portodeantanho.blogspot.com/2017/05/16-bairros-sociais-e-operarios.html>

Segundo Eliseu Gonçalves (2015)¹⁰⁶ as soluções concretizadas pelo *O Comércio do Porto* baseavam-se na construção de uma unidade mínima implantada de forma repetida, que permitiu criar uma imagem urbana de bairro “palaciano com carácter rural”. É introduzida uma nova tipologia de habitação inserida numa estrutura urbana regular com soluções que privilegiam a extensão e a baixa densidade.

105 Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89.

106 Gonçalves, E. (2015). *O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário*. O Estado, a habitação e a “questão social” na cidade do Porto, 126-134

Esta iniciativa, apesar de filantrópica¹⁰⁷, representa a maior relevância neste período e o seu objetivo era a oferta de melhores condições de habitabilidade do que aquelas que se viviam nas “ilhas”.

Embora estes conjuntos signifiquem um esforço por parte do Estado relativo a uma solução para alojamento operário, o número destes conjuntos foi insuficiente e não correspondia à realidade das possibilidades de acesso e aquisição do operário¹⁰⁸, produzindo desde cedo pouco impacto.

Contudo, segundo Eliseu Gonçalves (2015)¹⁰⁹ estas experiências estão na origem da habitação a custos controlados, que irá surgir por volta de 1983. É possível também afirmar que o controlo sanitário, as estruturas das habitações e a forma da cidade começam a ser considerados como uma forma de prevenção de epidemias que haviam surgido anteriormente. O tema da habitação torna-se numa questão política e uma forma de propaganda do Estado que pretendia chegar mais perto das suas populações.

107 “Uma filantropia esclarecida, politicamente empenhada, desempenhou na Europa um papel importante quer no desenvolvimento em escala de novas soluções de habitação quer como alavanca para outras realizações ligadas a organismos da administração pública. Em Portugal, esses gestos, raros, isolados, estariam maioritariamente ligados a ações de afirmação pessoal guiadas por comprometimento social ou crença religiosa. Destaca-se, por exemplo, o caso do jornalista e economista Bento Carqueja e das suas iniciativas a partir do jornal “O Comércio do Porto” alimentadas por subscrições públicas. Daí resultou um conjunto de três bairros filantrópicos implantados na primeira década do século XX na cidade do Porto.” Gonçalves, Eliseu in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.).

108 Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003, p. 139-148

109 Gonçalves, E. (2015). *O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário*. O Estado, a habitação e a “questão social” na cidade do Porto, 126-134.



Imagem 31 - Bairros Operários in <http://portodeantanho.blogspot.com/2017/05/16-bairros-sociais-e-operarios.html>

Mesmo com a iniciativa privada e com o apoio da Câmara Municipal do Porto para erradicar o problema da insalubridade e a tentativa de construção de casas mais baratas para as populações com menos recursos, manteve-se a ideia das “colónias” como “*um espaço separado e segregado do tecido urbano da cidade*”¹¹⁰.

Apesar das inúmeras tentativas por parte do Estado para travar o aumento das “ilhas”, a realidade continuava a ser a procura por casas baratas, promovendo ao máximo as áreas dos terrenos através de baixos investimentos. Apesar destas iniciativas continuarem a explorar o lote profundo e os conjuntos de moradias em banda, estas construções ainda se conseguiam distinguir pelos padrões de conforto mínimo¹¹¹.

110 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto* in *São João de Deus*. Porto: Dafne Editora: 19

111 Gonçalves, E. (2010). *As soluções do alojamento operário no Porto na transição da Monarquia para o Estado Novo*. Paper presented at the 1º Congresso sobre o Património Industrial. CIPI, Vila do Conde.

PROGRAMA DAS CASAS ECONÓMICAS (INICIATIVA PÚBLICA)

Segundo o autor Manuel C. Teixeira (1992)¹¹², em 1933, dá-se a instauração do Estado Novo, como um regime nacionalista, social e corporativo. Estas características irão ajudar a compreender algumas das iniciativas tomadas, assim como a base da promoção de habitação neste período.

O *Programa das Casas Económicas*¹¹³ surge do aparente esforço do Estado na resolução dos problemas habitacionais que haviam surgido até à data. Este “programa” representava uma política habitacional baseada num discurso oficial de preocupação com as classes trabalhadoras¹¹⁴. Desta forma, o Estado assume um papel decisivo nestas problemáticas, ou pelo menos na propaganda das preocupações relativas às carências de alojamento.

O *Programa das Casas Económicas* vai funcionar como um modelo político, social, ideológico e urbanístico, com construções variadas, com as quais conseguiria atender aos interesses das classes de proletariado ou com menos recursos, devido aos custos de construção das habitações e da propriedade individual como forma de acesso ao alojamento¹¹⁵.

Segundo os autores Sérgio Silva e Rui J. G. Ramos¹¹⁶, o programa era visto pelo Estado como uma iniciativa para regular a ordem social, construindo mais de dezasseis mil casas em todo o país até o final do regime

112 Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89

113 Decreto-Lei 23052, de 23 de setembro de 1933 – promoção da construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do estado.

114 Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89

115 Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003, p. 139-148.

116 Silva, S., & Ramos, R. (2015). *Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme*. *Southern Modernisms: from A to Z and back again*, 257-276.

em 1974¹¹⁷. Também, segundo o autor Pedro Bismarck (2019)¹¹⁸, podemos afirmar que esta estratégia se baseava num modelo de habitação como uma unidade, sendo que o *Programa das Casas Económicas* representava “... um regime de propriedades resolúveis, que fazia de cada chefe de família um pequeno proprietário, responsável e trabalhador ...”¹¹⁹

A ideologia por detrás do discurso político, era a de que a família portuguesa era um dos pilares do Estado Novo e, por este motivo, pretendia-se passar a ideia da família como proprietária da sua própria casa, representativa do modo de vida português, capaz de se adaptar das vivências do campo para a cidade¹²⁰.

O Estado português representa, portanto, o maior investidor relativamente à habitação, neste período. Esta promoção é feita através da ideia de um modo de vida tradicionalista que poderia ser solidificado em comunidades planeadas e controladas¹²¹, que se revelavam como pequenos bairros, localizados fora dos centros urbanos, associados a uma abordagem de casas independentes com a conjugação de materiais tradicionais.

117 O Estado Novo foi o regime político autoritário e autocrata. Vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção, desde a aprovação da Constituição de 1933 até à Revolução de 25 de Abril de 1974.

118 Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.

119 “A condição de Propriedade Resolúvel pressupõe um contrato de aquisição que pode ser resolvido, estando dependente de uma ou mais condições a cumprir por parte do adquirente. No caso da Habitação, este sistema de propriedade condicional esteve na base do Programa das Casas Económicas do Estado Novo, sendo ainda utilizado pelo regime noutros programas e contextos. O carácter condicional da propriedade da casa estava, no contexto da ditadura, ligado ao comportamento do adquirente e da respetiva família, representando uma ameaça pendente sobre a casa que permitia ao Estado revogar os contratos de aquisição e exigir o abandono da habitação caso se considerasse que estavam em causa os preceitos sociais e morais na base do regime. Esta ameaça pendente constitui um exemplo claro da forma como o Estado Novo desenvolveu uma repressão preventiva, criando uma dependência do Estado mesmo em contextos como o das Casas Económicas, que em certas fases do seu desenvolvimento se focou principalmente no fornecimento de habitação a funcionários públicos ou a uma classe média com alguns rendimentos” Silva, Sérgio in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (U. d. P. F. d. Arquitectura Ed.): 151

120 Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89

121 Silva, S., & Ramos, R. (2015). Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo’s Affordable Houses Programme. *Southern Modernisms: from A to Z and back again*

Na sua essência, este programa, procurava responder às necessidades urbanísticas, melhorando o espaço numa perspetiva de expansão da cidade para fora do núcleo densamente ocupado. Desta forma, o Estado possibilita o acesso a terrenos, impostos e empréstimos com taxas de juros reduzidas, a longo prazo¹²².

“A intensa propaganda da máquina do Estado, que exibia a habitação como a grande obra do Estado Novo” ¹²³.

Na sua génese, estes bairros traduziam-se em conjuntos habitacionais de implantação ortogonal, moradias unifamiliares de um ou dois pisos, com relação para o quintal ou jardim, que representavam acima de tudo um programa político e ideológico.



Imagem 32 - Bairro do Programa das Casas Económicas in <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276623/>

Os bairros localizavam-se sobretudo em zonas onde as indústrias eram crescentes e próximas de caminhos de ferro, possibilitando o escoamento de produtos e a chegada de matérias primas. Estas localizações representavam-se nas freguesias de Campanhã, Bonfim, Cedofeita ou Massarelos, ou outros territórios periféricos da cidade, onde era possível o investimento público, por se encontrarem praticamente livres de construções¹²⁴.

122 Matos, F. L. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, 677-695

123 Almeida, P. (2013). Bairros Económicos do Porto: a casa como arma política. *Família, Espaço e Património*. Porto.

Esta propaganda escondia numa política habitacional, um Estado que controlava todos os setores da cidade.

124 Matos, F. L. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, 677-695.

A escolha para a localização destes conjuntos pode facilmente ser explicada pelo facto de estas construções exigirem uma maior extensão territorial (pela sua reduzida densidade e altura), assim como pela necessidade de extensão volumétrica e também pelos custos elevados que se praticavam nos terrenos das zonas centrais.

A extensão territorial destes projetos implicava a criação de equipamentos no espaço público, tais como estabelecimentos de ensino, comércio, serviços, ou outros, dependendo das necessidades locais.

Tal facto levou não só a uma segregação residencial, mas também social¹²⁵. As habitações do *Programa das Casas Económicas* eram divididas por classes, consoante áreas e qualidade de acabamentos que, por sua vez, eram subdivididas por tipologias dependendo do número de quartos.

Existiam dois tipos de casas, A e B, e eram distribuídas de acordo com o rendimento de cada família. Cada habitação, A e B, era subdividida em três versões, dependendo das suas dimensões, de acordo com o número de crianças do agregado familiar¹²⁶.

Se, por um lado, se reconhece a necessidade de tipificar as residências pelo número de divisões ou quartos, por outro, a necessidade da diferença entre habitações consoante a qualidade de construção ou de acabamentos coloca mais questões. Estas habitações, apesar de destinadas a uma solução para os problemas do alojamento das classes trabalhadoras, acabavam por ser atribuídas a famílias de maiores rendimentos, capazes de sustentar as despesas que estas acarretavam, por se tratarem de classes sociais com situações económicas mais estáveis, essencialmente promotoras dos ideais do próprio Estado.

125 Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89

126 Silva, S., & Ramos, R. (2015). *Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme*. *Southern Modernisms: from A to Z and back again*, 257-276.



Imagem 33 - Bairro do Programa das Casas Económicas in <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276623/?>

No entanto, segundo Virgílio Borges Pereira e João Queirós (2012)¹²⁷ podemos salientar algumas das questões associadas ao *Programa das Casas Económicas* (1933):

- ambições construtivas limitadas: Uma vez que as habitações eram apoiadas financeiramente pelo Estado, o principal objetivo era o de obter construções mais baratas, poupando nas soluções construtivas;

- seletividade social: Para a atribuição da habitação era tida em conta a idade dos candidatos, composição do agregado familiar, salário e comportamentos moral e profissional;

- relações de vizinhança: Escolha de localizações periféricas na cidade que promovem a segregação territorial e social;

- distinção face a outros contextos urbanos e residenciais: quando comparados a outros bairros, podem-se observar as divisões sociais, assim como a imposição de limites de acesso às habitações para funcionários com ligação ao Estado.

Podemos afirmar que o *Programa das Casas Económicas* se constituiu como uma ação no sentido de solucionar questões ligadas à falta de soluções de habitação, mas, de igual modo, demonstrou o distanciamento que se fazia sentir entre estratos sociais que separava a classe média da classe trabalhadora.

Reconhece-se a importância deste programa de habitação como a primeira tentativa pública de dimensão reconhecível para a resolução do problema da habitação. Muitos destes programas originaram relações de rutura com os tecidos urbanos existentes, uma vez que o Estado viria a privilegiar construções de raiz. De certo modo, podemos afirmar a proximidade deste tipo habitacional ao modelo de “casa portuguesa”¹²⁸ – bairros de pequena

127 Pereira, V. B., & Queirós, J. (2012). *Na “modesta cidadezinha”: génese e estruturação de um bairro de “casas económicas” do Porto (Amial, 1938-2010): Afrontamento.*

128 “Casa Portuguesa”, reflete o debate sobre a identidade política, cultural e artística como manifestações da procura de uma identidade original portuguesa, na passagem para o século XX in Ramos, R. (2013). *Casa Portuguesa - Dicionário de história da I República e do republicanismo* (Vol. Volume 1: AE).

“Pressupunha-se sempre a defesa de um estilo nacional para edificações simples e baratas, que era também, na circunstância do século XX português, uma das respostas possíveis face à crescente exigência económica, construtiva e espacial, prefigurando uma arquitetura pitoresca com telhados e beirais vagamente acentuados, vãos guarnecidos com molduras, portadas e alpendres. Estas edificações, casas, prédios ou equipamentos ficariam conhecidas pela designação genérica de Casa Portuguesa, marcando definitivamente a história da arquitetura portuguesa” in Ramos, R. (2013). *Casa Portuguesa - Dicionário de história da I República e do republicanismo* (Vol. Volume 1: AE):3.

dimensão, independentes, em espaços periféricos, pouco urbanizados-, assim como uma aproximação às correntes europeias de cidade operária¹²⁹ e modelos de cidade-jardim¹³⁰.

129 Segundo o autor Eliseu Gonçalves (2015), na obra *O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário*, refere o livro *As Habitações Operárias, de 1878*, publicado em Paris por Émile Muller e Émile Cacheaux., onde são retratadas soluções europeias e americanas das mais importantes experiências no âmbito do alojamento operário. No caso português, com a problemática do êxodo rural, surge o pensamento acerca da “responsabilidade” e das condições de vida do trabalhador/operário, onde alguns argumentos estavam relacionados com o desenvolvimento das cidades e a questão do higienismo - entendido como um processo estruturador de transformação da sociedade que esteve na origem de mudanças significativas no pensamento urbanístico e arquitetónico.

Ciência aplicada ao pensamento e à produção da habitação, permite-nos identificar uma rede de reformas que vai desde a regulamentação da conformação do espaço doméstico até ao controlo dos hábitos.

130 Pereira, V. B., & Queirós, J. (2012). *Na “modesta cidadezinha”: génese e estruturação de um bairro de “casas económicas” do Porto (Amial, 1938-2010): Afrontamento*.

Acerca do termo cidade-jardim - modelo de cidade teorizado por Ebenezer Howard, no final do século XIX. A cidade-jardim representava a conjugação das vantagens do campo, eliminando as desvantagens da grande cidade. Ebenezer Howard (1850 - 1928) foi um urbanista inglês que se tornou conhecido pela sua publicação *Garden Cities of Tomorrow*, de 1898, na qual descreve uma cidade utópica em que pessoas viviam em harmonia com a natureza. Esta publicação resultou do movimento das cidades-jardins um pouco por toda a Europa - <https://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>



Imagem 34 - Fotografia aérea da cidade do Porto: 1939-1940 in <http://gisaweb.cm-porto.pt>

PLANO DE MELHORAMENTOS PARA A CIDADE DO PORTO

Segundo a autora Gisela Lameira, o Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto, é um “um documento municipal implementado em 1956 com o objetivo de resolver as necessidades de habitação no Porto através da construção de cerca de 6000 casas em dez anos, deu origem a um número significativo de conjuntos residenciais de dimensão variada, que foram construídos na primeira periferia da cidade, contribuindo para a sua expansão planeada e urbanização. As Casas construídas no âmbito do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (...) tinham uma conexão direta com o Programa “Casas para Famílias Pobres”, de 1945, seguindo, portanto, seus princípios essenciais.”¹³¹

O continuo aumento das “ilhas”, assim como a não obtenção dos resultados pretendidos nas iniciativas anteriores, levam a um novo esforço com o objetivo da eliminação e substituição das “ilhas” por novas habitações com condições de salubridade¹³².

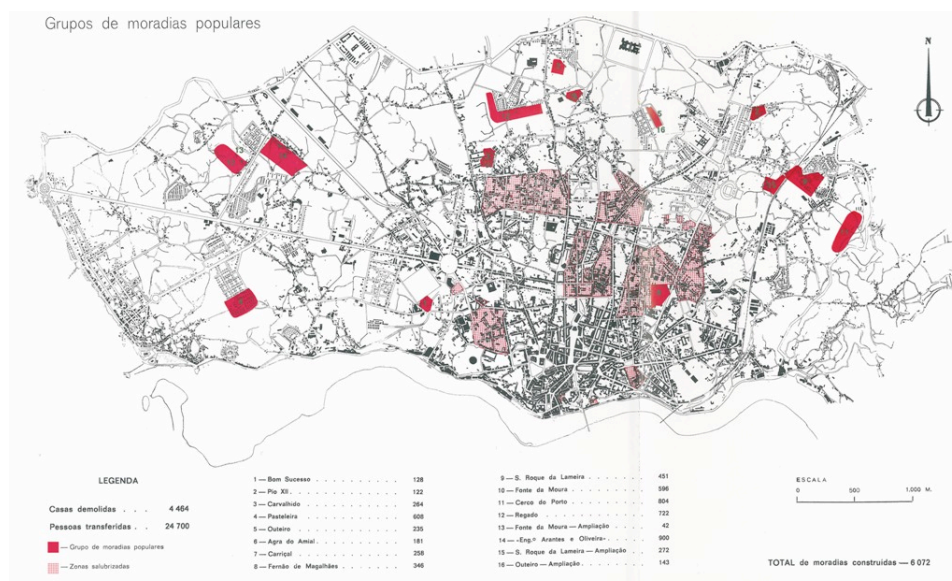


Imagem 35 - Mapa do grupo de moradias populares - Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto 1956 in Porto, C. M. (1966). *Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto*

O Plano de Melhoramentos representa uma política de implementação

131 Lameira, Gisela in Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.): 81

132 Porto, C. M. (1966). *Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto*.

de habitação social específica para o Porto¹³³. O plano esteve em vigor deste 1956 até 1966, com sucessivas alterações. A questão das “ilhas” levou a que o Município do Porto procurasse desenvolver um plano que equilibrasse as exigências do governo com as exigências da reprodução de uma lógica de modelos-tipo a aplicar na habitação.

*“Os milhares de casas insalubres formando aglomerados denominados “ilhas” que se pretendem eliminar e substituir por moradias dignas da condição humana, constituem um dos principais problemas que a administração municipal do Porto está neste momento a enfrentar”*¹³⁴

No quadro demonstrado pela publicação referente ao Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto, observam-se os bairros construídos até ao final de 1956.

Designação	Número da moradias	Data da conclusão
Colónia do Comércio do Porto . . .	26	1905
Colónia de Estêvão de Vasconcelos	90	1917
Colónia de Viterbo de Campos . . .	64	>
Colónia de Antero Quental	28	>
Colónia de Dr. Manuel Laranjeira .	19	>
Bloco da Rua Duque de Saldanha .	115	1940
Bairro de S. João de Deus - 1. ^a fase	144	1944
Bairro S. Vicente de Paulo - 1. ^a fase	148	1950
Bairro S. Vicente de Paulo - 2. ^a fase	18	1951
Bairro S. Vicente de Paulo - 3. ^a fase	12	1952
Bairro da Rainha D. Leonor - 1. ^a fase	150	1953
Bairro S. Vicente de Paulo - 4. ^a fase	20	1954
Bairro das Condominhas	26	1955
Bairro da Rainha D. Leonor - 2. ^a fase	100	>
Bairro de Pereiró	64	1956
Bairro de S. João de Deus - 2. ^a fase	152	>
Total	1176	

Quadro 5 - Bairros construídos até ao final do ano de 1956 in *Porto, C. M. (1966). Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto: 8*

¹³³Cardoso, V. (2009). *Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico*. Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia.

¹³⁴ Porto, C. M. (1966). *Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto: 7*

O Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto tinha como principal objetivo a extinção das ilhas, criando bairros com melhores condições de salubridade. No Decreto Lei nº 40.616, datado de 28 de maio de 1956, apresenta-se a vontade de resolver o problema da habitação no centro da cidade, através do financiamento do Estado e da Câmara Municipal do Porto para a construção das habitações.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 40 616

1. Desde há muito que está reconhecida a importância de ordem moral, social e política do problema das ilhas do Porto.

Já em 1884 o professor Ricardo Jorge, nas suas conferências sobre higiene social, considerava a profusão dos «alvéolos imundíssimos das ilhas, húmidos e lóbregos, sem ar e sem luz», onde se abrigava mais de um sexto da população da cidade, em grande parte responsável pelas elevadíssimas taxas de mortalidade, a par da carência de água potável e da inexistência da limpeza urbana e de esgotos públicos.

A mortalidade geral chegava a atingir nas médias anuais a percentagem 3,5 por cento, cabendo mais de metade à população infantil. Em cada mil crianças que nasciam no Porto morriam no primeiro ano de vida duzentas e trinta e seis, o que levava o ilustre higienista a afirmar: «Pelas ilhas há verdadeiros morticínios de Herodes; os inocentes caem a oito».

Imagem 36 - Decreto Lei nº 40.616, 28 de maio de 1956

O programa propunha não só a construção de novos bairros e zonas de expansão, como também a demolição das “ilhas” e de todas as formas de habitação consideradas insalubres. É também referida a necessidade de construção dos edifícios em terrenos próximos de serviços públicos, arruamentos de acesso, condutas de água, saneamentos e rede de energia e eletricidade.

“Em todos os bairros está prevista a edificação de centros sociais ... onde para além da assistência moral e material se estabelecem secções culturais e até recreativas que desviem a juventude mal preparada”¹³⁵

O Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto contemplava as seguintes especificações:

- construção de habitações com rendas reduzidas destinadas a famílias provenientes de habitações a demolir ou com necessidade de beneficiação;
- zonas de expansão – realização de construções que permitam o desenvolvimento da cidade e desimpedimento das zonas centrais;

135 Porto, C. M. (1966). *Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto*: 21

- demolição das construções das “ilhas” e outras consideradas insalubres. Promove a remodelação urbanística das respetivas áreas e beneficiação das habitações que possam existir;

- escolha de terrenos o mais próximo possível de serviços públicos; criação de arruamentos, acessos a condutas de água, saneamento e rede elétrica;

- rendas com base fixada consoante o agregado familiar;
- possibilidade de financiamento e obtenção de subsídios.

Quanto à construção das habitações, propõe:

- edifícios de rés-do-chão e três andares;
- três modalidades de edifícios: A e B consoante a composição das fachadas e tipologias e C (edifícios com patamares de escadas com acesso a 3 habitações);

A – fachada virada a Nascente e Poente

B – fachada a Norte e Sul

- criação de condutas de lixo para uso dos ocupantes dos andares;
- composição interior das casas consoante os hábitos de vida das populações a realojar;
- métodos de construção com tijolo e perpianho de granito nas paredes exteriores; soalhos de pinho nos pavimentos;

“... constituindo este plano uma intervenção fundamental na estruturação do espaço citadino, ao introduzir uma nova forma urbana, (...) , a qual irá expandir-se a partir dessa altura não só na cidade, mas também nos concelhos periféricos, e que progressivamente ganhará força, substituindo, em parte, as anteriores formas urbanas, a rua e as ilhas”¹³⁶

136 Matos, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. Análise Social: 694

Nos quadros apresentados, podemos verificar a inclusão da ampliação do bairro São João de Deus, para a construção de 36 novas tipologias.

Grupo de moradias populares	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Total	Custo (contos)	
						Edifícios	Urbanização
Francos	84	160	226	52	522	20 148	1 902
S. João de Deus — Ampliação		12	12	12	36	1 512	447
Aldoar	18	120	150	108	396	17 940	1 463
Totais	102	292	388	172	954	39 600	3 812

Quadro 6- Habitação em construção in *Porto, C. M. (1966). Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto: 27*

Desde 1957, aguardavam concurso público ou a adjudicação para a construção das novas tipologias do bairro São João de Deus.

Grupo de moradias populares	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Total	Custo (contos)	
						Edifícios	Urbanização
S. João de Deus — Nova ampliação		24	24	24	72	3 298	640
Lordelo	24	120	232	48	424	19 431	4 386
Totais	24	144	256	72	496	22 729	5 026

Quadro 7- Habitação projetadas aguardando concurso público ou adjudicação in *Porto, C. M. (1966). Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto: 28*

Durante os anos 50 e 60, as alterações realizadas no bairro São João de Deus decorreram no âmbito do Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto, com a construção blocos de habitação social para alojar população que vivia em “ilhas”, recebendo igualmente a construção de casas unifamiliares beneficiadas pela Paróquia, que passaram a designar-se “Património dos Pobres”¹³⁷.

O Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto representou um instrumento urbanístico, propondo um novo “plano” para a cidade, através da implementação de novas acessibilidades e valorização das zonas periféricas, para a expansão do território, serviços, comércio.

Alguns dos bairros construídos durante a primeira fase do Plano de Melhoramentos foram Bom Sucesso (1956-1957), Fernão Magalhães (1959-1962), Cerco do Porto (1961-1963) ou Campinas (1963-1965), de entre um conjunto de 13 bairros¹³⁸.

“Em 1964, o Estado reconhece o sucesso do Plano de Melhoramentos, prevendo investir na sua continuação por mais cinco anos. A segunda fase do plano avançava formalmente com o Decreto-lei n.º 47443, de 31 de dezembro de 1966. No entanto, o país já não se encontrava na fase de crescimento económico dos anos 50. Vivia-se num contexto de guerra ultramarina, de crise económica e de falta de mão-de-obra e de matérias-primas”¹³⁹.

Na segunda fase do Plano de Melhoramentos estão incluídos bairros como Francos (1964-1966), a ampliação de São João de Deus (1968-1977), Lagarteiro (1969-1971) ou Aleixo (1971-1974) de um conjunto de 10 bairros construídos ou intervencionados¹⁴⁰.

Dos bairros referidos, segundo Vasco Cardoso (2010) as intervenções realizadas no âmbito da segunda fase do Plano de Melhoramentos, no bairro S. João de Deus, constituíram uma ampliação a Sul do bairro implantado

137 Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios, 41-59.

138 Cardoso, V. (2010). *A morfologia da habitação social no Porto após o Plano de Melhoramentos: rutura ou continuidade*. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, 1-17.

139 Idem, ibidem

140 Idem, ibidem

durante primeira fase. Os blocos construídos localizavam-se próximo do núcleo informal de habitações ilegais, que viriam a desaparecer com os objetivos impostos por este plano. Devido ao alojamento de pessoas que não estavam a ser deslocadas das “ilhas”, foram realizadas alterações ao nível da escala das tipologias e a tentativa de garantir a maior independência de cada habitação.

Embora possamos observar a realização concreta de intervenções, o Plano não foi concretizado na sua totalidade. Apesar da insistência contra a construção de “ilhas” e edifícios insalubres, a realidade foi a da falta de controlo sobre construção de dos mesmos, sendo que a sua existência perdurou na história da cidade até aos dias de hoje.



Imagem 37 - Bairro São João de Deus - antes e durante a fase de requalificação in <http://www.dAomussocial.pt/noticias-domus/comecou-a-regeneracao-de-sao-joao-de-deus> in <http://www.porto.pt/noticias/-porto-pede-autonomia-na-gestao-do-seu-parque-habitacional?lang=pt>

IV- O BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS NA ATUALIDADE

O PROJETO DE INTERVENÇÃO RECENTE

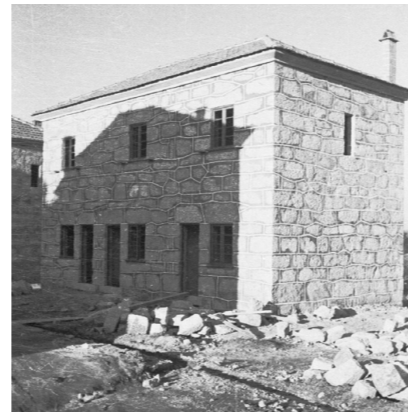
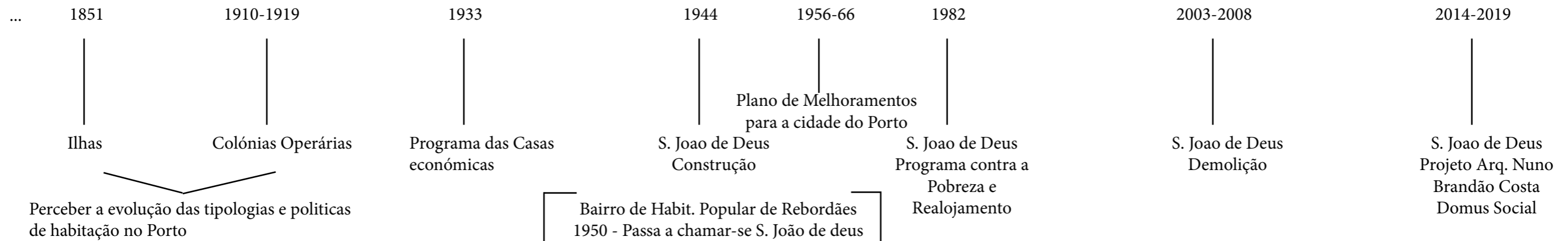
O bairro São João de Deus, projetado na década de 1940, compreende edifícios de pequena escala que estão organizados seguindo sobretudo a topografia.

Nas últimas décadas, o bairro passou por transformações que alteraram a sua essência, modificando a sua caracterização urbana, assim como as tipologias edificadas, resultando nas adições de construções aparentemente desordenadas e com fragilidades ao nível da componente social.

O projeto de requalificação (2014-2019) propõe recuperar para o bairro algumas das suas qualidades originais dos anos 40. O projeto é da autoria do Arquiteto Nuno Brandão Costa e provém de um convite da Domus Social dirigido a um conjunto de equipas projetistas para a requalificação desse mesmo bairro.

A contextualização apresentada de seguida foi realizada de forma a enquadrar as políticas de promoção de habitação enunciadas no capítulo anterior, tendo como objetivo a compreensão das intervenções e alterações registadas no processo de transformação do bairro São João de Deus. Esta contextualização torna-se importante para compreender as alterações realizadas do decurso da requalificação do bairro.

Cronologia de enquadramento das políticas de promoção de habitação e o bairro São João de Deus



- 1982: Obra Diocesana de Promoção Social

- 1985-89: Construção de instalações e equipamentos públicos

- 1989-93: Programa de Carência à Habitação

- 1989: Programa Nacional de Luta contra a Pobreza

- 1993: Programa Especial de Realojamento (PER)

5 edifícios de habitação plurifamiliar - 110 Fogos

- 1994: última fase de construção - 7 edifícios - 160 habitações

- Restituição do bairro original
- Demolição das habitações do "Tarrafal"



- 97 fogos
- Reposição da leitura volumétrica do projeto original de 1944
- 3 fases - construção de habitação + 1 fase - espaço público - reposição da praça original

- 1944: 144 habitações

- 1956: Implantação de 8 blocos - 152 habitações

- 1967-68: 6 edifícios - 108 habitações

- 1977: 2 blocos - 32 fogos



O programa referente ao pedido realizado pela Domus Social e Câmara Municipal do Porto para o concurso da requalificação do bairro São João de Deus contemplava os seguintes parâmetros:

1. Objetivo:

Projeto de Execução de Reabilitação do Bairro de São João de Deus

2. Localização:

Freguesia de Campanhã, zona de Rebordões. Localizada entre a estrada da Circunvalação (N12), linha de caminho de ferro Contumil – Porto de Leixões a nascente e Rua de Currais e Calçada da Ranha a Norte e Poente.

3. Enquadramento Teórico onde é explicado de forma resumida as fases de transformação do bairro, desde a sua construção até à demolição dos blocos de habitação.

4. Enquadramento Urbanístico:

De acordo com o PDM¹⁴¹ e Planta de Ordenamento¹⁴² - Carta de Qualificação do Solo, o bairro São João de Deus faz parte da área delimitada pela Unidade Operativa do Planeamento de Gestão 15 - estando atribuída uma qualificação de solo de área de habitação de tipo unifamiliar.

5. Faseamento e Planos de Projeto:

Estudo prévio – 30 dias de calendário

Anteprojecto / Projecto de Licenciamento – 60 dias de calendário

Projecto de Execução – 15 dias de calendário

Assistência técnica

141 Plano Diretor Municipal (PDM) - instrumento de gestão do território municipal, que define um quadro estratégico de desenvolvimento do território de um município em questão - <http://www.cm-porto.pt/pdm/o-que-e-o-pdm>

142 A Planta de Ordenamento faz parte do PDM e representa o modo de organização espacial do território de um município em questão - http://www.cm-porto.pt/pdm/o-pdm_5

Engloba-se na prestação de serviços a produção dos seguintes trabalhos:

- levantamento arquitetónico e topográfico
- estudo de condicionamento acústico e de verificação do comportamento técnico
- plano de gestão de resíduos de construção e demolição
- plano de segurança e saúde em fase de projeto
- plano de manutenção dos edifícios.

Prazo máximo para a elaboração do projeto – 105 dias de calendário.

6. Programa

Do programa constavam as seguintes diretrizes:

- necessidade de adaptação das edificações existentes, demolição das construções anexas e ilegais, desenho geométrico em conformidade com os edifícios existentes, cumprimento dos limites financeiros estipulados e ainda (considerando-se o ponto mais importante) a melhoria da qualidade das habitações.

- novas tipologias com áreas definidas para a habitação a custos controlados;

- realojamento dos atuais moradores, sendo necessárias 79 habitações, das quais: T1 – 17, T2 – 19, T3 – 28, T4 – 8, T5 – 7;

- os logradouros devem respeitar a divisão das tipologias e permitir a flexibilidade de usos;

- continuidade do desenho geométrico inicial do bairro, na área de terreno desocupada a sul;

- estudo prévio com 3 soluções projetuais;

- cumprir os limites financeiros;

- descrição dos elementos necessários para as fases de Anteprojeto/ Projeto Licenciamento e Projeto Execução;

- garantir a conservação e manutenção dos edifícios.

7. Informações complementares com as legislações necessárias a ser consultadas.

Na memória descritiva do arquiteto e no projeto apresentado, constam 97 fogos, sendo que 84 deles aproveitam as construções existentes e 13 fogos são construídos de raiz. Com esta proposta, pretendeu-se verificar a reposição da leitura volumétrica do projeto inicial de 1944, dando um novo valor construtivo aos edifícios existentes. *in Projeto de Execução – Memória descritiva, Bairro São João de Deus, Arquiteto Nuno Brandão Costa*



Imagem 38 – Planta do bairro São João de Deus- fase de requalificação in Bismarck, P. L. (2019). Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus. Porto: Dafne Editora: 57



Imagem 39 - Maquete do projeto de requalificação do Bairro São João de Deus in <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/trabalho-da-domus-social-desperta-interesse-a-nivel-internacional->



Imagem 40 - Projeto de requalificação do Bairro São João de Deus - Fotografia de autora

A requalificação do bairro também inclui a requalificação do espaço público, com a redefinição do desenho urbano e paisagístico.

Uma vez aprovado o projeto para a requalificação das habitações, colocou-se a hipótese do realojamento dos moradores para outros bairros da cidade. Confrontados com esta situação, os moradores do bairro São João de Deus pressionaram a empresa Domus Social no sentido de se manterem no local de residência durante a realização das obras de requalificação, vivendo temporariamente em contentores instalados para o efeito.



Imagem 41- Contentores de habitação provisória dos habitantes do bairro São João de Deus -
Fotografia de autora

Relativamente ao projeto de arquitetura, as tipologias foram modificadas com o objetivo de obter casas com mais qualidade e flexibilidade, através do aumento do espaço interior das habitações e das suas divisões.

As decisões tomadas ao nível do projeto de arquitetura foram justificadas como respostas aos custos e regulamentos, tentando não só equilibrar as decisões da Câmara Municipal do Porto, como também o cumprimento dos regulamentos, quer em questões de áreas de ocupação, quer de custos controlados.

De acordo com a Portaria n.º 500/97¹⁴³, relativa à regulamentação de habitação a custos controlados, são definidas áreas e custos de construção, assim como valores máximos de venda. Apresenta-se o quadro de referência das áreas brutas para cada uma das tipologias:

2.º As habitações a custos controlados devem ter como referência, de acordo com a respectiva tipologia, as seguintes áreas brutas:

Tipologias	T0	T1	T2	T3	T4	T5
Área bruta (metros quadrados):						
Mínima	35	52	72	91	105	122
Máxima	50	65	85	105	114	130

Quadro 8- Portaria n.º 500/97, relativa à regulamentação de habitação a custos controlados

Nesta requalificação, segundo o projetista, foram usadas soluções técnicas simples, mas que pretendiam atingir um bom desempenho técnico. São exemplo dessa estratégia a utilização das paredes de pedra e telhados em madeira existentes (como estruturantes), lajes de pavimento e cobertura aligeiradas (como elementos pré-fabricados), permitindo a poupança nos custos de construção.



Imagem 41 - Requalificação do bairro São João de Deus - Fotografia de autora

143 Diário da República n.º 166/1997, Série I-B de 1997-07-21; Portaria n.º 500/97 de 21 de julho - estabelece disposições sobre os parâmetros de área e custos de construção, os valores máximos de venda e os conceitos a que devem obedecer as habitações a custos controlados. Revoga a Portaria n.º 828/88, de 29 de dezembro

O acabamento exterior é feito em reboco e tela mineral, procurando realizar a drenagem das águas pluviais pelas próprias paredes. Relativamente aos vãos, foi repetido o mesmo elemento, com caixilharias de madeira e vidros duplos.

“... uma única janela igual repetida pelas várias fachadas – são tudo o que Nuno Brandão Costa precisa para recuperar este bairro abandonado do Porto, para o redignificar e para lhe conferir uma nova imagem urbana que o traga de volta ao dia-a-dia da cidade”¹⁴⁴

Os acabamentos interiores são de reboco, os pavimentos vinílicos e os degraus de madeira, com utilização de azulejos nas zonas de água. Os logradouros funcionam como jardins individuais de cada habitação, com uma pequena área para tratamento de roupa ou arrumação, tendo sido utilizados materiais como rede ou vegetação para uma maior permeabilidade visual.



Imagem 43 - Interior habitação (vão de escadas) - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora



Imagem 44- Interior habitação (cozinha) - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora

144 Costa, N. B. (2017). *Porósis - The Architecture of Nuno Brandão Costa, Images André Cepeda* (J. C. S. Daniela sá Ed.). Lisboa: Nomade: 351



Imagem 45 - Interior habitação (quarto de banho) - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora



Imagem 46- Bairro São João de Deus - requalificação - Fotografia de autora



Imagem 47 - Bairro São João de Deus (após requalificação) - Fotografia de autora

ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS

A análise do programa de requalificação e das estratégias de intervenção revelou-se importante na abordagem ao programa doméstico enquanto ferramenta de organização de um espaço. Nos capítulos seguintes procede-se à análise dos espaços afetos a cada tipologia, de forma a revelar a evolução na sua disposição e na organização.

Nesta análise, reconhece-se a imposição relativa aos custos de construção e cumprimento de regulamentação como limitadoras (em certa medida) do projeto de requalificação, procurando-se neste estudo, portanto, apresentar as estratégias utilizadas para gerir esses constrangimentos.

Segundo o autor Daniel Pinson (1993)¹⁴⁵ a arquitetura deve estar para além da sua função principal da construção e ser capaz de transcender as condicionantes dessa função. A arquitetura deve ser capaz de buscar a adequação das práticas dos seus utilizadores, tendo como base um propósito social de interação constante entre as pessoas e as formas que definem o ambiente construído.

Após a aprovação da proposta inicial de requalificação do bairro, colocou-se a questão da definição da estratégia de associação e de transformação das tipologias, tornando-se necessário contornar os problemas relacionados com as áreas de habitação, assim como as fracas condições de salubridade observadas nas habitações existentes.

Como referido anteriormente, os moradores já tinham expressado a necessidade de implementação de soluções que aumentassem os espaços existentes, tendo solucionado os seus problemas informalmente através da construção de anexos ilegais. Estes processos traduziram-se na visível urgência de intervenção e tentativa de resolução deste tipo de problemas.

Apesar do caderno de encargos proposto para a requalificação do bairro São João de Deus apresentar um orçamento reduzido, com limitação dos custos de construção e a associação das tipologias existentes, o resultado final resultou em habitações com espaços mais amplos e confortáveis.

O estudo prévio para o projeto de requalificação, implicou a análise das habitações existentes pela equipa projetista, classificadas por tipologias e conjuntos de habitações definidos como A, B, C e D.

Estes conjuntos representam a junção de 2, 3 ou 4 fogos no mesmo bloco habitacional.

145 Pinson, D. (1993). *Usage et architecture*. Editions L'Harmattan, Paris

Nos blocos habitacionais existentes, os modelos do tipo A representam conjuntos de T3; os modelos do tipo B representam conjuntos de T1; os modelos do tipo C representam conjuntos T2 e os modelos do tipo D representam também T1.

Pelos quadros apresentados, podemos observar a transformação da quantidade de tipologias existentes para o número de tipologias propostas, assim como as áreas brutas existentes.

Tipologia	Qt. Existente	Qt. Pedidos	Qt. Proposta	TOTAL
T1	72	17	13	T1 13
T2	45	19	43	T2 43
T3	27	28	24	T3 28
T4	0	8	8	T4 8
T5	0	7	0	T5 0
Total	144	79	88	92
Blocos novos				
T3			4	
T4			4	
Total fogos	144	79	96	

Quadro 9 - Quantidade de fogos existentes e propostos - Dossier de Estudo Prévio - disponibilizado pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa

Bloco (qt.)	Área bruta	Tip. Existente	Tip. Proposta	Qt. Existente	Qt. Proposta
A1 (x5)	216,8 m2 (72,3 m2 x 3f)	T3 (x3)	T2 (x3)	15	15
A2 (x4)	216,8 m2 (72,3 m2 x 3f)	T3 (x3)	T2 (x3)	12	12
B1 (x3)	73,6 m2	T1 (x2)	T2 (x1)	6	3
B2 (x4)	107,6 m2	T1 (x3)	T3 (x1)	12	4
B3 (x3)	107,6 m2	T1 (x3)	T3 (x1)	9	3
B4 (x4)	142,0 m2 (71,0 m2 x 2f)	T1 (x4)	T4 (x1)	16	4
B5 (x2)	142,0 m2 (71,0 m2 x 2f)	T1 (x4)	T2 (x2)	8	4
B6 (x1)	177,3 m2	T1 (x5)	T2 (x1) + T3 (x1)	5	2
C1 (x3)	99,4 m2	T2 (x2)	T3 (x1)	6	3
C2 (x12)	145,5 m2	T2 (x3)	T3 (x1) + T1(x1)	36	24
C3 (x1)	145,5 m2	T2 (x3)	T3 (x1) + T1(x1)	3	2
D1 (x2)	70,8 m2	T1 (x2)	T2 (x1)	4	2
D2 (x3)	140,8 m2 (70,4 m2 x 2f)	T1 (x4)	T2 (x2)	12	6
Blocos novos	168,2 m2 (84,1 m2 x 2f)		T3 (x2)		4
	197,0 m2 (98,5m2 x 2f)		T4 (x2)		4
Total				144	92

Quadro 10 - Quantidade de fogos existentes e propostos - Dossier de Estudo Prévio - disponibilizado pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa

Esta proposta teve como consequência a diminuição do número de fogos existentes, sendo que originalmente existiam 144 fogos, passando para 96 fogos no total.

Dos problemas habitacionais observados nas tipologias antes do projeto da requalificação, podem-se salientar:

- áreas e número de divisões interiores reduzidos;
- inexistência de privacidade quer no interior da habitação, quer no exterior;
- inexistência de instalações sanitárias (em alguns casos) e saneamento;
- iluminação e ventilação insuficientes;
- deficiente isolamento térmico e acústico.



Imagem 48 - Bairro São João de Deus (antes da requalificação) in <http://www.domussocial.pt/habitacoes/bairro-de-s.-joao-de-deus>

As habitações originais não respeitavam as áreas impostas pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas¹⁴⁶. Com a requalificação, apesar de não existirem alterações da área relativa à tipologia do T1 (uma vez que toda a estrutura exterior foi mantida), todas as outras tipologias sofreram alterações para o aumento das áreas, resultado da conjugação de tipologias mais pequenas.

146 RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas; Decreto-Lei 38.382, 7 agosto de 1951

	T1	T2	T3	T4
Áreas RGEU (m ²)	52	72	91	105
Habitações originais bairro São João de Deus	≈36	≈48	≈72	-----
Habitações requalificadas bairro São João de Deus	≈36	≈73	≈108	≈140

Quadro 11 - Comparação das áreas de habitação

Este quadro pretende a comparação das áreas impostas pelo RGEU, com as áreas existentes nas habitações do bairro São João de Deus. Pode-se observar que, nestes dois parâmetros, as áreas impostas como mínimo legal eram ainda assim muito superiores às áreas existentes, que se apresentavam muito reduzidas.

Comparando com as alterações das áreas das habitações após a requalificação, podemos observar a alteração das áreas pré-existentes para quase o dobro da área existente, como resultado da estratégia de associação.

No caso das tipologias T1, existiam 72 habitações. Após a associação das habitações existentes, passam a existir 13 habitações, que vão surgir nos blocos C2 e C3, associados a tipologias T3.

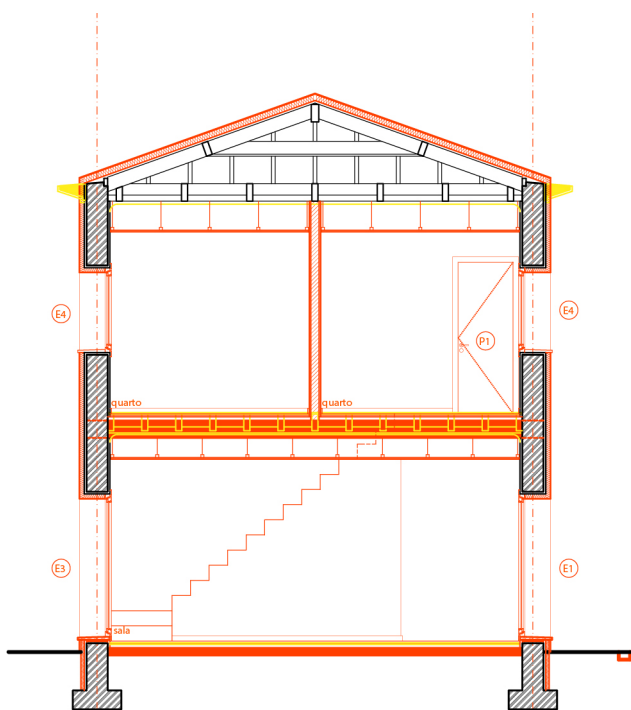


Figura 4 - Corte Tipologia C - desenho disponibilizado pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa

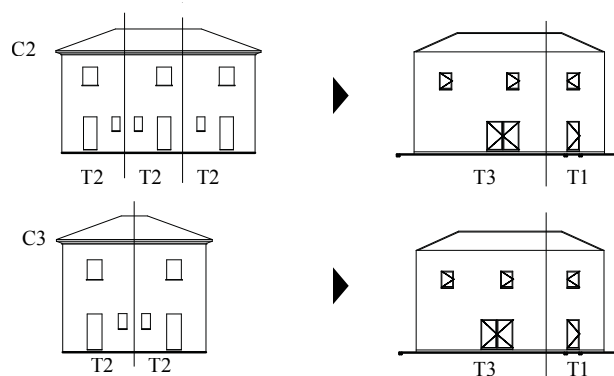


Figura 5 - Transformação das tipologias C- Desenho de autora

Relativamente às tipologias T2, existiam 45 fogos, passando a existir 43. Estas tipologias vão surgir nos blocos A1 e A2 através da transformação de T3 para T2, nos blocos B1 e B5 na transformação de T1 em T2, e nos blocos D1 e D2, usando a mesma lógica dos blocos B.

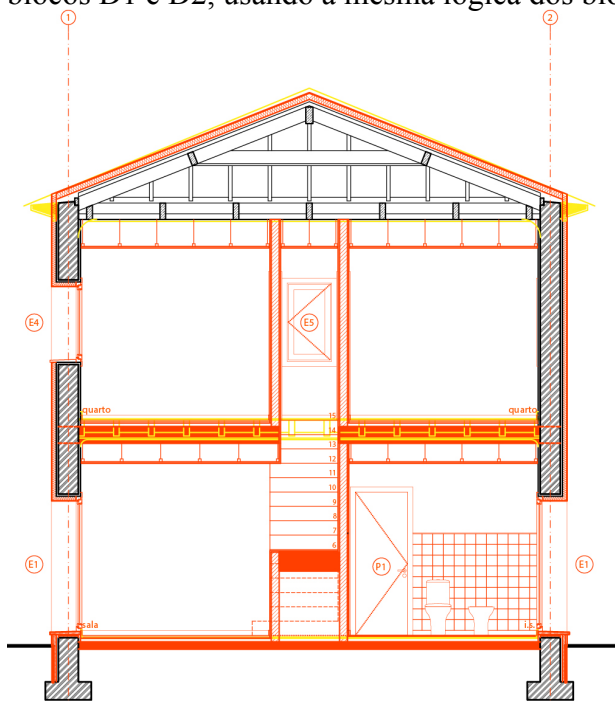


Figura 6 - Corte Tipologia A - desenho disponibilizado pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa

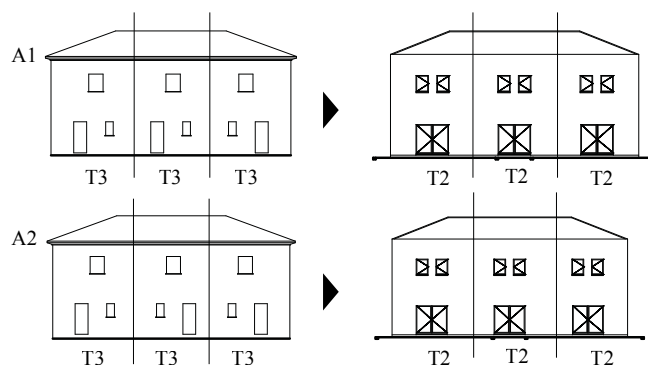


Figura 7- Transformação das tipologias A- Desenho de autora

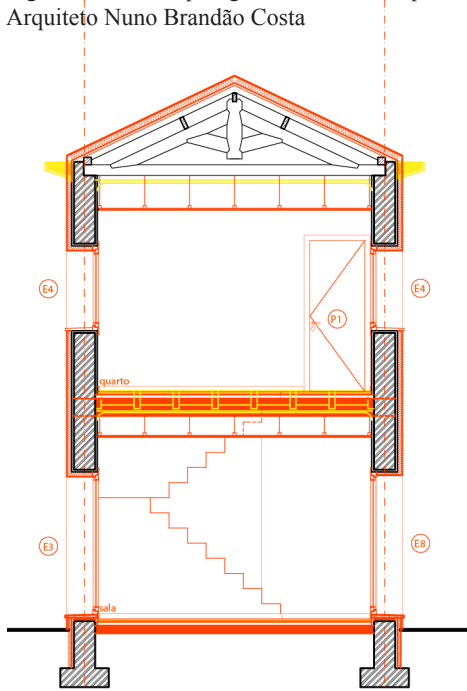


Figura 8 - Corte Tipologia D- desenho disponibilizado pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa

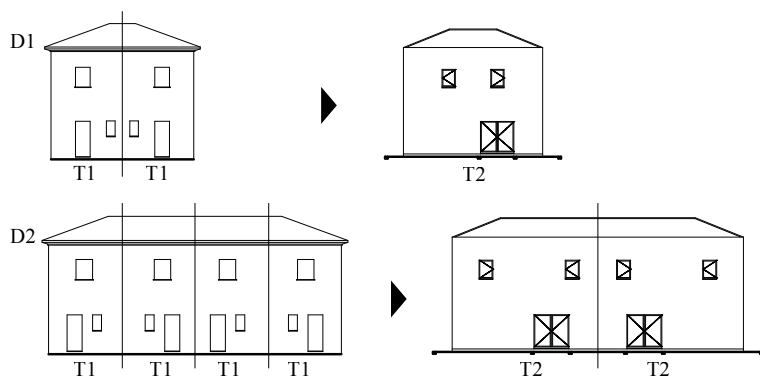


Figura 9- Transformação das tipologias D- Desenho de autora

De acordo com a requalificação dos edifícios e como poderemos ver no esquema realizado: as casas A passam de T3 para T2; as casas B passam de T1 para T2, T3 ou T4, dependendo do número de fogos existentes em cada conjunto habitacional; as casas C passam de T2 para T3 ou para um conjunto de T3+T1; por último, as casas D passam de T1 para T2.

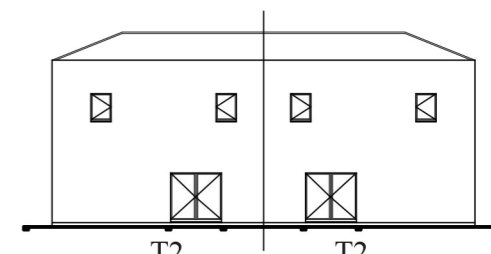
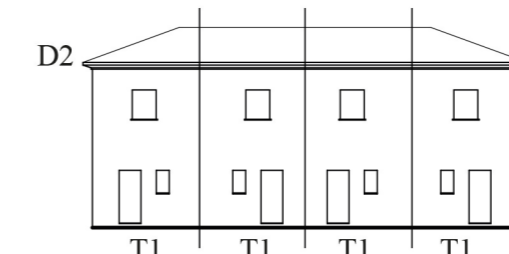
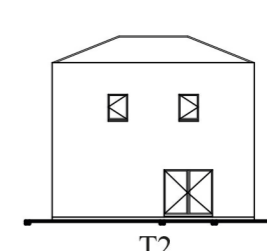
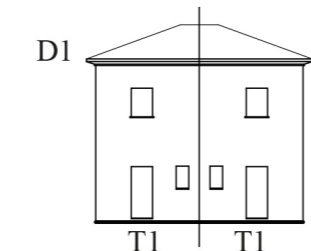
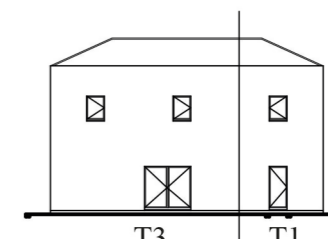
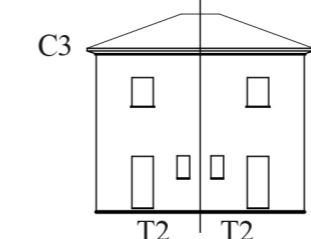
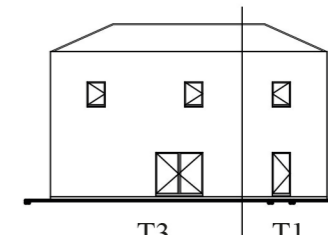
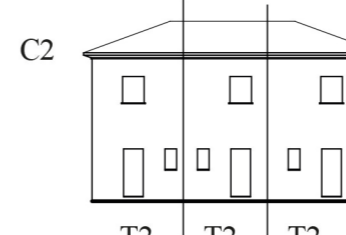
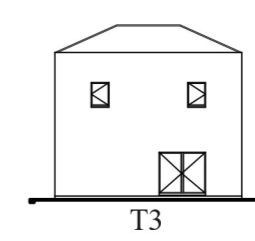
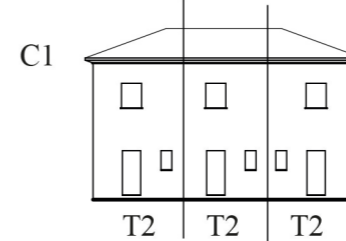
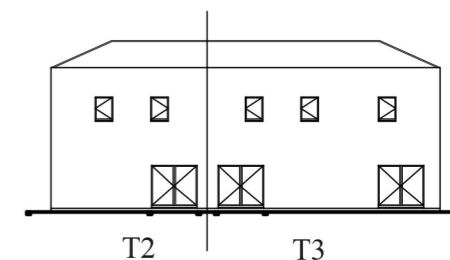
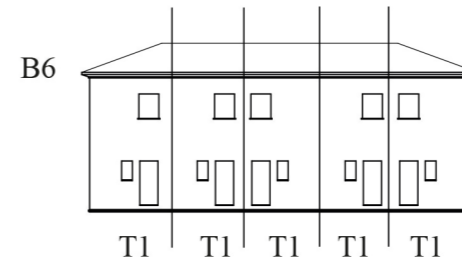
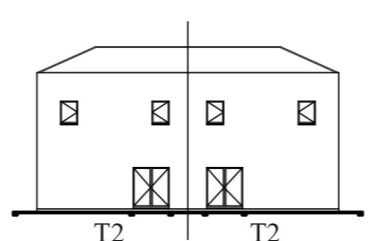
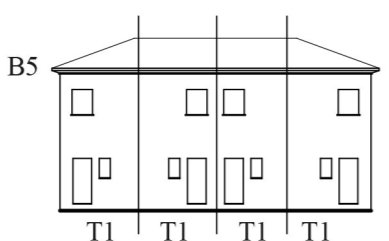
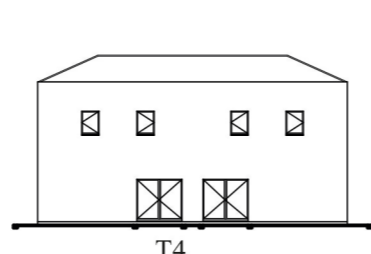
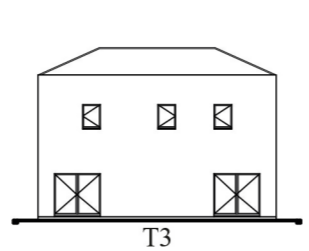
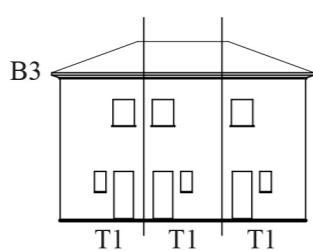
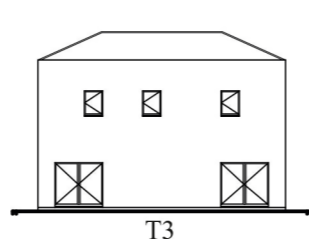
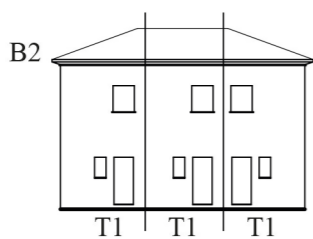
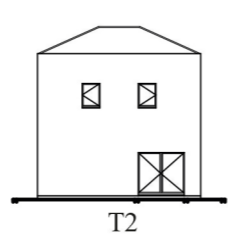
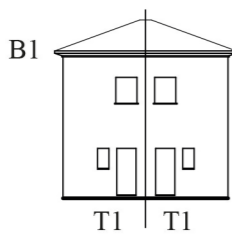
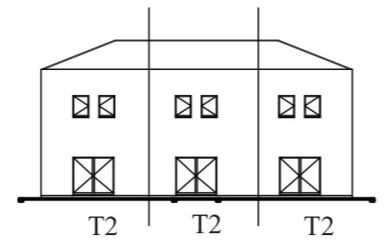
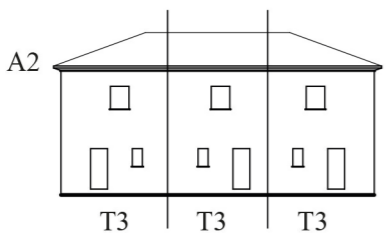
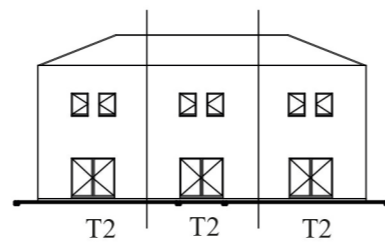
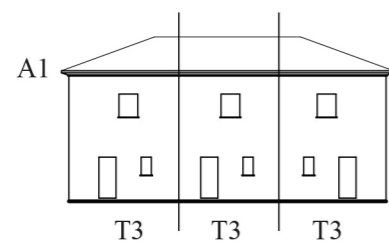
Mapa de Tipologias

Tipologias existentes

Tipologias após reabilitação

Tipologias existentes

Tipologias após reabilitação



Este “Mapa de Tipologias” foi realizado tendo como base o levantamento tipológico fornecido pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa

0 5 15

TIPOLOGIAS

A Revolução Industrial, para além de mudanças a nível social, económico e urbano, também traz consigo alterações na forma de construção de habitação. São introduzidos novos hábitos de higienização, da luz e ventilação nos espaços da habitação, assim como a separação entre os espaços coletivos e privados das habitações. O século XIX reconhece os novos valores de higienismo na incorporação da zona de cozinha e quarto-de-banho e o século XX aperfeiçoa os modelos habitacionais e as funcionalidades dos espaços interiores, passando a forma arquitetónica a ser definida pela necessidade dos habitantes.

A pesquisa sobre o “mínimo” aceitável dentro do espaço de uma habitação evoluiu ao longo do passar do tempo. No caso português, e segundo o autor Nuno Portas (1969)¹⁴⁷, o “mínimo” constitui um limite quantitativo para a satisfação de certas exigências. O “mínimo” para conceber um espaço não pode corresponder só ao somatório das áreas determinadas para cada função, mas deve considerar a representação da casa para os seus utilizadores e o contexto onde se insere. O autor Nuno Portas explica que a sobrelotação observada em muitos dos casos da habitação do Porto é explicada pelo facto de que, em condições precárias da vida quotidiana, o espaço da habitação (para além do somatório dos compartimentos) representa uma imagem valorativa da ideia dos habitantes sobre a casa, e que esta imagem resulta do contexto e do ambiente sociocultural em que se insere¹⁴⁸.

147 Portas, N. (1969). *Funções e exigências de áreas da habitação*: MOP. Laboratorio nacional de engenharia civil.

148 Idem, ibidem

Em Portugal, no decorrer da implementação do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto, discutiu-se o problema das áreas mínimas a nível da habitabilidade. Neste período, o standard praticado para a habitação económica estava nos 50m² para uma habitação de 3 a 6 pessoas. Na publicação realizada pelo arquiteto Nuno Portas – *Funções e Exigências das áreas de habitação* (1969) – e após vários estudos acerca deste tema, chega-se à conclusão da necessidade de uma área aproximada dos 70m² para satisfazer uma “...superfície de compartimentação interior compatíveis com diferentes formas de viver – ou vir a viver”.¹⁴⁹

A consideração da necessidade do aumento das áreas de habitação, também surge das mudanças que estavam a ocorrer na sociedade, fossem pela transformação do papel da mulher na sociedade (com maior dedicação à sua formação e ao trabalho profissional), a promoção de uma imagem social de vida familiar quotidiana (que privilegiava a permanência e a convivência no espaço da habitação, proporcionando o aparecimento de novas divisões dentro do espaço interno da habitação como a separação da zona de receber e a zona de trabalhar ou estudar) e por último a necessidade de privacidade dentro do espaço da habitação¹⁵⁰.

De acordo com a formulação atual do RGEU¹⁵¹, todos os compartimentos habitáveis devem ter vãos para o exterior. A instalação sanitária é essencial e deve ter mais equipamento e mais espaço, os corredores mais largos e as áreas habitáveis com maior área útil. Os compartimentos não devem ter o comprimento superior ao dobro da largura e a possibilidade de inscrever um círculo de 2,70m de diâmetro, capaz de garantir a circulação de uma pessoa com mobilidade reduzida (de acordo com o atual regulamento de acessibilidades).

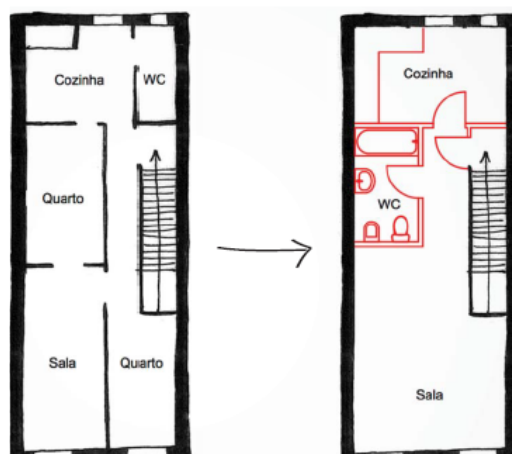


Imagem 49- Transformação das tipologias pelo RGEU in http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/reabilitacao/RERU/RERU_C_RGEU.pdf

149 Portas, N. (1969). *Funções e exigências de áreas da habitação*: MOP. Laboratório nacional de engenharia civil:10

150 Idem, Ibidem

151 Consultar RGEU – página 32

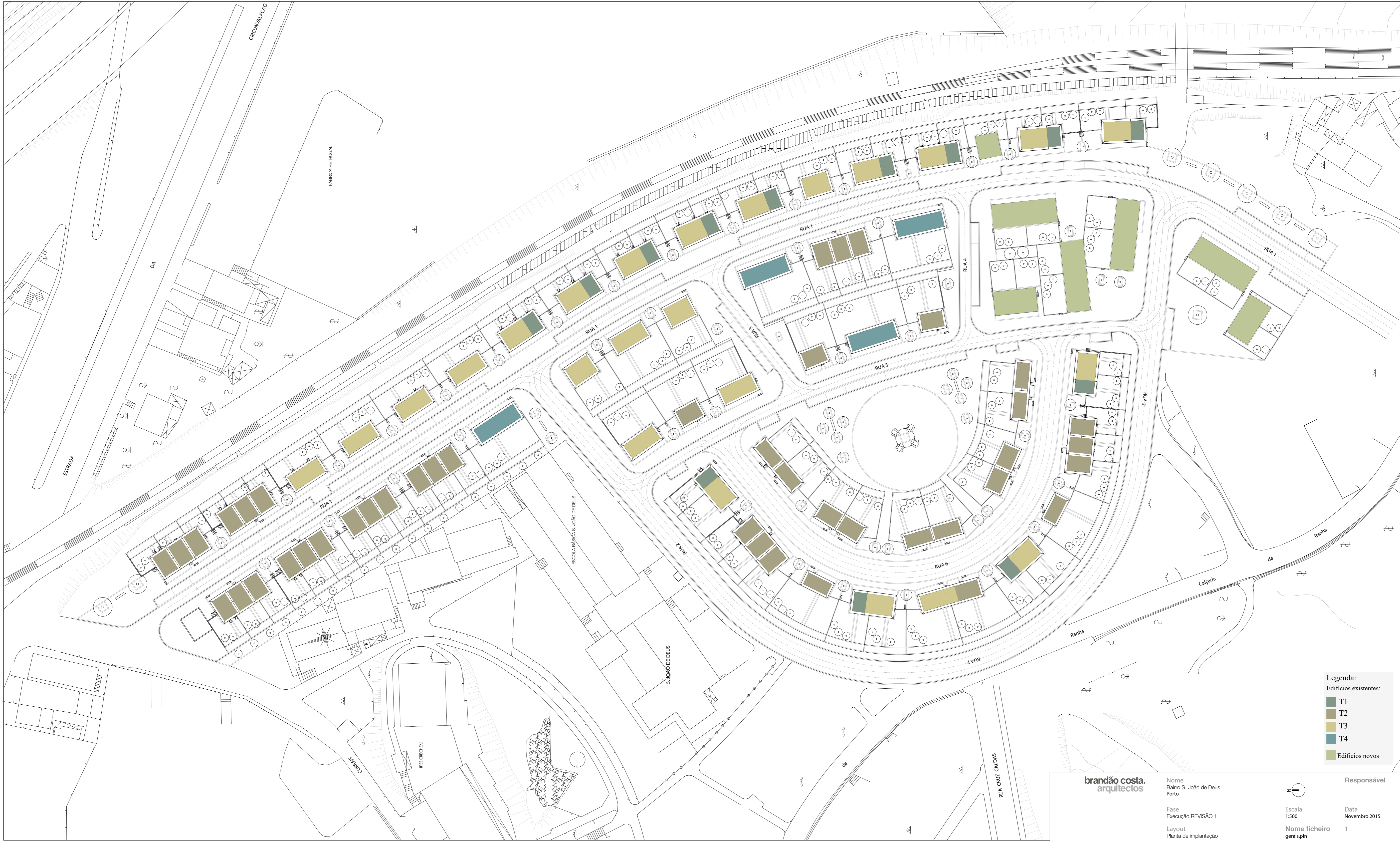
Os compartimentos devem ter um vão de iluminação em contacto com o exterior.

No bairro São João de Deus, cada habitação funciona como uma unidade, sendo que cada fogo é constituído por dois pisos. As tipologias aqui presentes são consideradas tipologias mínimas onde se reduzem ao máximo os espaços de circulação e distribuição para aumentar as áreas habitáveis.

Quer nas habitações existentes, quer na requalificação, o piso de entrada é dedicado aos espaços comuns (com a cozinha, sala e quarto de banho) e no piso superior localizam-se os espaços mais privados (os quartos).

De forma geral, nas requalificações destas unidades, o quarto de banho encontra-se junto à cozinha e a distribuição para o piso superior divide o espaço comum/sala da cozinha e quarto de banho.

Analisando cada tipologia intervencionada no projeto de requalificação, serão apresentadas as alterações efetuadas em termos de áreas de ocupação e organização interior dos fogos.



Legenda:
 Edifícios existentes:

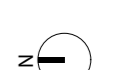
- T1
- T2
- T3
- T4
- Edifícios novos

brandão costa.
 arquitectos

Nome
 Bairro S. João de Deus
 Porto

Fase
 Execução REVISÃO 1

Layout
 Planta de implantação



Escala
 1:500

Nome ficheiro
 gerais.pln

Responsável

Data
 Novembro 2015

1

As tipologias A (que representam T3, nas habitações antigas), eram as que se apresentavam com mais divisões dos espaços interiores – as casas continham no piso da entrada um espaço comum que poderia funcionar também como espaço de sala, uma divisão de cozinha e uma divisão de quarto de banho. No piso superior, existiam 3 quartos.

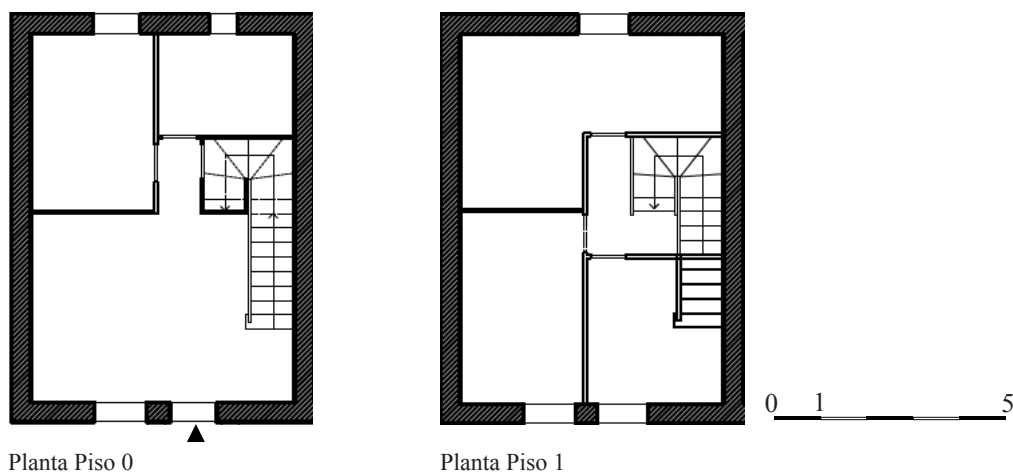


Figura 10 - Plantas das tipologias A1 originais - Desenhos disponibilizados pelo Arq. Nuno Brandão Costa

Com a requalificação destas habitações, estas tipologias passam a ser T2, onde no primeiro piso as divisões são as mesmas (espaço comum/sala, cozinha e quarto de banho – com o redimensionamento das respetivas áreas) e no piso superior, surgem dois quartos.

Se nas tipologias antigas a entrada era realizada pela porta da fachada frontal, nas tipologias novas a entrada é desenhada lateralmente.

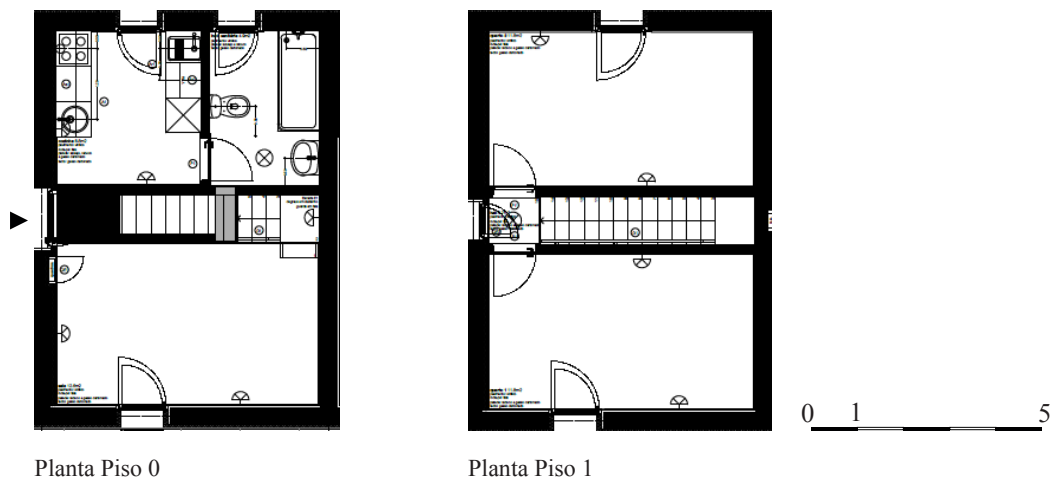
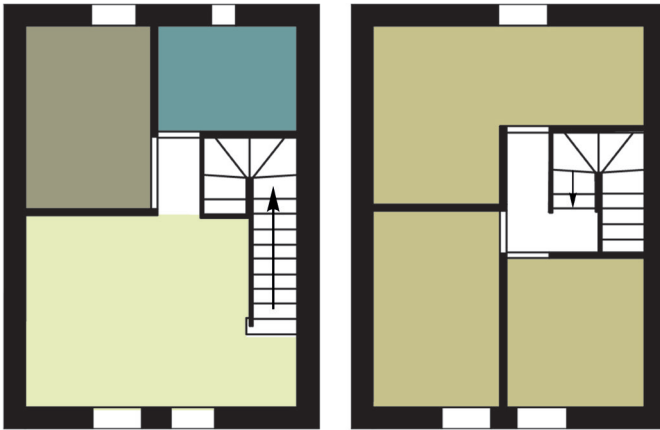


Figura 11 - Plantas de execução tipologias A1 - Desenhos disponibilizados pelo Arq. Nuno Brandão Costa

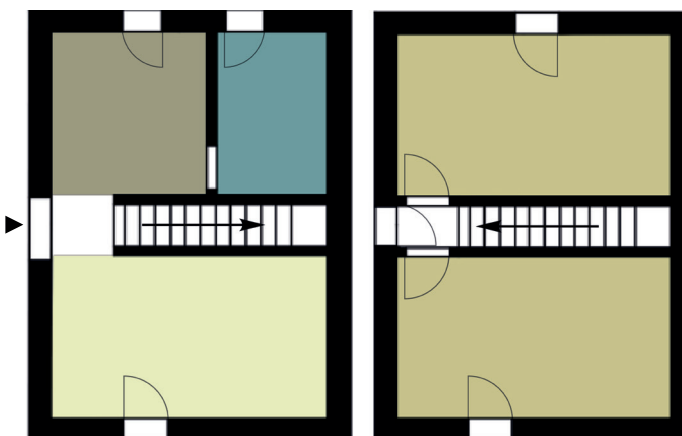
Tipologias existentes



Planta Piso 0

Planta Piso 1

Tipologias requalificadas



Planta Piso 0

Planta Piso 1

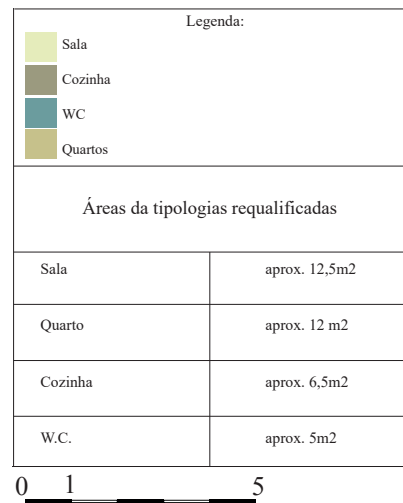


Figura 12 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia

A entrada para a habitação realiza-se a meio do fogo ou diretamente para a sala. Do lado frontal, estão dispostas as salas, e do lado tardoz, as cozinhas e quarto de banho. O acesso ao quarto de banho é feito pelo atravessamento da cozinha. A distribuição é reduzida à área mínima essencial, sendo o único ponto de distribuição a escada de acesso ao piso superior.

As habitações de tipo A mantêm o número de unidades dentro do bloco habitacional. Em semelhança às outras tipologias pós requalificação, os pisos são divididos em zonas comuns (P0 – piso de entrada) e zonas privadas (P1 – primeiro piso). Todas as divisões têm iluminação e ventilação e as zonas de água como cozinha e quarto de banho estão adjacentes. Com esta intervenção observa-se a melhoria da qualidade das áreas e divisões, conferindo espaços de maior conforto, comparativamente às condições originais.

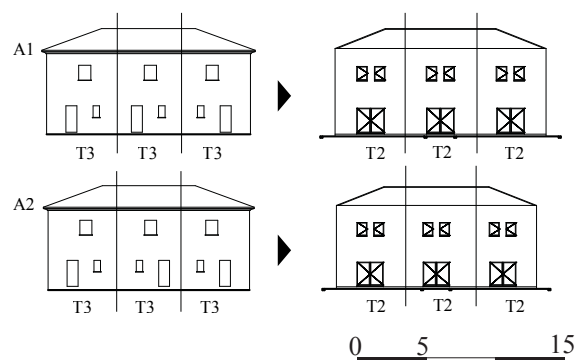


Figura 13 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Figura de autora

As tipologias B (que correspondem a habitações T1 na configuração inicial), apenas apresentavam uma divisão correspondente ao quarto de banho no piso de entrada. Pressupõe-se que o piso de entrada serviria tanto de cozinha como de espaço comum/sala, sem nenhum tipo de divisão que represente estes espaços. No piso superior presume-se que serviria apenas como um quarto. No caso de ocupação da habitação por um agregado familiar alargado, resultaria na sobreocupação da mesma.

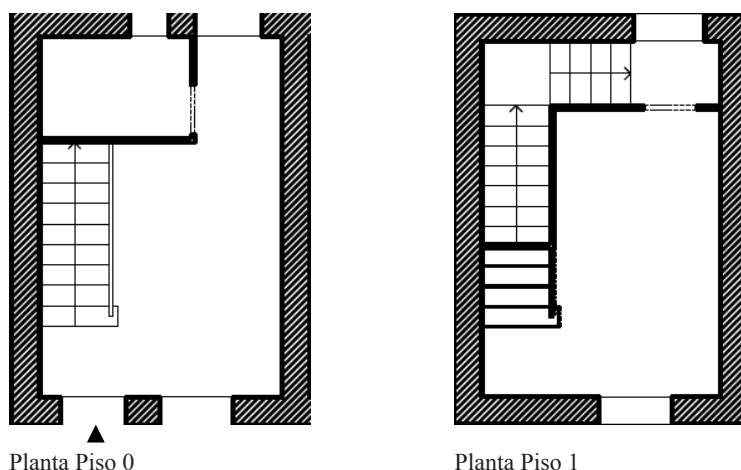


Figura 14 - Plantas das tipologias B1 originais - Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

No caso das tipologias B1, a entrada é feita pela fachada frontal da habitação.

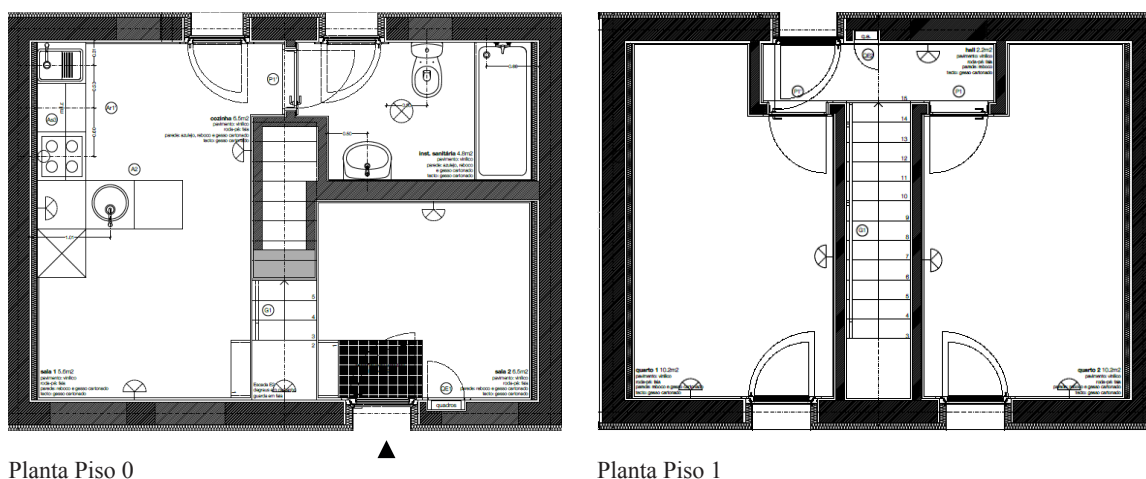
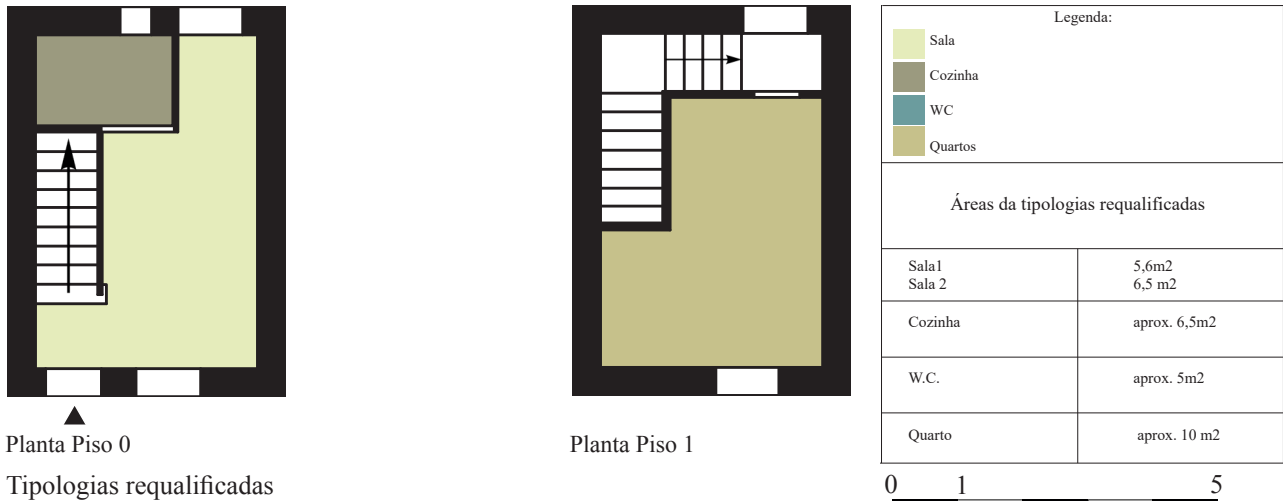


Figura 15 - Plantas de execução tipologias B1- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

Tipologias existentes



Tipologias requalificadas



Figura 16 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia

A entrada é realizada pela fachada frontal, diretamente para a sala, sendo este espaço dividido em dois, pelo vão das escadas que faz a distribuição para os pisos superiores.

A cozinha não tem separação física da sala, criando uma flexibilidade do espaço. O acesso ao quarto de banho é realizado pelo atravessamento da cozinha (tal como em outras tipologias). O acesso aos quartos materializou-se por um pequeno corredor, de dimensões mínimas, com uma pequena janela. Todas as divisões são ventiladas, com contacto visual para o exterior e iluminação natural.

Nestes edifícios, os dois T1 iniciais foram transformados num T2. De igual modo, no piso de entrada encontram-se os espaços comuns/sala, cozinha e quarto de banho e, no piso superior, dois quartos.

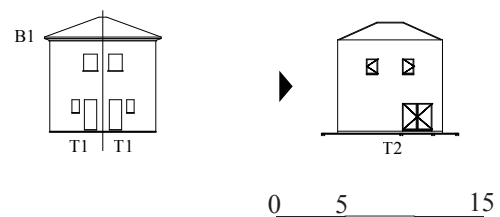


Figura 17- Alçados de interpretação da composição da habitação - desenho de autor

Nos casos B2 e B3, onde existiam três T1, foram transformados num T3. De forma contrária às tipologias B1 e B5, a entrada é lateral, realizada diretamente para sala, com a opção de se poder aceder à habitação também pela cozinha. O vão de escadas divide a zona da sala, da zona de cozinha e quarto de banho. Contrariamente ao que foi visto nas tipologias anteriores, o acesso ao quarto de banho realiza-se através da sala. No piso superior, um pequeno corredor dá acesso aos três quartos existentes.

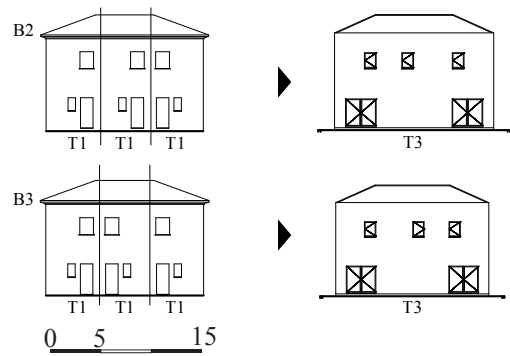


Figura 18 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autor

Tipologias existentes Tipologias requalificadas

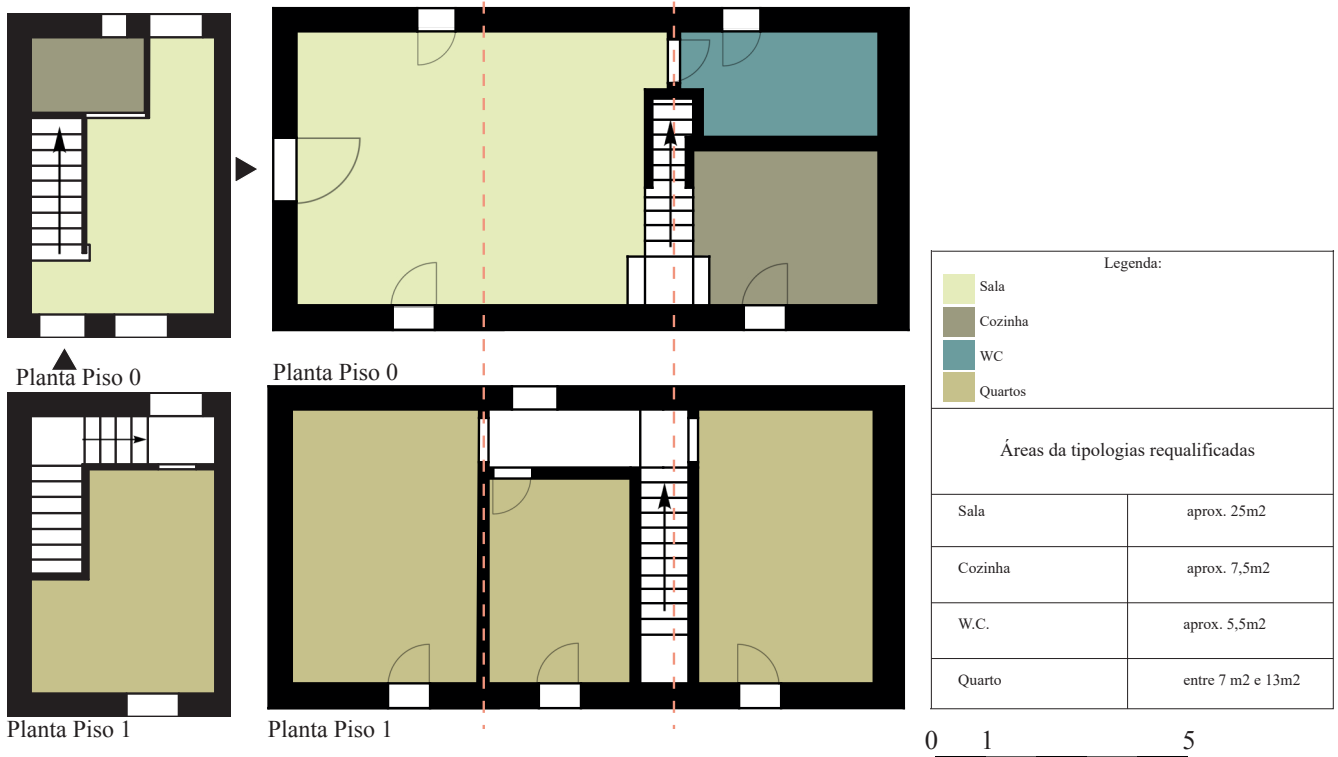


Figura 19 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia

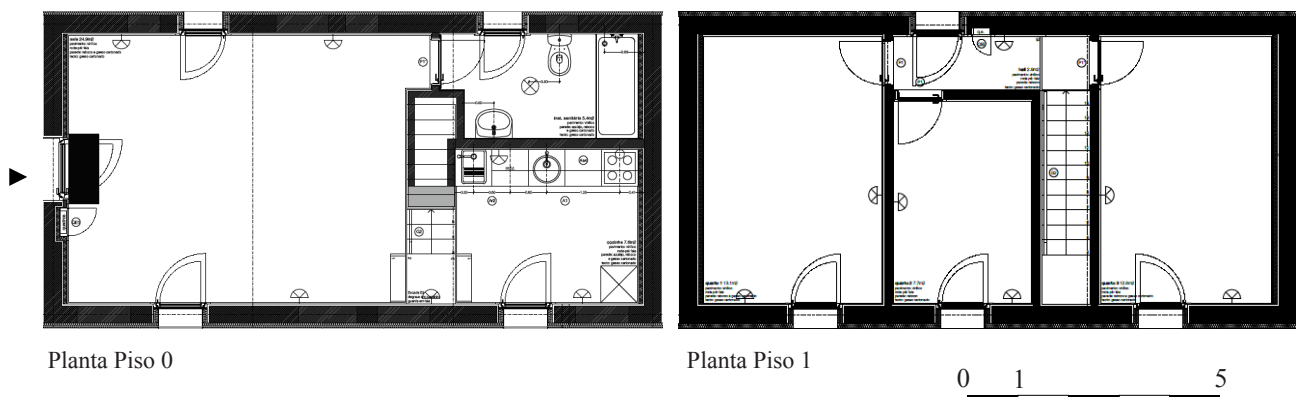


Figura 20 - Plantas de execução tipologias B2/B3- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

As tipologias B4, que antigamente representavam quatro habitações T1, na requalificação passam a corresponder a um T4. A distribuição para o piso superior divide o espaço comum/sala em dois. A cozinha e quarto de banho são adjacentes e o acesso aos mesmos realiza-se pelo atravessamento da sala, existindo 4 quartos no piso superior.

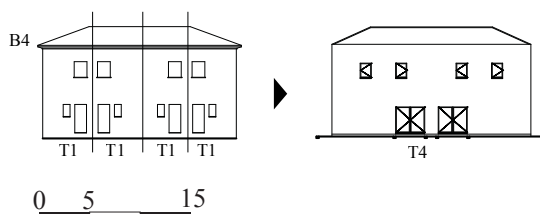


Figura 21 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora

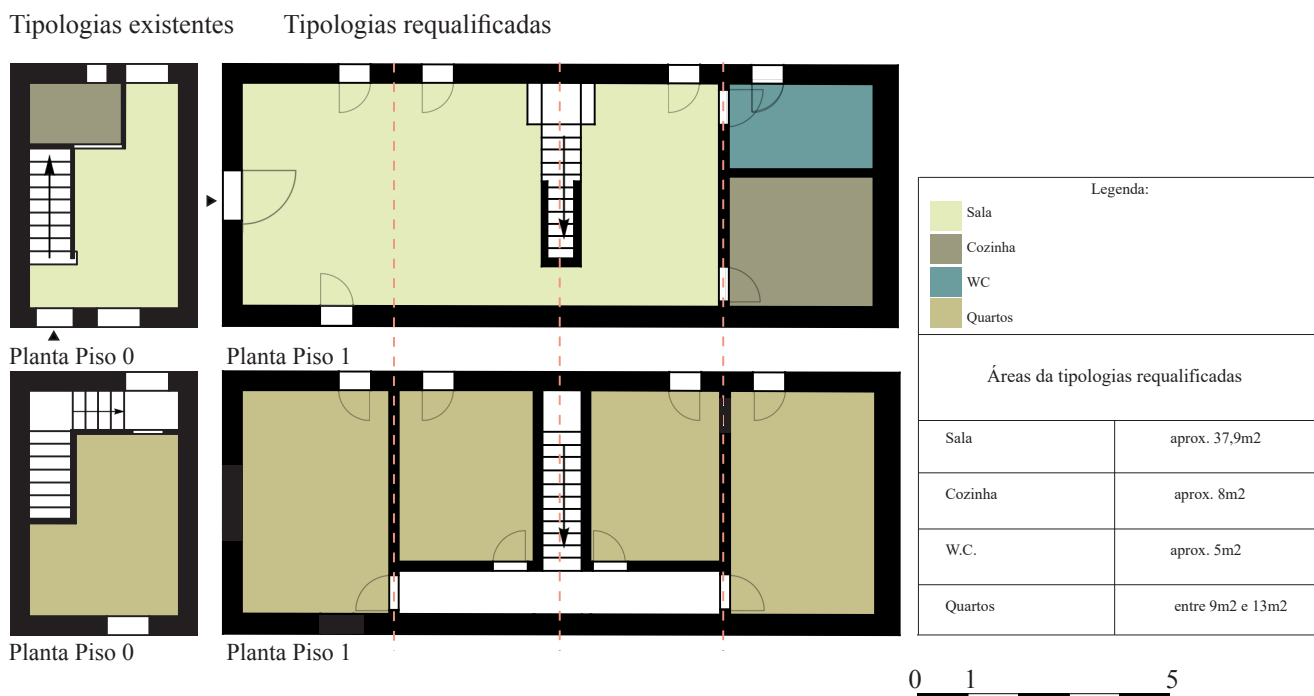


Figura 22 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia

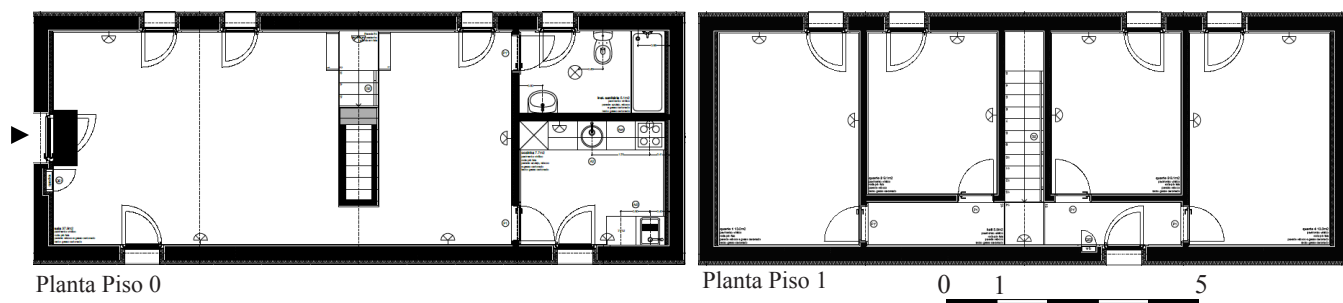


Figura 23 - Plantas de execução tipologias B4- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

Nos casos B1, B2, B3 e B4, as unidades são agrupadas numa única habitação. Com exceção das tipologias B1 e B5, as entradas são laterais. Nas tipologias B2, B3 e B4, a junção das unidades originam espaços de convívio/salas de maiores dimensões, correspondendo também ao maior número de ocupantes da habitação.

Nas tipologias B5, eram representados de igual modo quatro T1, no entanto, com a requalificação, passam a constituir um conjunto de dois T2. Cada célula T2, assemelha-se à distribuição interior da tipologia B1, ou seja, $B5 = B1 + B1$.

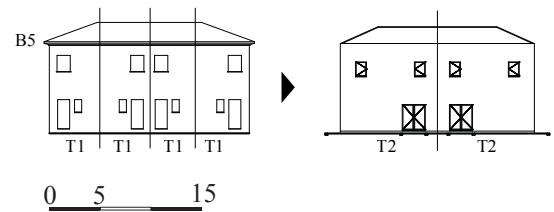


Figura 24 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora

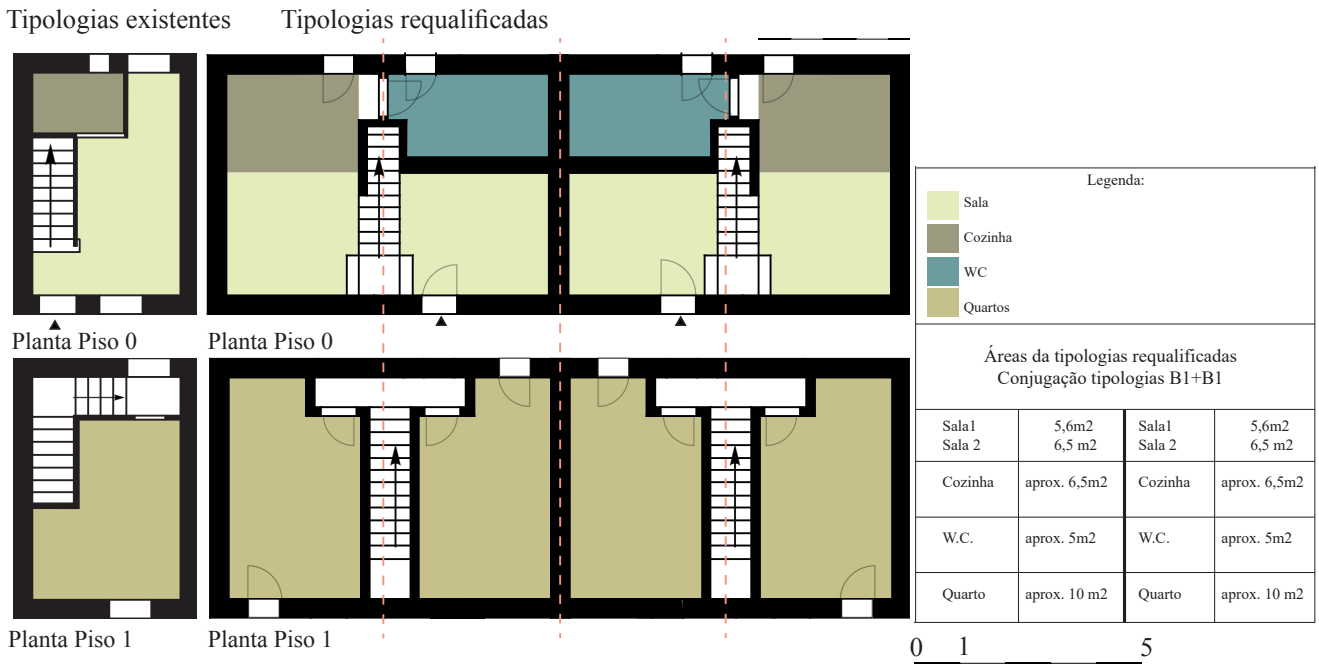


Figura 25 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia

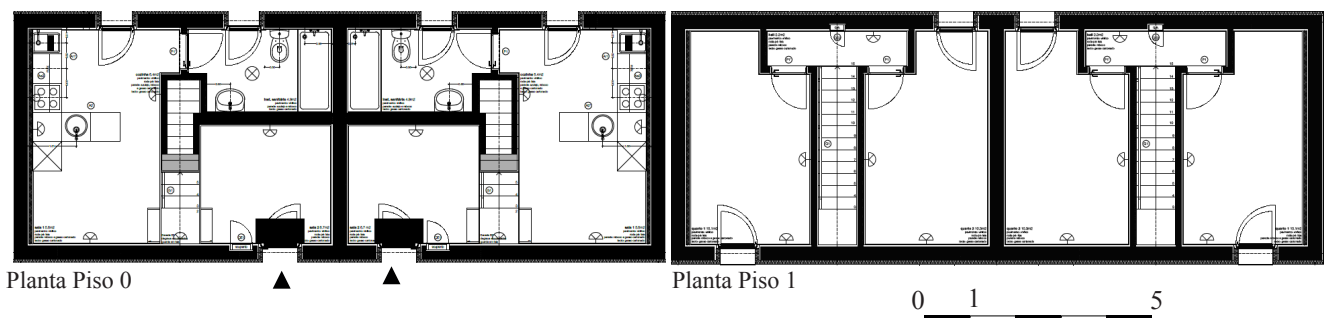


Figura 26 - Plantas de execução tipologias B5- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

Por último, na tipologia B6, onde originalmente se desenhavam cinco T1, com a requalificação passam a constituir um T2 e um T3. A célula T2, conjuga a distribuição interior da tipologia B1 com a tipologia B2, ou seja, $B6 = B1 + B2$. Neste caso, as entradas são realizadas pela fachada frontal, tendo cada uma das habitações entradas individuais.

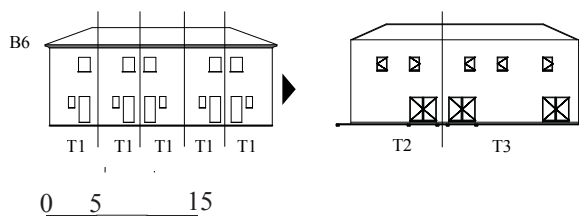


Figura 27 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora

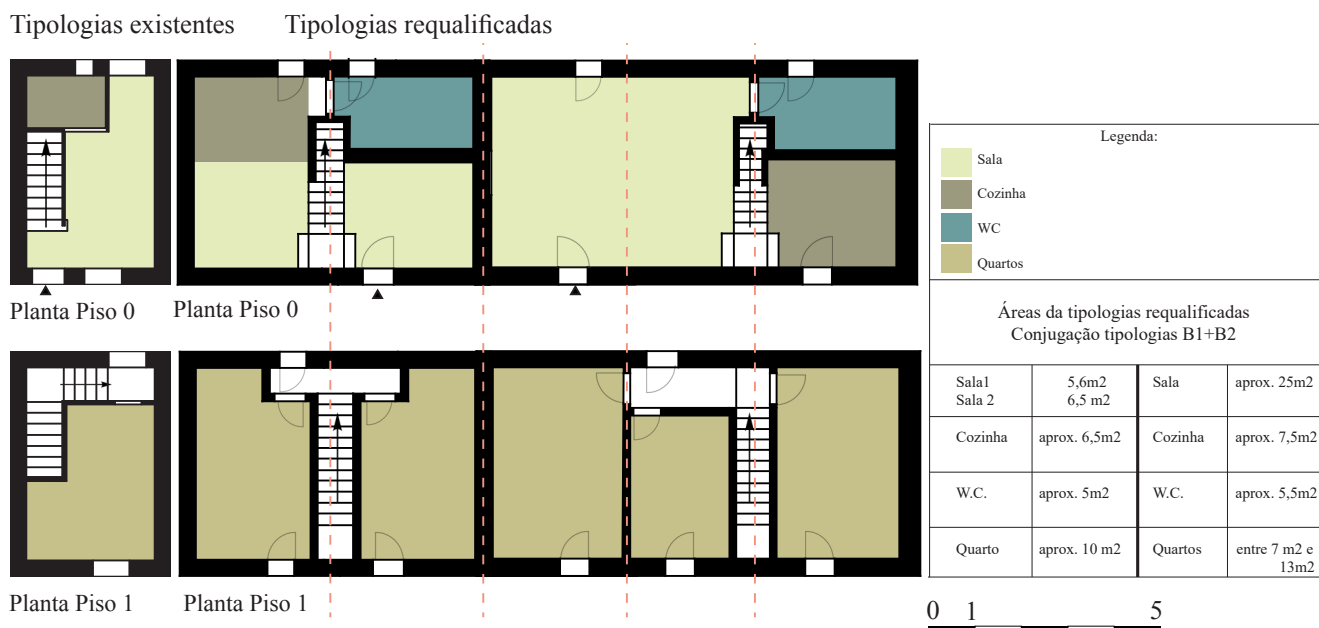


Figura 28 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia

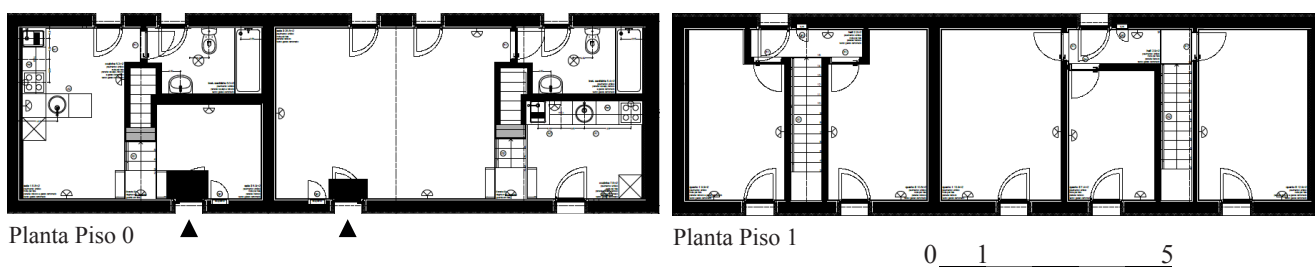


Figura 29 - Plantas de execução tipologias B6- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

No caso das tipologias B5 e B6, as unidades formam duas habitações dentro do mesmo bloco. Cada uma das habitações tem uma entrada independente.

Tal como as tipologias A, as tipologias C, correspondiam originalmente à habitações com mais divisões dos espaços interiores com um espaço comum/sala, uma divisão de cozinha e uma divisão de quarto de banho. No piso superior, existiam dois quartos.

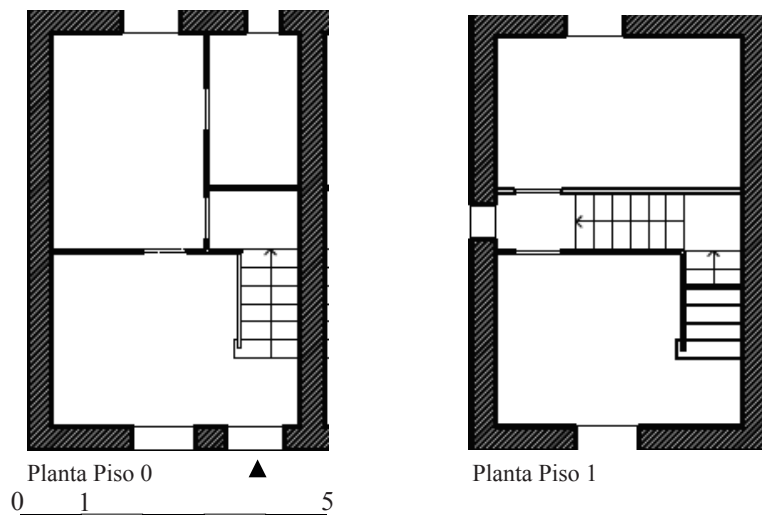


Figura 30 - Plantas das tipologias C1 originais - Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

As tipologias C1 (que antigamente continham três T2), contêm agora um T3. Com entrada lateral, a distribuição para o piso superior apresenta-se a meio do fogo, separando, no piso de entrada, as áreas de espaço comum/sala, da cozinha e quarto de banho. No piso superior surgem três quartos.

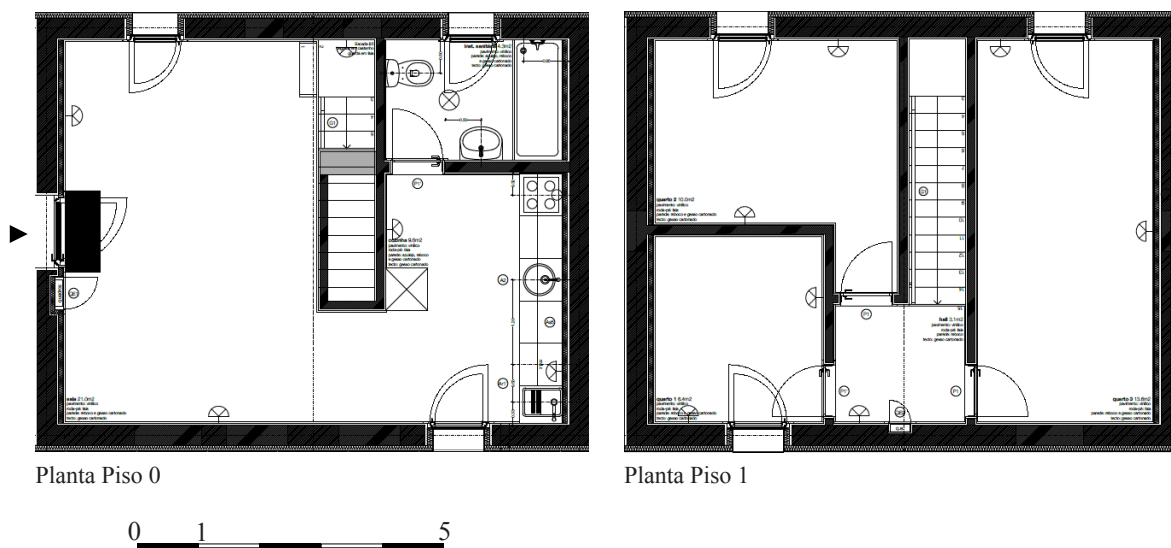


Figura 31 - Plantas de execução tipologias C1- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

As tipologias C1 (que correspondem a habitações T2 na configuração inicial) são transformadas num único T3. Tal como nas outras tipologias, as divisões correspondentes à sala, cozinha e quarto de banho encontram-se no piso da entrada e, no piso superior, podem-se encontrar 3 quartos. A entrada para a habitação é realizada pelo meio do fogo e o acesso ao quarto de banho faz-se pela cozinha e o espaço de distribuição para os quartos é de tamanho reduzido.

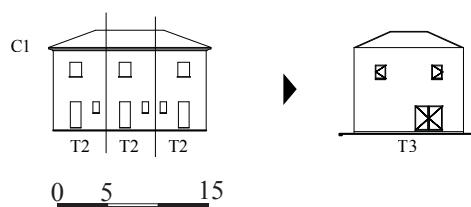
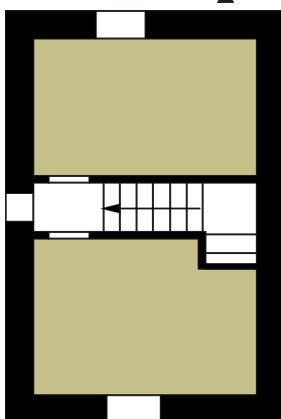
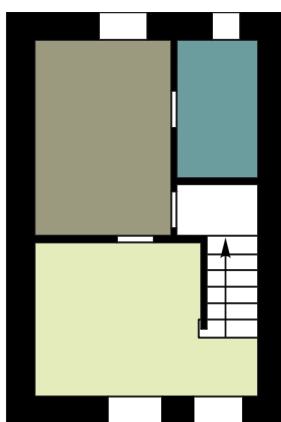


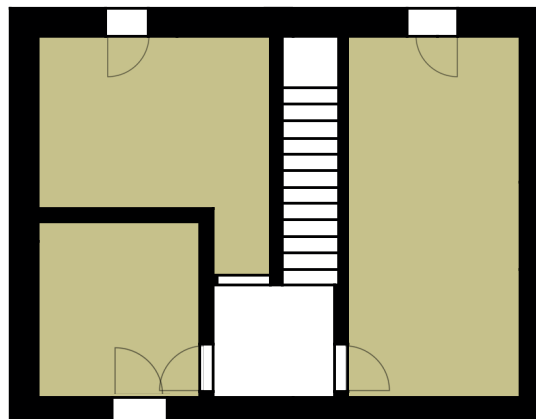
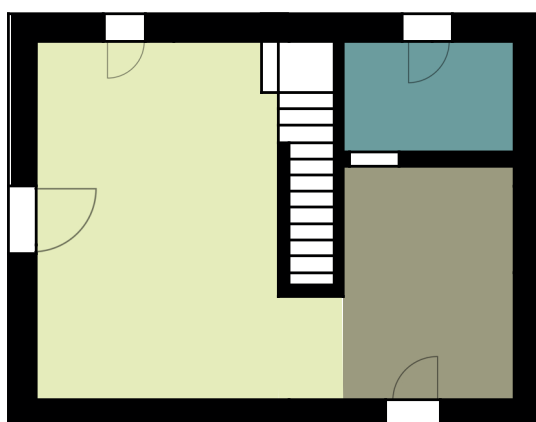
Figura 32 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora

Tipologias existentes



Planta Piso 0

Tipologias requalificadas



Planta Piso 1

Legenda:	
■	Sala
■	Cozinha
■	WC
■	Quartos
Áreas da tipologias requalificadas	
Sala	aprox. 21m ²
Cozinha	aprox. 9,5m ²
W.C.	aprox. 4,5m ²
Quartos	entre 6,5m ² e 13,5m ²



Figura 33 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia

As tipologias C1 agrupam as unidades numa única habitação. De forma semelhante às habitações e tipologias analisadas até agora, a entrada é lateral, com a distribuição para o piso superior a ser realizada na zona do espaço de comun/sala, separando esta da zona da cozinha e quarto de banho.

No caso das tipologias C2 e C3, estas conjugam um T3 com um T1. No caso do T1, a entrada é feita pela fachada frontal e contrariamente à distribuição vista até este momento, o piso de entrada apenas contém o espaço comum/sala e cozinha. O piso superior, além do quarto, passa a ter também o quarto de banho.

O T3 retoma a distribuição já experimentada no caso C1.

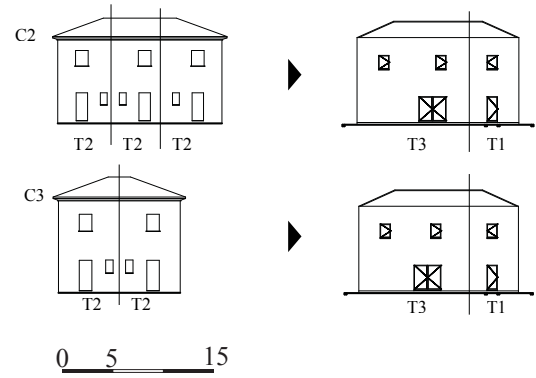


Figura 34 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora

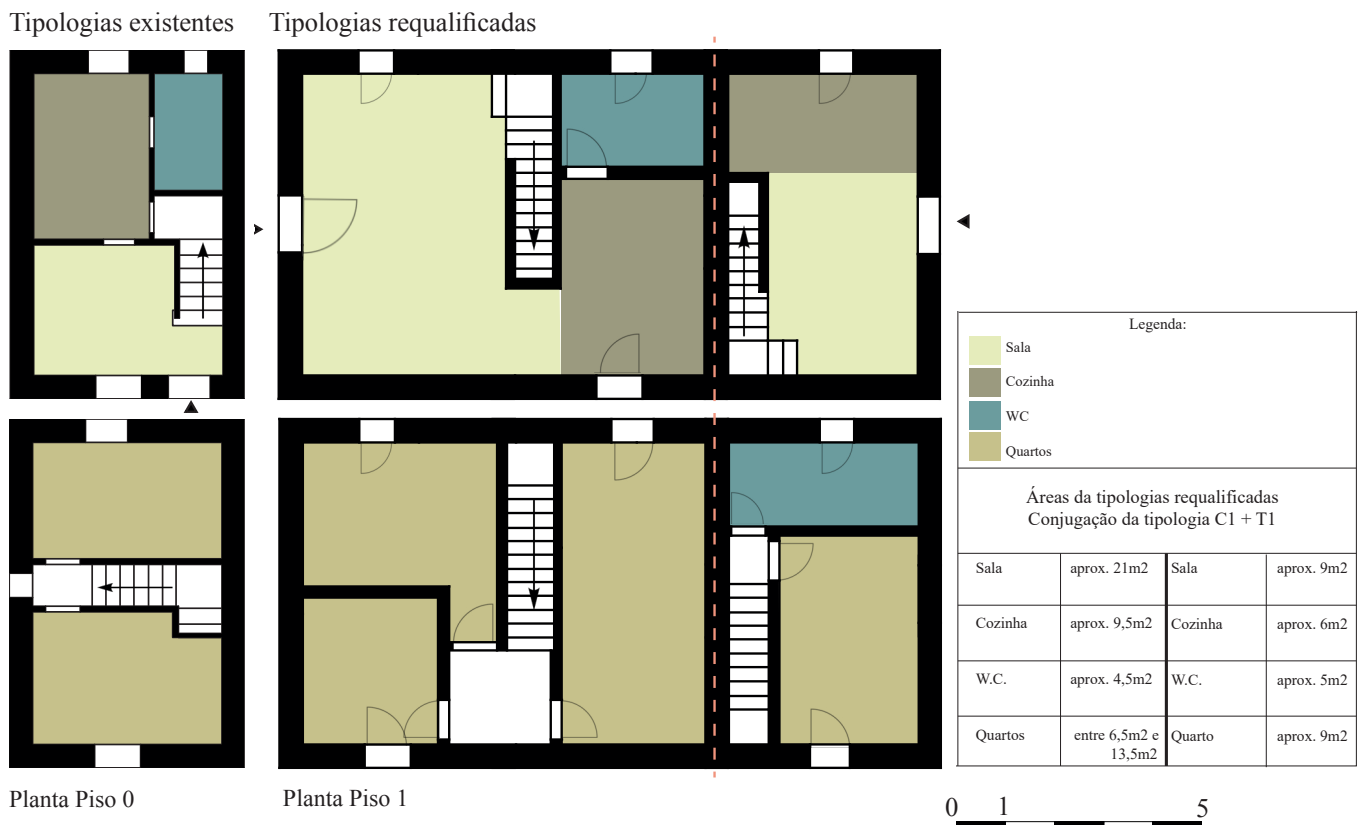


Figura 35 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia

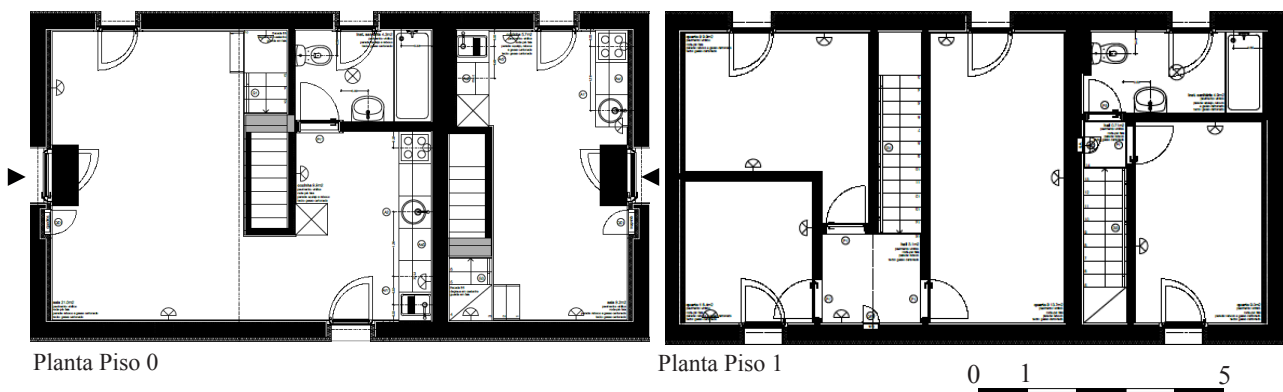


Figura 36 - Plantas de execução tipologias C2/C3- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

Por último, as tipologias D que originalmente representavam um T1, não apresentavam divisões interiores, nem tão pouco quarto de banho. No caso das tipologias D1, com a requalificação passam a corresponder a um T2.

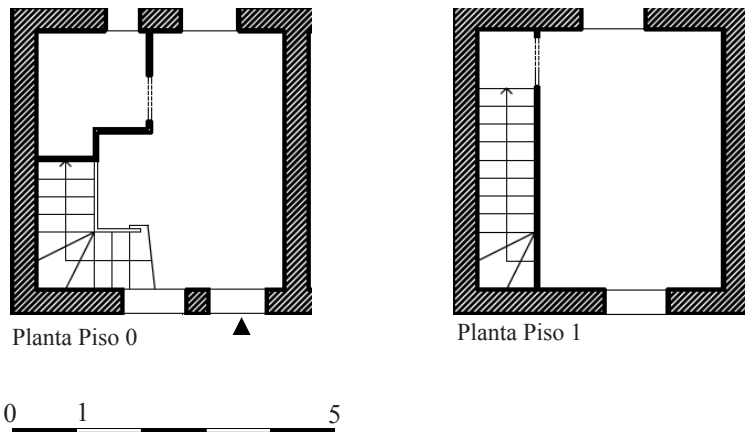


Figura 37 - Plantas das tipologias D1 originais - Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

Nestas tipologias, o processo de requalificação vai significar não só o aumento considerável das áreas dos espaços internos da habitação, assim como a introdução de compartimentos inexistentes nas tipologias originais.

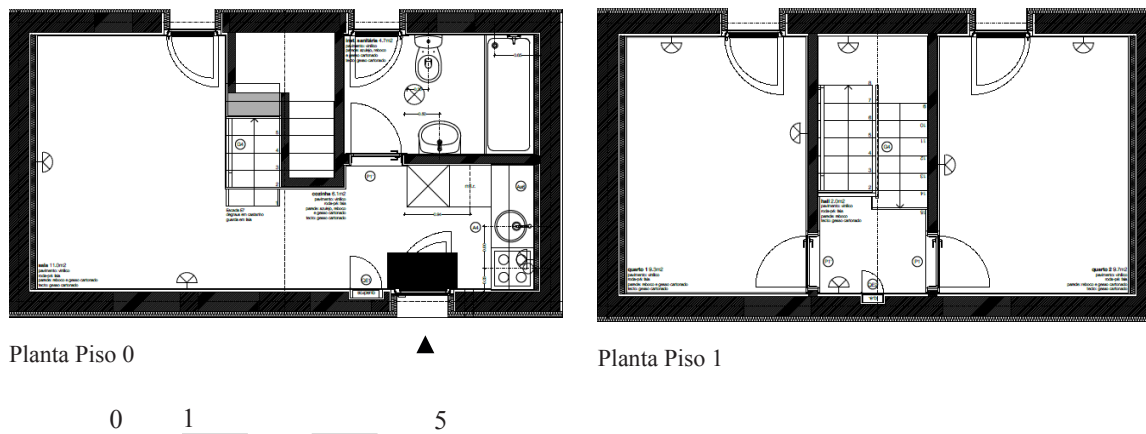


Figura 38 - Plantas de execução tipologias D1- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

Natipologia D1 onde originalmente se encontravam dois T1, agora representam um T2. Nas novas tipologias, a entrada é feita pela fachada frontal diretamente para a cozinha, situando-se a zona de distribuição para os pisos superiores a meio do novo fôgo, separando a zona do espaço comum/sala da cozinha e quarto de banho. No piso superior surgem dois quartos.

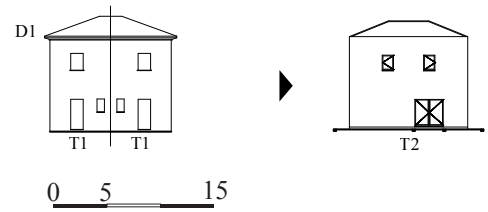


Figura 39 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora

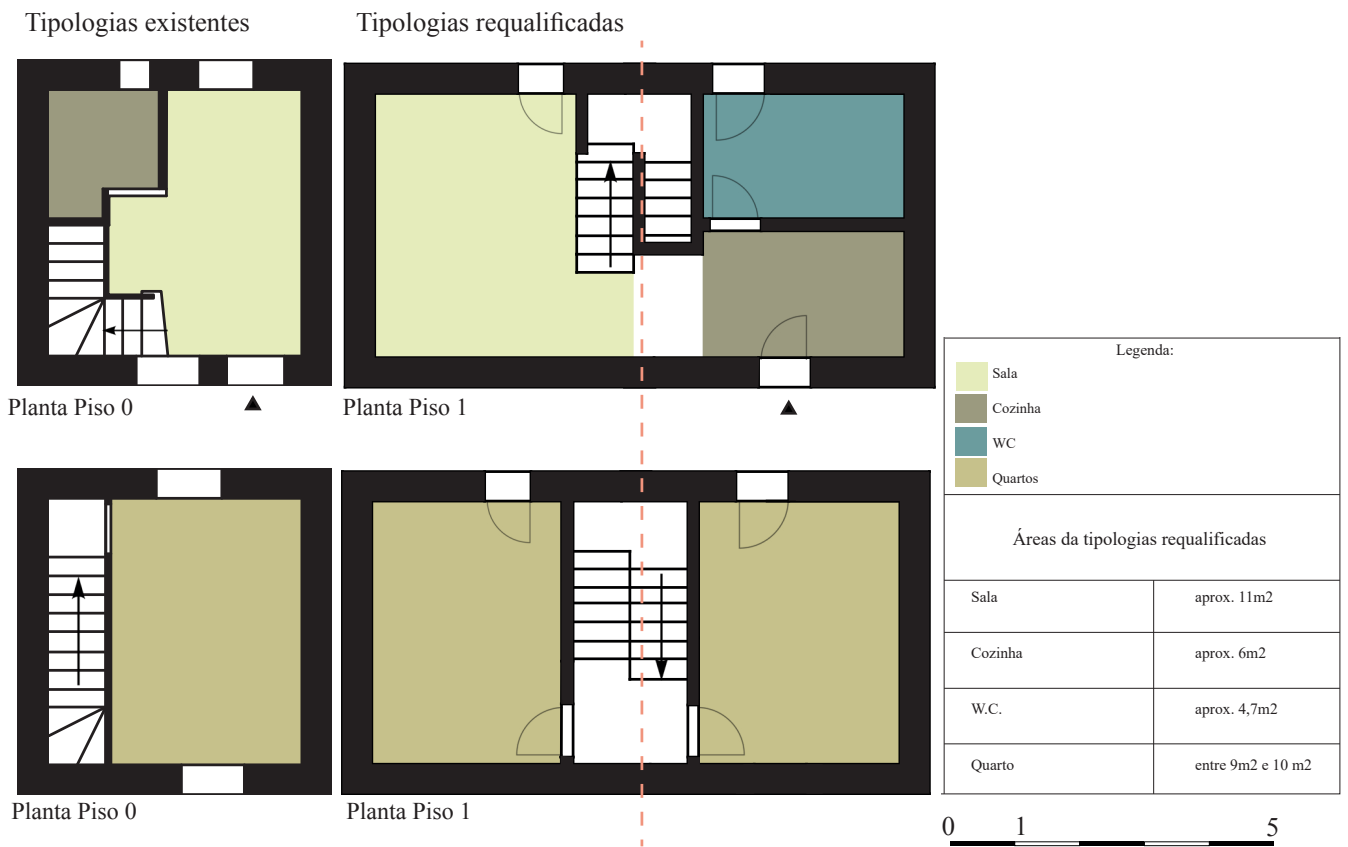


Figura 40 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia

Na tipologia D2 onde originalmente se encontravam quatro T1, agora representam dois T2. Cada célula T2, retoma a nova distribuição da tipologia D1, ou seja, $D2=D1+D1$

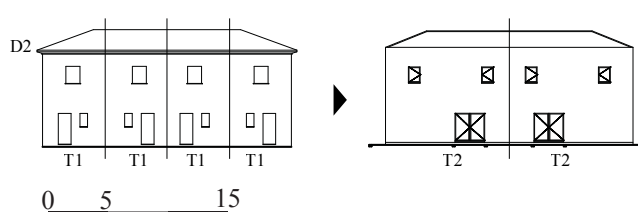
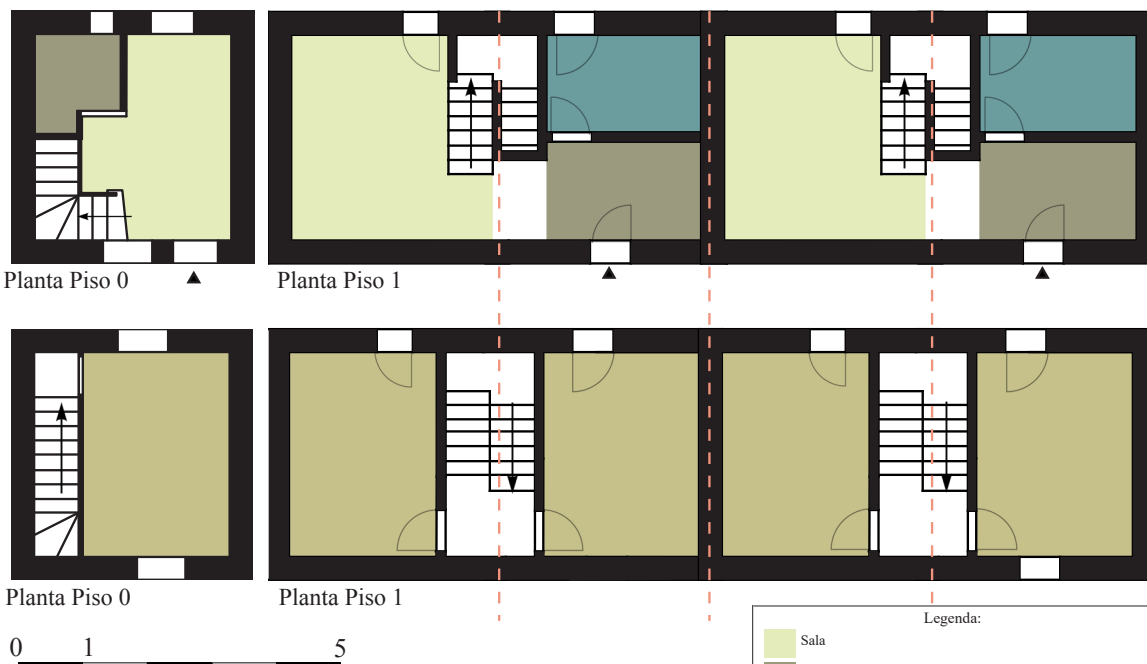


Figura 41 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora

Tipologias existentes Tipologias requalificadas



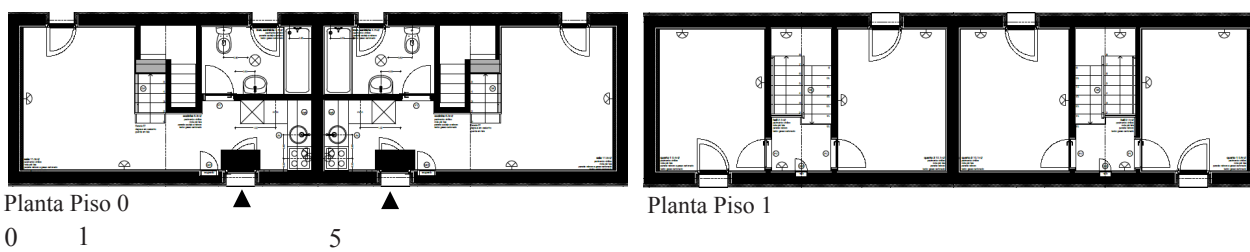
Planta Piso 0

Planta Piso 1

0 1 5

Figura 42 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia

Legenda:			
	Sala		Cozinha
	WC		Quartos
Áreas da tipologias requalificadas Conjugação da tipologia C1 + T1			
Sala	aprox. 21m ²	Sala	aprox. 9m ²
Cozinha	aprox. 9,5m ²	Cozinha	aprox. 6m ²
W.C.	aprox. 4,5m ²	W.C.	aprox. 5m ²
Quartos	entre 6,5m ² e 13,5m ²	Quarto	aprox. 9m ²



Planta Piso 0

Planta Piso 1

0 1 5

Figura 43 - Plantas de execução tipologias D2- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa

No caso das habitações D1, as unidades originais são agrupadas numa única habitação; no caso D2, as unidades são agrupadas em duas habitações dentro do mesmo bloco. Para além das transformações nas áreas das habitações, uma melhoria substancial foi a implementação do espaço dedicado à higiene.

Transformação das tipologias existentes para as tipologias requalificadas

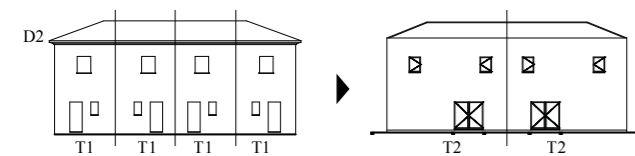
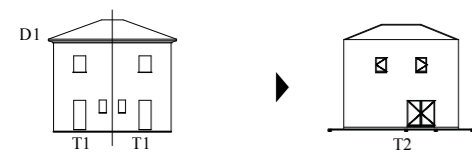
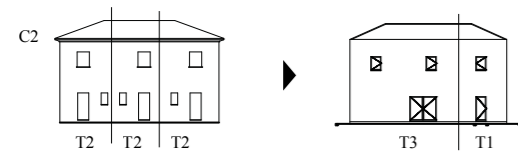
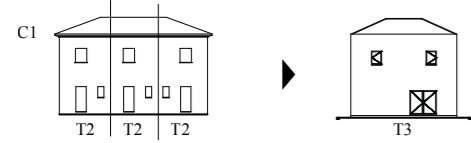
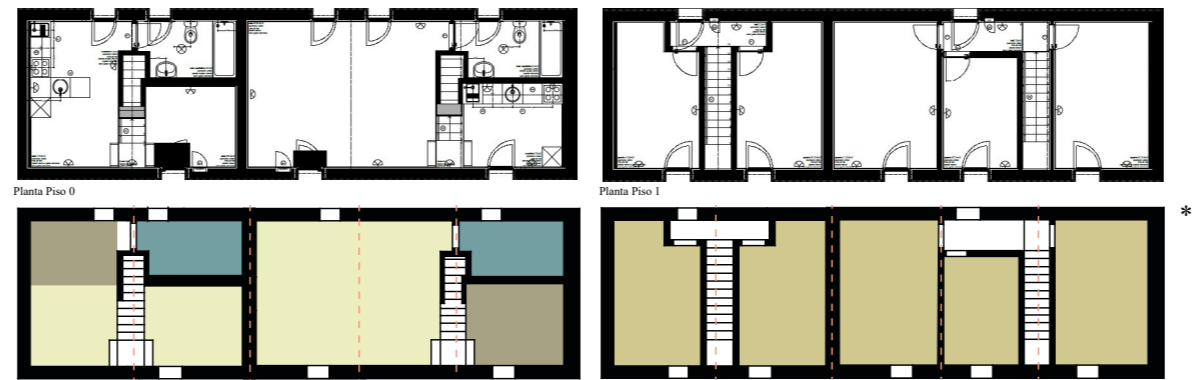
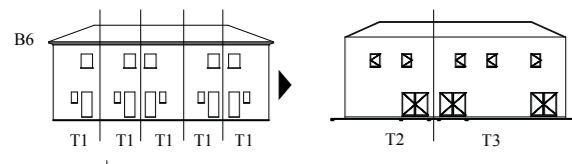


LEGENDA:

* Plantas disponibilizadas pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa

** Desenhos de interpretação

Transformação das tipologias existentes para as tipologias requalificadas



LEGENDA:

* Plantas disponibilizadas pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa

** Desenhos de interpretação

ORGANIZAÇÕES ESPACIAIS

Um objetivo essencial do projeto de requalificação do bairro São João de Deus foi a requalificação das habitações existentes. Neste capítulo serão, portanto, analisadas as alterações realizadas a nível do espaço interno da habitação. Uma vez que era do interesse desta investigação a interpretação das opiniões dos moradores e ocupantes deste bairro, assim como compreender a forma como os mesmos se apropriaram e recriaram os espaços projetados pelo arquiteto, foram realizadas conversas informais com os mesmos, de forma a recolher algumas das suas opiniões sobre o tema.

A “casa” está sujeita a mutações constantes e que têm de responder às necessidades dos seus ocupantes, como por exemplo às exigências relativas às áreas interiores das divisões e espaços mais amplos que proporcionem melhores condições de vida. Neste projeto manteve-se a estrutura exterior, fazendo a alteração dos vãos e das divisórias interiores.

No caso de estudo apresentado, verifica-se muitas vezes o cruzamento das funções destinadas a cada divisão da casa. Uma vez que se trata de habitação mínima, as áreas de distribuição são reduzidas ao mínimo, de modo a libertar áreas para os compartimentos interiores.

Embora as opiniões possam divergir, a maioria dos moradores com quem se estabeleceu contacto demonstrou-se contente com a requalificação, reconhecendo que as habitações demonstram agora melhores condições do que aquelas apresentadas antes da requalificação e que esta trouxe melhorias não só a nível da estrutura e espaço habitável, mas também a nível de conforto e de qualidade de vida. No entanto, alguns dos moradores consideram que as áreas das habitações da requalificação são menores, facto facilmente explicável pela construção de anexos ilegais que aumentavam consideravelmente as áreas das habitações originais. Quando sentiam necessidade de aumentar o espaço, eram construídas as divisões sem regulação.



Imagem 50 - Bairro São João de Deus (fase de requalificação) -
Fotografia de autora

*“Os filhos cresceram, nasceram os netos. Precisávamos de espaço e lá íamos construindo como podíamos. Fiz muitas vezes de “moço de obras” com o meu marido. Durante 30 anos investimos na nossa casa. Fiz garagem, marquise, terraço...”*¹⁵²

O surgimento dos anexos ilegais nas habitações do bairro São de Deus surge da necessidade dos habitantes, quer pelo aumento do número do agregado familiar, quer pela necessidade de espaços de arrumação, ou a simples vontade de aumentar os espaços destinados a cada habitação. A construção destes anexos tornou-se na forma mais rápida e eficaz de resposta ao problema da necessidade de espaço. A remoção dos anexos nas habitações requalificadas revela-se como uma limitação para muitos dos moradores.

*“As necessidades de guardar na habitação objetos de uso são diversas e importantes, e encontram-se principalmente em: Grupo a) roupas de uso geral na casa (de cama, mesa, higiene, outras); Grupo b) reserva de produtos alimentares (de limpeza e diversos, incluindo malas de viagem, etc.)”*¹⁵³

Apesar da citação usada ser de 1969, demonstra-se pertinente, uma vez que passados 50 anos, as exigências relativas à habitação detêm semelhanças, surgindo em questões intemporais de grande utilidade para o enquadramento das mesmas.

Relativamente à organização interna das habitações, existe quase sempre a separação das zonas mais comuns (como a sala ou a cozinha), das zonas mais privadas (os quartos).

O espaço comum ou a sala, torna-se o espaço dominante da casa, quer pela sua dimensão, quer por representar uma área de distribuição para o resto da habitação. Esta divisão configura-se essencialmente como uma zona de receção, reunião e de convivência entre os membros da família.

*“A zona de estar deve ser não só cuidadosamente localizada, com os tipos de vãos ou comunicações com a área exterior devem ser definidos com intencionalidade”*¹⁵⁴

152 Testemunho de D. Arminda, moradora do bairro São João de Deus há mais de 30 anos, residindo atualmente nas casas que foram sujeitas à primeira fase da requalificação

153 Portas, N. (1969). *Funções e exigências de áreas da habitação*: MOP. Laboratório nacional de engenharia civil: 81

154 *Ibidem*, p. 49

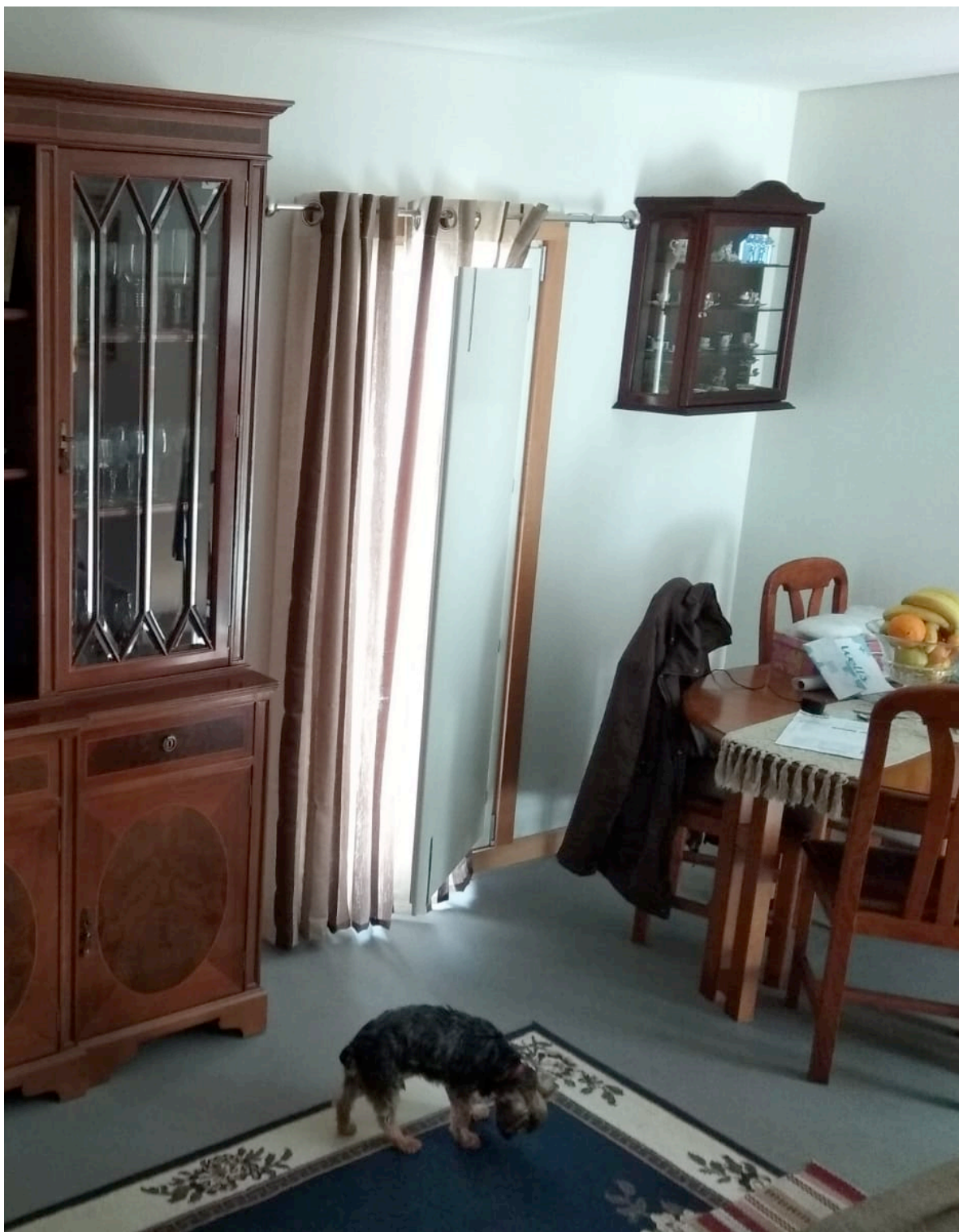


Imagem 51- Interior da habitação do bairro São João de Deus (sala) - Fotografia de autora

No caso em estudo, podemos afirmar que a inexistência de um espaço de entrada não permite a proteção do espaço interior da habitação, assim como da proteção entre o exterior e interior, uma vez que, na maior parte dos casos, a entrada se faz diretamente para a sala. Contudo, reconhece-se a opção de projeto na qual se reduz as áreas de circulação para libertação dos espaços para zonas de estar.

A porta, neste caso, pode significar a união ou a privacidade, uma vez que liga ou isola divisões. No caso da entrada, a porta representa sobretudo um limite entre o exterior e o interior da habitação.



Imagem 52 - Entrada para a habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora

“As pessoas entram diretamente na sala ou na cozinha. Apesar de que uso a porta da cozinha mais para sair. É mais fácil.”¹⁵⁵

155 Testemunho de D. Arminda, moradora do bairro São João de Deus há mais de 30 anos, residindo atualmente nas casas que foram sujeitas à primeira fase da requalificação



Imagem 53 - Jardim da habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora

Outro fator apontado por alguns dos moradores foi a falta de privacidade, resultante da utilização de malha de rede metálica de vedação que delimita os jardins e logradouros, e nos casos das habitações viradas para a linha de ferroviária, não estão resguardadas dos barulhos dos comboios, da vegetação e de animais selvagens que possam aparecer.



A zona destinada à cozinha representa a divisão com maior intensidade de uso.

Na requalificação das habitações pertencente ao bairro São João de Deus, os espaços destinados à cozinha têm sempre ligação para o exterior. Este fator permite a permeabilidade do espaço, podendo este também se tornar num espaço de convívio, permitindo uma multiplicidade de usos.



A cozinha constitui um espaço importante no quotidiano doméstico: Segundo o autor Nuno Portas (1969)¹⁵⁶, *“no conjunto das operações diárias domésticas, a preparação de refeições tem um lugar dominante, pois chega a constituir cerca de metade do tempo de trabalho em casa”*.

Imagem 54 - Cozinha da habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora

156 Portas, N. (1969). *Funções e exigências de áreas da habitação*: MOP. Laboratorio nacional de engenharia civil: 29

Complementarmente, devem ser consideradas outras atividades no espaço destinado à cozinha, uma vez que, comunicando com outros espaços da habitação, quer interiores (como a sala de estar), quer exteriores (jardim), poderá assumir outras funções.

Aproveitando o espaço do vão das escadas para um pequeno compartimento de arrumação, ainda que a cozinha assuma dimensões reduzidas, mas aceitáveis, conseguiu-se o melhoramento e o aproveitamento desta divisão, facilitando as atividades domésticas e o conforto da utilização. Ainda assim, a falta de espaços de arrumação e em alguns casos, a reduzida dimensão da cozinha, foi um dos fatores salientados nas conversas realizadas com os moradores.



A inexistência antes da requalificação de quarto de banho em algumas das habitações originais no bairro São João de Deus, demonstra que em alguns casos se agrava a falta de condições de higiene e de salubridade nas habitações.

Imagem 55 - Quarto de banho da habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora



O quarto representa a zona mais privada da habitação, revelando-se uma zona de descanso, de independência e intimidade. No caso das antigas casas do bairro São João de Deus, denotam-se casos onde o número de quartos existentes não era adequado ao número de habitantes da casa e, por esse motivo, não existiam momentos de privacidade ou a ideia do espaço resguardado.

Imagem 56 - Quarto da habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora

“Se o esquema tradicional pressupunha uma vida familiar de relação mais simples, a elevação cultural das sucessivas gerações pede condições de separação por grupos ou indivíduos dentro da casa”¹⁵⁷



Reconhece-se a separação dos quartos do resto das divisões da habitação, uma vez que esta área pretende configurar como um zona íntima e de separação do restante fogo, garantindo o isolamento de movimento e o conforto acústico (evitando os ruídos exteriores), o controlo da incidência da luz solar (com preferência de penetração de luz natural da parte da manhã) e controlo do contacto visual com o exterior.¹⁵⁸



Imagem 57 - Iluminação da habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora

Uma das características mais importantes para a qualidade da habitação, para além da qualidade arquitetónica e construtiva, é a existência de iluminação e ventilação. Na situação anterior à requalificação, as janelas demonstravam-se pequenas e as habitações pouco iluminadas. Com a requalificação, todas as divisões passam a ser ventiladas e iluminadas, conferindo aos espaços mais conforto e qualidade. Todas as divisões são iluminadas quer pela fachada frontal, quer pela fachada tardoz.

157 Portas, N. (1969). *Funções e exigências de áreas da habitação*: MOP. Laboratorio nacional de engenharia civil: 21

158 Portas, N. (1969). *Funções e exigências de áreas da habitação*: MOP. Laboratorio nacional de engenharia civil.

Relativamente ao conforto térmico, todos os moradores inquiridos admitem que as suas casas são agora mais confortáveis do que as originais.

“Casa nova é sempre casa nova. Desta vez, capricharam no exterior da casa...”¹⁵⁹

Contudo, surgiram problemas de humidade e infiltrações no interior das habitações, provocados pela forte intempérie do Inverno, ou por outros fatores que influenciem os materiais usados e a construção realizada.

Apesar de todas as melhorias do projeto de requalificação, alguns dos moradores sentiram necessidade de fazer alterações no interior das habitações, de forma a garantir o conforto e adequação dos espaços.

“Não gostava do chão, nem das paredes. Pedi ao meu marido (ele é da arte) e coloquei tijoleira na cozinha e no quarto de banho e soalho na sala”¹⁶⁰.



Imagem 58 - Alterações realizadas pelos moradores numa habitação - Bairro São João de Deus -
Fotografia de autora

159 Testemunho de Márcio Barradas, ex-morador do bairro São João de Deus.

160 Testemunho de D. Arminda, moradora do bairro São João de Deus há mais de 30 anos, residindo atualmente nas casas que foram sujeitas à primeira fase da requalificação

Da análise realizada, podemos afirmar que a “casa” representa uma constante na vida do seu habitante e como tal, reflete os seus desejos, aspirações e sonhos. Apesar de existirem alguns problemas apontados pelos moradores nas habitações, o bairro São João de Deus representa uma experiência que procura a melhoria de uma situação social e urbana complexa.

Do resultado final, o exterior do projeto não mimetiza as casas originais, mas procura retomar o ideal do projeto de 1944 – casas unifamiliares com jardim próprio – e pelo interior, a transformação dos espaços, deu origem a uma disposição que se pretendeu mais organizada e melhorada.



Imagem 59 - Moradores do Bairro São João de Deus in <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/a-nova-vida-do-bairro-sao-joao-de-deus-ja-arrancou-5139582.html>

USOS E VIVÊNCIAS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

As habitações requalificadas definem uma nova ordem organizacional, resultando em novas apropriações dos espaços, quer do interior das habitações, quer do espaço exterior.

A mudança provocada pelo projeto de requalificação resulta também na alteração da forma de uso e vivências dos espaços constituintes do bairro São João de Deus. Reconhece-se que as alterações nas habitações se vão refletir na forma de apropriação dos espaços do bairro, representando um processo evolutivo.

A ideia de habitar está fortemente relacionada com as práticas sociais. Deste modo, a casa é tanto “*uma questão de quem a desenha, como também de quem a habita*”¹⁶¹ e o arquiteto deve ser capaz de entender as necessidades dos futuros habitantes da casa. Habitar torna-se, assim, numa interação íntima e constante entre as pessoas e as formas do ambiente construído¹⁶². Segundo N. John Habraken (2000)¹⁶³, o ambiente construído é organizado por forças de forma, lugar e cultura:

- a forma está relacionada com a hierarquia do ambiente construído;
- o lugar representa o controlo do espaço e a hierarquia territorial;
- a cultura representa o entendimento do significado e a compreensão social.

No caso de estudo, podemos afirmar que:

- a forma pode ser lida na análise da requalificação das habitações que constituem o bairro São João de Deus e a intenção da reposição da forma original das mesmas;

- o lugar remete para a localização do bairro São João de Deus, as hierarquias territoriais que podem ser observadas na proximidade a estruturas viárias importantes e acessos e o espaço urbano do bairro também

161 Monteys, X., & Fuertes, P. (2001). *Casa collage:: un ensayo sobre la arquitectura de la casa*: Gustavo Gili: 8

162 Habraken, N. J. (2000). *The structure of the ordinary: form and control in the built environment*: MIT press - é uma investigação sobre as regras do ambiente construído e os padrões de transformação para compreender a complexidade desse mesmo ambiente, procurando o “comum” em todos os espaços.

163 Idem, Ibidem

se configura como um nível dentro da hierarquia do território;

- a cultura está presente no entendimento da história e evolução do lugar, mas também na compreensão das necessidades e desejos dos moradores do bairro São João de Deus; desta forma, podemos afirmar que a arquitetura suporta uma utilidade social, uma vez que participa na organização e formação dos espaços da sociedade.

Da análise realizada reconhece-se a adaptação das habitações, com o objetivo de alcançar a qualidade e as condições exigidas pelas diferentes atividades que se possam vir a desenvolver, assim como a avaliação do tipo de sociedade em que a habitação está, ou estará, envolvida e as suas necessidades.

“La gente, las personas que habitan los edificios, siguen siendo, en lo fondo, los grandes olvidados en la arquitectura residencial. Sin embargo, una casa es una vivienda más la gente que la habita y los objetos que guarda”¹⁶⁴

Relativamente à ordem da forma, a casa passa a interiorizar-se como significado do espaço doméstico, de forma a salvaguardar as atividades dos habitantes. A relação entre os espaços varia conforme a organização interna da habitação, e diferentes organizações espaciais vão determinar diversas hierarquias e apropriações de cada divisão da habitação. As atividades domésticas também vão alterar a hierarquia dos espaços, uma vez que estes serão organizados de forma a facilitar os usos e as atividades do quotidiano.

Para uma eficaz conceção destes espaços é necessário considerar características como a funcionalidade, a acessibilidade, a segurança e a articulação dos espaços interiores e exteriores, de forma a que os habitantes usufruam destes espaços de forma mais satisfatória.

Acrescenta-se que o facto do bairro São João de Deus carecer de espaços de lazer ou de sociabilidade (como por exemplo a escola e o pavilhão existentes que acabaram por ser fechados), produz efeitos de segregação e diferenciação social, não promovendo as atividades coletivas que poderiam representar uma forma de integração dos habitantes nas sociedades em que estão inseridos.

164 Monteys, X., & Fuertes, P. (2001). *Casa collage: un ensayo sobre la arquitectura de la casa*. Gustavo Gili.: 14

“Faz falta as crianças andarem a brincar na rua.”¹⁶⁵

Outra característica que se demonstra importante para o quotidiano dos habitantes do bairro São João de Deus é o fator da vizinhança e da relação de proximidade com familiares e amigos.

“As redes de suporte social desempenham um importante papel na qualidade de vida das comunidades humanas, nomeadamente ao acreditarmos que a qualidade de vida de um agregado populacional urbano, como um bairro, assenta essencialmente na possibilidade de assistência mútua, na implicação na comunidade e nas relações interpessoais. As redes sociais não oferecem apenas suporte ao indivíduo, oferecem também identidade social.”¹⁶⁶

A realização de conversas com os moradores ajudou a compreender que, na ordem do entendimento do projeto de requalificação, o projeto de arquitetura está em constante mutação, uma vez que será alterado e apropriado pelo seu ocupante. Independentemente das intenções do arquiteto responsável, ou das suas aspirações, são também as pessoas residentes que vão determinar os usos e as vivências dos espaços construídos.

Contata-se que a arquitetura, por si só, não se mostra capaz de alterar comportamentos ou dinâmicas sociais, mas que, conjugada com as políticas habitacionais podem introduzir impacto nessas dimensões.

Com a ajuda dos testemunhos dos moradores e ex-moradores do bairro São João de Deus, é revelado o orgulho pelo lugar onde vivem ou viveram, apesar de reconhecerem que os problemas relacionados com o tráfico de drogas e descuido urbano constituíam uma preocupação.

Os habitantes do bairro São João de Deus construíram os seus modos e vivências do espaço construído e estão intimamente relacionados com a forma com este permite tais apropriações. As práticas sociais e culturais são ajustadas consoante os modos de vida, existindo uma relação íntima entre as práticas e os usos quer do espaço da habitação, quer do espaço público.

165 Testemunho: Sr. Horácio – morador do bairro São João de Deus. Mora nas casas que foram sujeitas à primeira fase da requalificação.

166 Caetano, A. , Macedo, E. & Guadalupe, S. (2009). *As relações de vizinhança nas redes de suporte social dos residentes no Bairro de Santiago em Aveiro*. Instituto Superior Miguel Torga

No caso da promoção pública de habitação, onde se observam a maior parte dos casos de habitação mínima, pode-se afirmar que será necessário um maior ajuste das soluções habitacionais aos ocupantes da habitação às suas necessidades. Neste sentido, defende-se que não devem ser apenas consideradas atividades básicas da vida humana (como comer ou dormir), mas igualmente as necessidades relacionadas com a cultura ou a economia. Desta forma, o projeto do arquiteto deve considerar um espaço capaz de assumir as necessidades dos seus ocupantes e que considere a transformação quer do pensamento da sociedade, quer a mudança de hábitos e costumes.



Imagem 60- Contraste entre o pré-existente e o requalificado - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora

A cidade tem servido de “laboratório” de experiências em termos das diferentes transformações e formas de apropriação, criando múltiplas relações entre o espectro social e o espectro espacial. No caso em estudo, as diferentes transformações e apropriações criadas vão gerar diversas dinâmicas entre o bairro, a envolvente e os seus ocupantes.

Segundo a autora Paula Guerra (2017)¹⁶⁷, a composição do tecido urbano tem como base dois aspetos importantes: a esfera urbana e a esfera social. Para o caso de estudo interessa salientar que o processo de recomposição urbana inserido no projeto de promoção pública de habitação pode gerar transformações na própria cidade. Estas transformações, apesar de previstas, ou não, manifestam um crescimento e um processo evolutivo, podendo representar desde alterações ou reestruturações da forma urbana até à adaptação a novas exigências.

No caso de estudo apresentado, expressa-se como continuidade a atenção às pré-existências, pela vontade de reconfigurar as habitações na sua forma original e rutura as transformações que originaram a diferença e multiplicidade de funções.

A configuração de cidade exercida no bairro São João de Deus, com a sua localização geográfica na periferia da cidade (tal como outros bairros da cidade do Porto) acarretam dificuldades sociais, económicas e culturais para os seus habitantes. No entanto, se forem providenciadas as necessárias valências e acessos a qualidades e serviços, poderia antes constituir-se como uma estrutura de oportunidades de integração social e económica dos indivíduos.

167 Guerra, P. (2017). *Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade*. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 145-175



Imagem 61 - Localização do Bairro São João de Deus / Bairro de Rebordãos in <https://www.google.com/maps>

“Tem vindo ainda a questionar-se o papel da localização do bairro para a estrutura de oportunidades de integração socioeconómica dos indivíduos, nomeadamente dos que apresentam maiores riscos de pobreza e de exclusão social.”¹⁶⁸”

Através das conversas realizadas, foi revelada a necessidade de ligação do bairro com o resto da cidade, considerando que o encerramento dos equipamentos públicos (como escola, cafés ou supermercados) dificultou a vivência social dentro do espaço do bairro e promoveu o surgimento de atividades ilegais e a degradação do bairro.

“Este bairro sempre foi muito fechado.... Deviam abrir o bairro à comunidade. Podíamos criar uma espécie de debate político com novas ideias”¹⁶⁹”

168 Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios, 41-59

169 Testemunho: D. Lurdes: moradora do bairro São João de Deus: aquando da entrevista ainda morava nas habitações não requalificadas

O encerramento dos estabelecimentos existentes, provocou a desertificação do bairro e a subsequente deslocação da população para outros locais com melhores acessos a serviços, conduzindo a que os moradores sentissem a necessidade de um centro comunitário com atividades culturais e sociais. Desta forma, sugeriram a possibilidade de alugar das casas vazias a estudantes ou a uma população mais jovem, pela proximidade do bairro com a Universidade Lusíada.

No caso da habitação social, ou da habitação de promoção pública, esta pode ter ao mesmo tempo impactos muito contrários: se por um lado pode constituir um fator positivo em termos de renovação do espaço público e habitacional da cidade, por outro lado, pode ser um fator de surgimento de efeitos negativos urbanísticos, sociais e de segurança pública¹⁷⁰. O caso do bairro São João de Deus surge numa lógica em que foram realizadas muitas intervenções, mas nem sempre para resolver problemas relacionados com a sobreocupação, a inação, a falta de acompanhamento social ou controlo de comportamentos sociais, associados à pouca oferta de serviços, fraca economia e falta de gestão por parte das entidades competentes.

Os processos de realojamento também provocam processos de reformulação ao nível urbano e social, assumindo a produção de novas imagens públicas relativas ao bairro¹⁷¹. Contudo, é fácil perceber que a estigmatização deste bairro está associada à imagem negativa produzida por pessoas exteriores ao ambiente do bairro ou pela comunicação social.

“Tais imagens mostravam-se condicionadoras, pela negativa, das formas de apropriação dos espaços dos bairros, das possibilidades de enraizamento e de constituição de identidades positivas parecendo, também, comprometer os objetivos de reestruturação dos modos de vida e de aquisição de outros padrões de vivência social e urbana” ¹⁷²

170 Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios, 41-59

171 Pinto, T., & Gonçalves, A. (2000). *Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos: imagens, conflitualidades e insegurança*. CIDADES, Comunidades e Territórios nº 1, 101-111

172 Ibidem, p. 101

O que se tornou mais interessante nas visitas realizadas ao bairro S. João de Deus, (ainda na fase de construção da obra) foi o confronto e ao mesmo tempo a vivência de duas realidades distintas: a requalificação e o abandono. Se de um dos lados da rua assistimos ao reerguer das habitações existentes, com novos materiais e novas fachadas, do outro lado, assistimos ao passado e presente da representação do bairro – casas abandonadas e degradadas.



Imagem 62 - Contraste entre as habitações pré-existentes e as habitações requalificadas - Bairro São João de Deus

A permanência dos habitantes no mesmo local de residência durante 30, 40 ou 50 anos representa uma lógica de continuidade. Pode-se referir que o facto de moradores persistirem no mesmo local de residência, demonstra um facto importante para o conforto e bem-estar dos indivíduos. Esta população demonstrou fortes sentimentos de pertença em relação ao bairro e às suas casas, um motivo pelo qual decidiram não sair do bairro na fase de reabilitação.

“Eu sinto muito orgulho em dizer que fui morador do bairro São João de Deus durante 30 anos e ainda sonho lá morar.”¹⁷³

“É com muito orgulho que moro no bairro São João de Deus. Gosto dos meus vizinhos. Somos poucos, mas somos bons.”¹⁷⁴

A generalidade dos habitantes consultados, que moram ou moraram

173 Testemunho: António Cabreira: ex-morador do bairro São João de Deus

174 Testemunho: Patrícia Costa: moradora do bairro São João de Deus nas casas requalificadas.

no bairro São João de Deus, sentem orgulho em relação ao local de residência e de permanência durante uma fase das suas vidas, sendo que muitos sentem tristeza ao recordar os processos de realojamento aquando da demolição dos blocos habitacionais existentes.

Alógica de continuidade resultante da permanência destes indivíduos no mesmo local de residência estimula a interação entre residentes e promove a criação de redes e grupos de apoio, preservando a cultura e a identidade quer social quer urbana.

“Eu sinto muito orgulho em dizer que pertenci ao bairro São João de Deus, designado Tarrafal. Porquê? Porque eramos um bairro cheio de defeitos, droga, lixo e alguns sem maneira de morar. Mas mesmo havendo isso (fazia confusão a muita gente), é que no meio disso havia união, confiança e amizade. Lá entre brancos, ciganos e pretos havia cumplicidade e união” ¹⁷⁵



Imagem 63 - A imagem negativa do bairro São João de Deus in <https://globalnews.pt/portopostdoc-dois-filmes-portugueses-na-competicao/>

Apesar das dinâmicas anteriores representarem essencialmente a rutura da cidade, através de “práticas ligadas à produção e reprodução quotidianas”¹⁷⁶, podemos também afirmar que a continuidade está representada no fator da pré-existência, tradição, herança e memória deixadas pelas marcas da evolução urbana da cidade e pelos seus ocupantes.

175 Testemunho: Sandra Furtado: ex-moradora do bairro São João de Deus.

176 Guerra, P. (2017). *Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade*. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 145-175

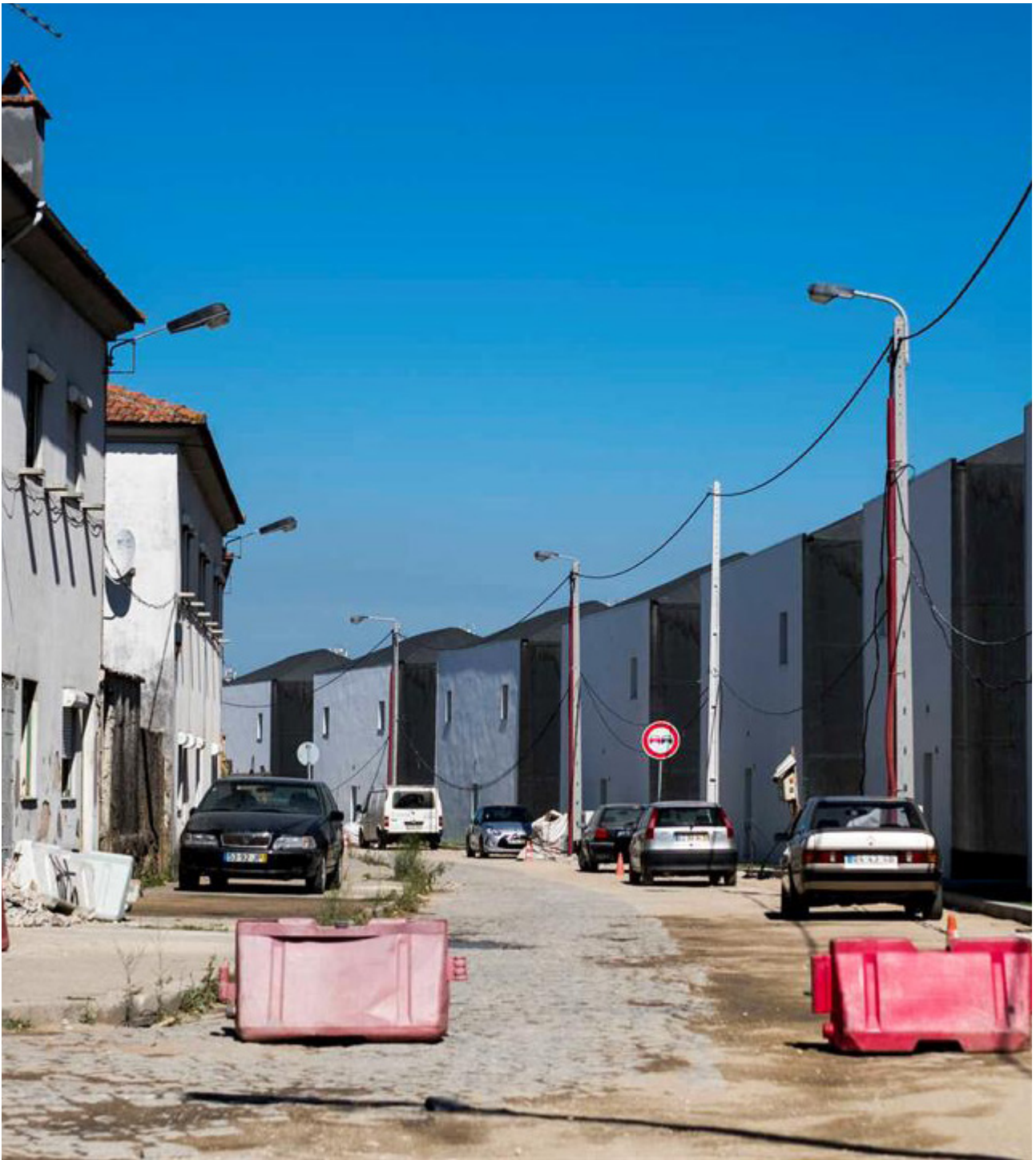


Imagem 64 - Bairro São João de Deus in <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/o-bairro-s-joao-de-deus-esta-mais-calmo-mas-ha-feridas-por-sarar-10326370.html>

A CIDADE, A CASA E A MEMÓRIA

O projeto de requalificação executado no bairro São João de Deus procura transportar o respeito pelo espaço coletivo e a memória da cidade, revelando o reflexo de uma condição social, ao tentar dar resposta às necessidades de uma população específica.

De forma generalizada, o espaço urbano é composto de uma memória coletiva de imagens arquitetónicas que constituem aquilo a que se chama de “imagem da cidade”¹⁷⁷. De forma a clarificar como esta memória pode influenciar o desenvolvimento urbano, devemos considerar a relação entre o lugar, a sua história, a estrutura urbana e a imagem coletiva dos seus utilizadores¹⁷⁸. Aldo Rossi (1982)¹⁷⁹ afirma que a cidade constitui um sistema espacial composto por diversas partes, sendo que uma delas corresponde às zonas residenciais que estão ligadas à natureza e evolução da cidade.

No caso do bairro São João de Deus, pode-se afirmar que as casas pré-existentes representam um registo formal e material da passagem do tempo e configuram uma condição de sobrevivência das transformações exercidas sobre aquele território, estabelecendo uma forte relação entre o passado e o presente. Desta forma, observa-se uma representação da passagem do tempo que funciona como uma sobreposição de diferentes tempos e espaços.

“O passado também pertence ao presente e não pode dele ser separado”

180

Uma vez que o projeto de requalificação do bairro ainda não se encontra concluído, pode-se também afirmar que cria relações com o futuro, uma vez que ainda existem alterações que irão ser realizadas.

177 Rossi, A., & Eisenman, P. (1982). *The architecture of the city*: MIT press Cambridge, MA.

178 Idem, Ibidem

179 Idem, Ibidem.

180 Távora, F., & Portas, N. (1982). *Da organização do espaço*, Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto: 34

A construção de cidades torna-se uma ferramenta capaz de relacionar o passado e o presente, perspetivando o seu futuro. A arquitetura mostra-se capaz de criar os ambientes onde o ocupante irá habitar e relacionar-se. A memória é criada através de diferentes imagens, perceções, opiniões e aspirações dos seus diversos utilizadores.

“Pensar a arquitetura hoje, implica olhar e pensar os espaços onde vivemos”¹⁸¹.

Apesar da arquitetura construir o espaço físico, irá ser o ocupante que o irá moldar segundo as suas necessidades. Estas transformações podem ocorrer tanto a nível da construção de novos espaços, como da criação de novas experiências sociais, criando laços de pertença, amizade, vizinhança, entre outros.

Na casa, a memória é criada pelas imagens do passado, do presente e do futuro, onde o habitante procura o conforto, a proteção, a realidade e o sonho. Através das experiências e das imagens criadas nos diferentes espaços, a casa representa o motor da criação de memórias, capaz de sobreviver ao seu desaparecimento, existindo através da experiência da vida quotidiana.

No caso da requalificação das habitações, pode afirmar-se que a “casa” (como uma resposta às necessidades dos seus ocupantes) está sujeita às transformações e evolução do meio urbano em que está inserida e da própria arquitetura. Desta forma, a conjugação da arquitetura e da memória são capazes que criar sentimentos de pertença e identidades em diferentes contextos.



Imagem 65 - Fase de construção do Bairro São João de Deus

- Fotografia de autora

A maioria dos moradores e ex-moradores demonstram um forte sentimento de pertença em relação ao bairro São João de Deus. Recordam o bairro, ou o “Tarrafal” (nome referido por muitos dos inquiridos) como um bairro com uma grande variedade de etnias e culturas e relembram

181 Sá, T. (2004). *Recensão de “Arquitectura e Sociedade”*. CIDADES, Comunidades e Territórios n°9, 123-125

o ambiente de entreatada dos moradores. Após a requalificação, alguns moradores referem que foi importante a permanência com os mesmos vizinhos, devido aos laços criados.

O processo de realojamento de algumas famílias para outros bairros da cidade do Porto, não aparenta ter sido um processo de fácil entendimento para os moradores, onde referem o sentimento de abandono e despejo perante esse processo em que o bairro perdera a sua vitalidade.

“Existem poucas crianças e muita gente idosa.”¹⁸²

Os moradores reconhecem que o encerramento dos serviços existentes como a escola ou o pavilhão tiveram um papel decisivo na desertificação e abandono sentido após os processos de realojamento. Os poucos moradores que restaram no bairro São João de Deus recordam os momentos em que circulavam todo o tipo de pessoas no bairro, mesmo que isso prejudicasse a imagem que era exteriorizada.

“Não eram os de cá que vendiam droga. Eram meia dúzia deles (vindos de fora) que estragaram a imagem do nosso bairro.”¹⁸³

A demolição dos antigos blocos de habitação plurifamiliar veio ajudar positivamente os problemas sentidos neste bairro. Contudo, não foram as demolições por si só que foram capazes de eliminar o problema. O impacto da demolição é maior do que o da requalificação. A demolição implica a destruição não só do objeto arquitetónico, mas de todas as raízes criadas pelos ocupantes daquele espaço, assim como o sentimento da destruição das memórias criadas. A demolição, como política de resolução de um problema, também pode ser questionada, uma vez que se considera necessária uma intervenção social e política de maior impacto, junto destas populações, ouvindo e respeitando as suas necessidades. Por outro lado, a requalificação parece criar uma segurança no sentido em que respeita a memória do lugar e não promove a sua total destruição, criando expectativas em relação às possibilidades de ação.

Neste contexto, as memórias criadas pelos habitantes do bairro São João de Deus criam a imagem coletiva daquele lugar. Sendo positiva ou negativa, a imagem criada reflete as experiências e as diferentes

182 Testemunho: D. Lurdes: moradora do bairro São João de Deus: aquando da entrevista ainda morava nas habitações não requalificadas

183 Testemunho: Sr. Horácio – morador do bairro São João de Deus. Mora nas casas que foram sujeitas à primeira fase da requalificação.

apropriações do espaço urbano pelos seus habitantes. A memória coletiva cria a evolução, a transformação e a adaptação do contexto do bairro São João de Deus.

A cidade e a casa representam uma complexidade urbana caracterizada por fatores de continuidade, rutura, pré-existência e memória. Estes fatores, em conjunto, criam uma imagem coletiva da transformação do espaço e do valor da sua história, em conjugação com as relações do lugar e da estrutura urbana.



Imagem 66 - Bairro São João de Deus (2001) in <https://www.flickr.com/photos/oportoemprimeiro/3967226930>

V - LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DA HABITAÇÃO PARA CLASSES COM MENOS RECURSOS

Após o estudo das estratégias de intervenção e de apropriação deste caso de habitação de promoção pública, observa-se que as formas de ocupação e de utilização dos espaços relativos à habitação a custos controlados configuram-se como um processo complexo.

De acordo com o estudo realizado, os resultados sociais e urbanos de projetos como o caso do bairro São João de Deus devem ser catalisadores para a discussão e análise dos mesmos, assim como a integração da sociedade nos processos de requalificação. Segundo o autor Virgílio Borges Pereira (2003)¹⁸⁴ a produção de vida quotidiana deve considerar a realização de intervenções com soluções territoriais mais integradas, assim como a capacidade de implementação e de sustentabilidade de novas políticas de habitação.

As diferentes políticas de promoção de habitação revistas neste estudo, focaram-se essencialmente na oferta de habitação para os grupos mais vulneráveis, que não conseguiam aceder a uma habitação adequada.

O número de pessoas a necessitar de habitação aumentou consideravelmente, quer pelo envelhecimento da população, quer pelo aumento do desemprego e dos baixos rendimentos.

“As políticas de habitação orientadas para a resposta aos agregados familiares com graves carências habitacionais assentaram, essencialmente, na produção de oferta habitacional concentrada em áreas urbanas específicas – os denominados “bairros sociais”¹⁸⁵

184 Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003, p. 139-148.

185 Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018 - Diário da República n.º 84/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-05-02

Os bairros sociais, pela sua posição geográfica recorrentemente em áreas periféricas, podem originar situações de segregação territorial assim como dinâmicas de exclusão social. Podemos observar que muitos dos moradores destes bairros permanecem em situações de pobreza, desemprego, e com outras necessidades económicas e sociais.

Segundo as autoras Teresa Pinto e Alda Gonçalves (2000)¹⁸⁶, os fatores que influenciam na construção de uma imagem negativa relativas a situações geográficas e urbanas semelhantes ao bairro São João de Deus são o crescente agravamento e visibilidade de fenómenos ligados ao consumo e tráfico substâncias ilícitas, a composição social que integra sujeitos com perfis sociais e comportamentos marcados por conflitos e degradação do ambiente urbano e social e a própria vandalização dos espaços públicos.

O processo de realojamento representa em primeiro plano a mudança do local de residência, que pode originar uma nova identidade ou a perda do sentimento de pertença. Uma vez que estes processos envolvem um elevado número da população residente, devem ser consideradas as opiniões e costumes dos habitantes, de forma a minorar os impactos produzidos. Demonstra-se necessário a integração dos habitantes dos bairros sociais, assim como a integração das políticas de combate à carência de habitação com formas mais interventivas e participativas de procura de respostas nos diferentes níveis - urbano, educação, emprego, ação social, saúde, entre outras¹⁸⁷.



Imagem 67 - Processo de demolição dos blocos do bairro São João de Deus in <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/bairro-sao-joao-de-deus-volta-a-agitar-assembleia-municipal-do-porto-2897121.html>

186 Pinto, T., & Gonçalves, A. (2000). *Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos: imagens, conflitualidades e insegurança*. CIDADES, Comunidades e Territórios nº 1, 101-111.

187 Diário da República n.º 84/2018, 2018

*“A Câmara liga para as pessoas a informar para irem buscar as chaves e qual a casa que deve ocupar”.*¹⁸⁸

As críticas relativas ao processo de atribuição de habitações surgem no sentido da falta de acompanhamento por parte das entidades responsáveis. Na sua maioria, a população não se sente informada nem apoiada. Demonstra-se importante o envolvimento das populações quer no processo de realojamento, quer no processo de requalificação, de modo a que estes possam participar de modo ativo e contributivo para as transformações que irão ocorrer, impondo sentimentos de responsabilidade e de preservação dos espaços a ocupar.

*“Este projeto é uma questão política. A Câmara estava mais interessada em receber as rendas atuais. Existiam pessoas que nas casas antigas pagavam dois euros. Agora com as rendas atualizadas, a Câmara ficou a lucrar.”*¹⁸⁹

A maior parte dos inquiridos consideram que a demolição dos blocos habitacionais, assim como a requalificação realizada melhorou positivamente o aspeto do bairro, assim como a sua imagem transmitida relativamente aos problemas sociais ocorridos e aguardam que a situação geral venha a melhorar consideravelmente.

No bairro São João de Deus (antes da requalificação) era visível a situação de abandono, o surgimento de processos de troca ilegal e aleatória de habitações e a concentração de atividades ilegais no bairro¹⁹⁰.

*“...foi transformado num lugar vazio, onde se perderam hábitos de convívio e referências identitárias.”*¹⁹¹

188 Testemunho: D. Lurdes: moradora do bairro São João de Deus: aquando da entrevista ainda morava nas habitações não requalificadas

189 Testemunho de D. Arminda, moradora do bairro São João de Deus há mais de 30 anos, residindo atualmente nas casas que foram sujeitas à primeira fase da requalificação

190 Alves, S. (2011). Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 41-59.

191 Idem, ibidem



Imagem 68 - Bairro São João de Deus (antes da requalificação) in <https://2017.openhouseporto.com/en/places/bairro-sao-joao-de-deus/>

Quando questionados acerca da inserção de pessoas exteriores ao bairro, para ocuparem as novas habitações do bairro São João de Deus, alguns dos moradores afirmam que preferiam a atribuição das habitações às pessoas que se viram obrigadas a sair do bairro aquando do processo da demolição dos blocos. Outros afirmam a necessidade de um processo de seleção das pessoas que viriam a morar no bairro, reconhecendo a existência de pessoas mal-intencionadas no bairro e que foram essas mesmas que estragaram a imagem que era exteriorizada do bairro.

No processo da atribuição das habitações, a mudança para as novas habitações, apesar de pacífica, foi realizada por conta própria dos moradores. A transformação do bairro demonstrou-se importante para as condições de alojamento e espaço público, conduzindo a processos de transformação sociais e urbanas. No entanto, se analisarmos a população que habita o bairro, pode-se observar que, no caso de se tratar de uma população envelhecida, a dificuldade em aceder ao piso superior das habitações se pode configurar como um problema, uma vez que o mesmo se faz por uma única escada. Contudo, foram introduzidas já na fase de construção, alterações às tipologias, de forma colmatar as limitações das habitações. Outro aspeto, é a falta de rampas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida quer no espaço público como nos espaços privados.

Relativamente ao espaço exterior, demonstra-se importante a satisfação da qualidade e da existência de espaços que permitam o desenvolvimento de atividades da comunidade e de inserção social.

Desta forma tanto os processos quer de realojamento como da atribuição das habitações devem ter em conta a função da habitação e a sua importância nos modos de vida dos seus ocupantes, as diferentes formas de usos e apropriações dos espaços e a relação entre a casa e o bairro, o espaço interior e exterior, o contexto urbano e social.

VI - CONCLUSÕES

Nesta investigação foram abordadas as Estratégias de Intervenção e de Apropriação em habitação de promoção pública na cidade do Porto, usando como caso de estudo o bairro São João de Deus. A escolha e o uso deste bairro demonstraram-se relevantes no sentido da revelação de algumas necessidades e exigências dos modos de habitar atuais, assim como o enquadramento de algumas ações e políticas postas em prática durante o século XX.

O tema da habitação, e em especial o caso da habitação de promoção pública, revelam-se de grande importância, uma vez que esta representa uma forma primordial de acesso à habitação pela população mais desfavorecida. No caso da cidade do Porto, este tipo de habitação existe em número considerável, sendo necessário garantir boas condições em termos de habitabilidade, salubridade e conforto.

Um dos principais objetivos desta investigação incidia sobre as seguintes questões:

- Como clarificar o processo do bairro São João de Deus, através de uma contextualização histórica? Quais as fases e processos mais relevantes e como podem ser demonstrados de forma a explicitar as transformações ocorridas nos vários anos de intervenções deste bairro?

- O projeto de requalificação do bairro dá primazia às pré-existências? Rompe com o existente ou dá continuidade ao território e à sua história?

- As tipologias requalificadas correspondem às necessidades das famílias? Como são as áreas e a sua disposição interior? Cumpre regras de acessibilidade ou de iluminação? Como se resolvem as questões da vivência dentro do espaço da casa?

- O facto de existir uma referência forte com o lugar, sentimentos de pertença e até desconfiança face às ações tomadas. Como se pode “avaliar” o confronto com a nova realidade?

Responder a estas questões demonstrou-se fundamental para a formulação desta investigação. As respostas podem ser encontradas no decorrer dos respetivos capítulos, os quais serão sumariamente enunciadas.

No primeiro capítulo, “Conceitos e Termos associados à promoção de habitação” encontram-se explicitados termos como “habitação social”, “bairro social” ou “colónias operárias”. Este capítulo não tem como objetivo

a construção de um glossário, mas antes a resposta a uma necessidade pessoal de compreensão e distinção diferentes dos significados associados a estes termos. Nesse sentido, torna-se evidente a ambiguidade que os caracteriza, sendo que são utilizados tanto no âmbito da promoção pública de habitação quer por instituições públicas, quer por instituições privadas. Também foi possível identificar que algumas das definições utilizadas genericamente atribuem significados semelhantes a termos diferentes. Alguns dos termos explicitados, como o caso de “bairro” ou “bairro social” também encerram um sentido pejorativo associado a uma faixa de população com menos recursos.

Pretende-se, sobretudo, o esclarecimento de cada um dos termos referidos, enquadrando-os no seu contexto histórico.

No segundo capítulo, “Iniciativas de Promoção de Habitação no século XX”, começa-se por apresentar o caso de estudo, o bairro São João de Deus, que revela na sua história e no contexto urbano e social as diversas alterações e transformações realizadas ao longo dos anos (nomeadamente entre 1944 e 2008).

O bairro São João de Deus serviu de mote para uma incursão por algumas estratégias e programas de promoção pública de habitação na cidade do Porto. No capítulo “Panorâmica de Algumas Estratégias de Promoção de habitação no século XX”, são explicitados temas como as “Ilhas” do Porto e Bairros e Colónias Operárias (iniciativas privadas), o Programa das Casas Económicas (iniciativa pública) e o Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto.

Este capítulo demonstrou-se importante no reconhecimento do Estado como promotor essencial no âmbito da construção de habitação pública. As diversas políticas e ações realizadas quer por promotores públicos, quer por promotores privados, independentemente dos resultados obtidos, tinham como principal objetivo encontrar soluções para os problemas de habitação para as classes com menos recursos, fosse pela construção de novas estruturas habitacionais ou pela disponibilidade de acesso à habitação.

No terceiro capítulo, aborda-se o bairro São João de Deus na atualidade, analisando o projeto de requalificação recente. O projeto recai essencialmente na requalificação das habitações existentes, promovendo a configuração inicial das habitações unifamiliares, com a melhoria das condições relativas a áreas, materiais, acabamentos, saneamento, ventilação ou iluminação. A requalificação também incluiu a intervenção no espaço público, com a redefinição do desenho urbano e paisagístico.

Revelou-se importante perceber a intenção do arquiteto responsável para o lugar e para o projeto de requalificação e, de igual forma, o modo

como os habitantes usufruem e vivem nos diferentes espaços. Tratando-se de habitações de áreas mínimas, verifica-se que a inexistência de certos espaços podem condicionar ou influenciar a forma como se organiza toda a disposição interior da habitação.

Na tentativa de compreender as necessidades reais dos ocupantes do bairro São João de Deus foram realizadas conversas informais com alguns habitantes que ajudaram a compreender que os residentes do bairro têm um papel fulcral na determinação dos usos e nas vivências dos espaços, independentemente da vontade ou da ideia inicial do arquiteto. Foi possível observar importância e a necessidade de espaços de lazer e de atividades para a população do bairro, assim como reações de incompreensão perante processos de demolição ou requalificação, na medida em que estas pessoas expressam falta de apoio e de informação por parte das entidades responsáveis.

Por último, o quarto capítulo contempla os “Limites e Potencialidades da habitação para as classes com menos recursos”. Este capítulo é essencial para reconhecer a necessidade de políticas de habitação orientadas para o contexto urbano e social em que está a intervir, assim como a necessidade de soluções de prevenção e combate a situações de pobreza.

Nesse sentido, torna-se importante a criação de medidas e de iniciativas participativas quer pelas entidades competentes que necessitam de uma intervenção mais direta com a população, quer pela própria população que precisa de se sentir incluída nestes processos, sendo que os processos de requalificação devem ser encarados como uma mudança da estrutura urbana e social.

Como resposta às problemáticas desta investigação, pode afirmar-se que o processo de transformação arquitetónica, urbana e social do bairro São João de Deus se demonstra complexo e ainda por concluir.

Este processo de requalificação representou essencialmente uma melhoria nas condições de habitabilidade e de salubridade apresentadas, possibilitando a permanência da população no local através da requalificação das habitações existentes. De modo geral, as transformações implementadas nas habitações correspondem às necessidades dos seus ocupantes, podendo existir (em alguns casos) dissonância entre as expectativas dos moradores e as propostas implementadas. Desta forma, foi possível observar que a utilização dos espaços quer da habitação, quer do espaço público, vai ser influenciada pelos seus ocupantes, que neles depositam nos mesmos sentimentos de pertença.

A investigação realizada aponta no sentido de que os processos relacionados com a requalificação ou com o realojamento, implicam a necessidade de integração e de cooperação entre os habitantes de bairros

semelhantes ao bairro São João de Deus e as entidades responsáveis.

Essencialmente este estudo reconhece que o processo de requalificação do bairro São João de Deus, entendido de uma forma global (e não apenas das estruturas físicas) à data da presente dissertação, ainda está a decorrer, caracterizando-se portanto como um projeto a longo prazo.

LISTAGENS DE IMAGENS E FIGURAS

IMAGENS

Imagem 1 - Bairro São João de Deus in Bismarck, P. L. (2019). Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus. Porto: Dafne Editora: 103	22
Imagem 2 - Habitação de Promoção Pública in IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2018). <i>Cem anos de políticas públicas em portugal 1918-2018</i> . Lisboa.....	26
Imagem 3- Exemplo de habitação operária no Porto – “Ilha” do Porto in http://www.diarioimobiliario.pt/Actualidade/Parlamento-recomenda-reabilitacao-urgente-das-ilhas-do-Porto	29
Imagem 4 - Ilha da Bela Vista, Porto in https://www.juonline.pt/sociedade/artigo/338/a-ilha-da-bela-vista-entre-o-passado-e-o-futuro.aspx	32
Imagem 5- Colónia Dr. Manuel Laranjeira in http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/560346/?	33
Imagem 6 - Colónia Estevão Vasconcelos in http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/681815/?	34
Imagem 7- Operários de Fábrica in https://musgueirasul.files.wordpress.com/2013/03/sem-nome.png	35
Imagem 8 - Diário do Governo n.º 87/1918, Decreto 4137.....	36
Imagem 9 - Bairro Lordelo in http://gisaweb.cm-porto.pt/places/2376/documents/	41
Imagem 10 - Portaria 580/83 – 17 maio 1983.....	44
Imagem 11 - Portaria 828/88 – 29 dezembro 1988.....	44
Imagem 12 - Portaria 500/97 – 21 julho 1997.....	44
Imagem 13 - Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro, Decreto-Lei 38382.....	45
Imagem 14 - Habitação do Bairro São João de Deus (demolido na fase de requalificação) - Fotografia de autora.....	46
Imagem 15 - Bairro São João de Deus in http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/644043/?q=s%C3%A3o+jo%C3%A3o+de+deus	47
Imagem 16 - Blocos de habitação do bairro São João de Deus in http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/688149/?	52
Imagem 17 - Fase de demolição do bairro São João de Deus in https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/camara-do-porto-vai-demolir-casas-junto-ao-bairro-sao-joao-de-deus-5770273.html	53

Imagem 18- Fase de demolição do bairro São João de Deus in https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/camara-do-porto-vai-demolir-casas-junto-ao-bairro-sao-joao-de-deus-5770273.html	53
Imagem 19 - Bairro São João de Deus in http://www.domussocial.pt/noticias-domus/camara-do-porto-inicia-construcao-das-novas-casas-do-bairro-sao-joao-de-deus	54
Imagem 20 - “Tarrafal” in http://ruioliveiraphotospot.blogspot.com/2017/01/a-nova-vida-do-bairro-sao-joao-de-deus.html	55
Imagem 21-Sobre Frederick Engels e a “questão da habitação” in https://www.filmkollektiv.ch/pagina.php?2,20,11,0,35,0	62
Imagem 22 - As “ilhas” do Porto - Bairro da Tapada, na escarpa da Sé in https://jpn.up.pt/2018/07/20/camara-assume-rutura-com-associacao-de-municipios-e-compra-bairro-da-tapada/	66
Imagem 23 - Esquema organizacional das “ilhas” do Porto in http://yoursporto.com/pt/wp-content/uploads/sites/4/2014/01/Arquitectura-Filipa-2.jpg	69
Imagem 24 - As “ilhas” do Porto in https://yoursguesthouse.com/pt/arquitecturas-unicas-porto-ilhas/	69
Imagem 25- Organização e ocupação das casas das “ilhas” do Porto in http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276169/?q=ilhas+do+porto	70
Imagem 26- As “ilhas” do Porto in http://etcetaljornal.pt/j/2015/05/porto-tem-quase-mil-ilhas-e-campanha-e-a-capital-do-arquipelago/	73
Imagem 27- Barracas e ilhas consideradas no P.E.R – 1996 in http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/645320/?q=ilhas+do+porto	73
Imagem 28 - Bairro operário Porto in http://reinvicta.blogspot.com/2013/12/o-bairro-do-comercio-do-porto-precursor.html	75
Imagem 29 - Jornal O Comércio do Porto - Casas para operários in https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/234625	76
Imagem 30 - Colónias Operárias in http://reinvicta.blogspot.com/2013/12/o-bairro-do-comercio-do-porto-precursor.html in http://portodeantanho.blogspot.com/2017/05/16-bairros-sociais-e-operarios.html	78
Imagem 31 - Bairros Operários in http://portodeantanho.blogspot.com/2017/05/16-bairros-sociais-e-operarios.html ...80	80
Imagem 32 - Bairro do Programa das Casas Económicas in http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276623/?	83
Imagem 33 - Bairro do Programa das Casas Económicas in http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276623/?	85

Imagem 34 - Fotografia aérea da cidade do Porto: 1939-1940 in http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/601996/	88
Imagem 35 - Mapa do grupo de moradias populares - Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto 1956 in <i>Porto, C. M. (1966). Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto</i>	89
Imagem 36 - Decreto Lei nº 40.616, 28 de maio de 1956.....	91
Imagem 37 - Bairro São João de Deus - antes e durante a fase de requalificação in http://www.domussocial.pt/noticias-domus/comecou-a-regeneracao-de-sao-joao-de-deus in http://www.porto.pt/noticias/-porto-pede-autonomia-na-gestao-do-seu-parque-habitacional?lang=pt	96
Imagem 38 – Planta do bairro São João de Deus- fase de requalificação in Bismarck, P. L. (2019). Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in <i>São João de Deus. Porto: Dafne Editora: 57</i>	103
Imagem 39 - Maquete do projeto de requalificação do Bairro São João de Deus in http://www.domussocial.pt/noticias-domus/trabalho-da-domus-social-desperta-interesse-a-nivel-internacional-	103
Imagem 40 - Projeto de requalificação do Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	104
Imagem 41- Contentores de habitação provisória dos habitantes do bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	105
Imagem 42 - Requalificação do bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	106
Imagem 43 - Interior habitação (vão de escadas) - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	107
Imagem 44- Interior habitação (cozinha) - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	107
Imagem 45 - Interior habitação (quarto de banho) - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	108
Imagem 46- Bairro São João de Deus - requalificação - Fotografia de autora.....	108
Imagem 47 - Bairro São João de Deus (após requalificação) - Fotografia de autora.....	108
Imagem 48 - Bairro São João de Deus (antes da requalificação) in http://www.domussocial.pt/habitacoes/bairro-de-s-joao-de-deus	111
Imagem 49- Transformação das tipologias pelo RGEU.....	115
Imagem 50 - Bairro São João de Deus (fase de requalificação) - Fotografia de autora.....	135
Imagem 51- Interior da habitação do bairro São João de Deus (sala) - Fotografia de autora.....	137
Imagem 52 - Entrada para a habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	138
Imagem 53 - Jardim da habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	139
Imagem 54 - Cozinha da habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	139

Imagem 55 - Quarto de banho da habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	140
Imagem 56 - Quarto da habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	140
Imagem 57 - Iluminação da habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	141
Imagem 58 - Alterações realizadas pelos moradores numa habitação - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora..	142
Imagem 59 - Moradores do Bairro São João de Deus in https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/a-nova-vida-do-bairro-sao-joao-de-deus-ja-arrancou-5139582.html	144
Imagem 60- Contraste entre o pré-existente e o requalificado - Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	148
Imagem 61 - Localização do Bairro São João de Deus / Bairro de Rebordãos in https://www.google.com/maps	151
Imagem 62 - Contraste entre as habitações pré-existentes e as habitações requalificadas - Bairro São João de Deus.....	152
Imagem 63 - A imagem negativa do bairro São João de Deus in https://globalnews.pt/portopostdoc-dois-filmes-portugueses-na-competicao/	153
Imagem 64 - Bairro São João de Deus in https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/o-bairro-s-joao-de-deus-esta-mais-calmo-mas-ha-feridas-por-sarar-10326370.html	154
Imagem 65 - Fase de construção do Bairro São João de Deus - Fotografia de autora.....	156
Imagem 66 - Bairro São João de Deus (2001) in https://www.flickr.com/photos/oportoemprimeiro/3967226930	158
Imagem 67 - Processo de demolição dos blocos do bairro São João de Deus in https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/bairro-sao-joao-de-deus-volta-a-agitar-assembleia-municipal-do-porto-2897121.html	160
Imagem 68 - Bairro São João de Deus (antes da requalificação) in https://2017.openhouseporto.com/en/places/bairro-sao-joao-de-deus/	162

FIGURAS

Figura 1- Número de ilhas do porto in Matos, F. L. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. <i>Análise Social</i> : 691.....	30
Figura 2 - Descrição das diferentes fases de transformação do bairro São João de Deus in Bismarck, P. L. (2019a). <i>Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus</i> . Porto: Dafne Editora.....	49
Figura 3 - Esquema tipológico “ ilhas” in <i>Esquema ilhas, fonte: TEIXEIRA, Manuel C. – habitação popular na cidade oitocentista</i>	69
Figura 4 - Corte Tipologia C - desenho disponibilizado pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa.....	112
Figura 5 - Transformação das tipologias C- Desenho de autora.....	112
Figura 6 - Corte Tipologia A - desenho disponibilizado pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa.....	113
Figura 7- Transformação das tipologias A- Desenho de autora.....	113
Figura 8 - Corte Tipologia D- desenho disponibilizado pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa.....	113
Figura 9- Transformação das tipologias D- Desenho de autora.....	113
Figura 10 - Plantas das tipologias A1 originais - Desenhos disponibilizados pelo Arq. Nuno Brandão Costa.....	119
Figura 11 - Plantas de execução tipologias A1 - Desenhos disponibilizados pelo Arq. Nuno Brandão Costa.....	119
Figura 12 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia.....	120
Figura 13 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Figura de autora.....	120
Figura 14 - Plantas das tipologias B1 originais - Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	121
Figura 15 - Plantas de execução tipologias B1- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	121
Figura 16 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia.....	122
Figura 17- Alçados de interpretação da composição da habitação - desenho de autor.....	122
Figura 18 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora.....	123
Figura 19 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia.....	123
Figura 20 - Plantas de execução tipologias B2/B3- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	123
Figura 21 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora.....	124
Figura 22 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia.....	124
Figura 23 - Plantas de execução tipologias B4- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	124

Figura 24 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora.....	125
Figura 25 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia.....	125
Figura 26 - Plantas de execução tipologias B5- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	125
Figura 27 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora.....	126
Figura 28 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia.....	126
Figura 29 - Plantas de execução tipologias B6- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	126
Figura 30 - Plantas das tipologias C1 originais - Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	127
Figura 31 - Plantas de execução tipologias C1- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	127
Figura 32 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora.....	128
Figura 33 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia.....	128
Figura 34 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora.....	129
Figura 35 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia.....	129
Figura 36 - Plantas de execução tipologias C2/C3 - Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	129
Figura 37 - Plantas das tipologias D1 originais - Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	130
Figura 38 - Plantas de execução tipologias D1- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	130
Figura 39 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora.....	131
Figura 40 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia.....	131
Figura 41 - Alçados de interpretação da composição da habitação - Desenho de autora.....	132
Figura 42 - Planta de interpretação da organização interior da tipologia.....	132
Figura 43 - Plantas de execução tipologias D2- Desenhos disponibilizados por Arq. Nuno Brandão Costa.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bairros construídos entre 1935 e 1950.....	43
Quadro 2 - Fases de construção do bairro São João de Deus in Alves, S. (2011). <i>Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas</i> . CIDADES, Comunidades e Territórios:46-47.....	50
Quadro 3- <i>Variação da população residente na cidade do Porto, entre 1864 e 190</i> in Matos, F. L. (1994). <i>Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956</i> . <i>Análise Social</i> : 679.....	71
Quadro 4 - “Ilhas do Porto” in <i>Pereira, G. M. (1996). Casa e família: as Ilhas no Porto em finais do século XIX. População e sociedade, n. °2, 1996: 164</i>	72
Quadro 5 - Bairros construídos até ao final do ano de 1956 in <i>Porto, C. M. (1966). Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto: 8</i>	90
Quadro 6 - Habitação em construção in <i>Porto, C. M. (1966). Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto: 27</i>	93
Quadro 7- Habitação projetadas aguardando concurso público ou adjudicação in <i>Porto, C. M. (1966). Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto: 28</i>	93
Quadro 8 - Portaria n.º. 500/97 , relativa à regulamentação de habitação a custos controlados.....	106
Quadro 9 - Quantidade de fogos existentes e propostos - Dossier de Estudo Prévio - disponibilizado pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa.....	110
Quadro 10 - Quantidade de fogos existentes e propostos - Dossier de Estudo Prévio - disponibilizado pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa.....	110
Quadro 11 - Comparação das áreas de habitação.....	112

LEGISLAÇÃO

Diário do Governo nº 87/1918, Decreto Lei 4137

Decreto - Lei 23 052 - 23 novembro 1933

RGEU - Regulamento Geral de Edificações Urbanas - Decreto - Lei 38 382 - 7 agosto 1951

Decreto - Lei 40 616 - 28 maio 1956

Portaria 500/97 - 21 julho 1997

Portaria 580/83 - 17 maio 1983

Portaria 828/88 - 29 dezembro 1988

Portaria 500/97 - 21 julho 1997

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, P. (2013). *Bairros Económicos do Porto: a casa como arma política*. Família, Espaço e Património, 503-518. Porto.
- Alves, S. (2011). *Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas*. CIDADES, Comunidades e Territórios, 41-59.
- Bismarck, P. L. (2019). *Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto in São João de Deus*. Porto: Dafne Editora.
- Caetano, A. , Macedo, E. & Guadalupe, S. (2009). *As relações de vizinhança nas redes de suporte social dos residentes no Bairro de Santiago em Aveiro*. Instituto Superior Miguel Torga.
- Cardoso, V. (2009). *Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico*. Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia.
- Cardoso, V. (2010). *A morfologia da habitação social no Porto após o Plano de Melhoramentos: rutura ou continuidade*. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, 1-17.
- Carqueja, B. (1920). *O futuro de Portugal*: Livraria Chardron, de Lello & Irmão.
- Costa, N. B. (2017). *Porósís - The Architecture of Nuno Brandão Costa*, Images André Cepeda (J. C. S. Daniela Sá Ed.). Lisboa: Nomade.
- Engels, F. (1971). *A questão do alojamento*; trad. Ribeiro da Costa: Editora Poveira.
- Gonçalves, E. (2010). *As soluções do alojamento operário no Porto na transição da Monarquia para o Estado Novo*. Paper presented at the 1º Congresso sobre o Património Industrial. CIPI, Vila do Conde

- Gonçalves, E. (2015). *O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário*. O Estado, a habitação e a "questão social" na cidade do Porto, 126-134.
- Gonçalves, E., & Ramos, R. (2016). *Primeiras propostas de habitação operária no Porto. A casa unifamiliar; o carré mulhousien ea cité-jardin*. Revista Ciudades, 77-98.
- Guerra, P. (2017). *Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade*. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 145-175.
- Habraken, N. J. (2000). *The structure of the ordinary: form and control in the built environment*: MIT press.
- IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2018). *Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa.
- Lameira, G., & Rocha, L. (2018). *Portuguese state-subsidized housing projects. A general overview of a recent heritage*. Paper presented at the Heritage 2018. Proceedings of the 6th International Conference on Heritage and Sustainable Development.
- Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]* (Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura Ed.).
- Lameira, G., Rocha, L., & Cruz, M. (2017). *Affordable 20th century housing in Porto. The transformation processes under scope*, presented at REHAB 2017 Proceedings of the 3rd International Conference on Preservation, Maintenance and Rehabilitation of Historical Buildings and Structures, 877-886.
- Matos, F. L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. Análise Social, 677-695.
- Matos, F. L. (2015). *Da implantação da República à Primeira Guerra: as primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias*. A Grande Guerra (1914-1918): problemáticas e representações, 369-381.
- Monteys, X., & Fuertes, P. (2001). *Casa collage:: un ensayo sobre la arquitectura de la casa*: Gustavo Gili.
- Pereira, G. M. (1996). *Casa e família: as Ilhas no Porto em finais do século XIX*. População e sociedade, n. ° 2, 1996, 159-183.

- Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003, p. 139-148.
- Pereira, V. B., & Queirós, J. (2012). *Na "modesta cidadezinha": génese e estruturação de um bairro de "casas económicas" do Porto (Amial, 1938-2010): Afrontamento*.
- Pinson, D. (1993). *Usage et architecture*. Editions L'Harmattan, Paris.
- Pinto, T., & Gonçalves, A. (2000). Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos: imagens, conflitualidades e insegurança. CIDADES, Comunidades e Territórios nº 1, 101-111.
- Portas, N. (1969). *Funções e exigências de áreas da habitação*: MOP. Laboratório nacional de engenharia civil.
- Porto, C. M. (1966). *Plano de melhoramentos : 1956-1966 / Câmara Municipal do Porto*.
- Queirós, J. (2015). *No centro, à margem*. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto. Edições Afrontamento.
- Ramos, R. (2013). *Casa Portuguesa - Dicionário de história da I República e do republicanismo (Vol. Volume 1: AE)*.
- Rossi, A., & Eisenman, P. (1982). *The architecture of the city*: MIT press Cambridge, MA.
- Sá, T. (2004). *Recensão de "Arquitectura e Sociedade"*. CIDADES, Comunidades e Territórios nº9, 123-125
- Silva, S., & Ramos, R. (2015). *Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme*. Southern Modernisms: from A to Z and back again, 257-276.
- Távora, F., & Portas, N. (1982). *Da organização do espaço*, FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto
- Teixeira, M. C. (1992). *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. Análise Social, 65-89.
- Teixeira, M. C. (1994). *A habitação popular no século XIX—características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*. Análise Social, 555-579.

Vázquez, I., & Conceição, P. (2015). *Ilhas do Porto – Levantamento e Caracterização*”: Câmara Municipal do Porto

Vieira, S. (2000). *Imaginar a evidência*. Lisboa: Edições 70